Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, sexta-feira, 2 de agosto de 2019 | Nº 24.473 | Preço banca: R$ 3,00

Indústria registrou estagnação no primeiro semestre, aponta CNI

O primeiro semestre deste ano registrou estagnação na indústria brasileira, de acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado na quinta-feira(1º). A pesquisa confirma o fraco desempenho da atividade industrial no país.

"O faturamento do setor teve queda de 1% na comparação com o mesmo semestre de 2018, as horas trabalhadas na produção ficaram estáveis, o emprego teve leve queda de 0,1%, a massa real de salários recuou 1,9% e o rendimento médio real do trabalhador diminuiu 1,8% na comparação com o primeiro semestre de 2018. A utilização média da capacidade instalada no primeiro semestre é 0,1 ponto percentual inferior ao mesmo período de 2018", disse a CNI.

Os dados de junho mostram que de todos os indicadores industriais, apenas o faturamento registrou um índice positivo, os demais índices recuaram. De acordo com a CNI, depois da queda de 2,2% registrada em maio, o faturamento da indústria aumentou 0,3% em junho frente a maio na série livre de influências sazonais. A utilização da capacidade instalada caiu 0,7% frente e maio. Página 3

Ministro do STF suspende investigação da Receita contra autoridades

Página 4

Balança comercial tem superávit de US$ 2,293 bilhões em julho

Página 3

Banco central americano reduz taxa básica de juros

O banco central dos Estados Unidos – Federal Reserve, ou Fed – anunciou uma redução da taxa básicas de juros do país em 0,25% ponto percentual, para um patamar de 2% a 2,25%. Esse foi o primeiro corte na taxa desde 2008.

O banco central americano alegou na quarta-feira (31) que a atividade econômica continua sólida nos EUA, mas reconheceu as incertezas provocadas pelas tensões comerciais internacionais e o fraco panorama da economia mundial. A queda dos juros foi decidida por um placar de oito votos a favor e dois contra entre os membros do FED.

"Vamos deixar claro: não é o começo de uma longa série de cortes da taxa", afirmou o presidente do FED, Jerome Powell, decepcionando o mercado que aguardava um longo período de baixas. Ele disse, porém, que também não significa que haverá apenas uma redução.

Os dados macroeconômicos mais recentes apontam uma desaceleração dos EUA, assim como de Europa e China. A economia americana se desacelerou no segundo trimestre, segundo o primeiro cálculo oficial, ao registrar um crescimento de 2,1% no período de 12 meses. No primeiro trimestre, a alta havia sido de 3,1%.

Já a inflação caiu dois décimos percentuais em junho, para 1,6%, considerando o acumulado nos últimos 12 meses. Com isso, permanece abaixo da meta estipulada pelo FED, de 2% anual.

Nos últimos meses, o presidente americano, Donald Trump, vinha criticando severamente o banco central e cobrando uma redução dos juros. (Agencia Brasil)

Previsão do Tempo

Sexta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

30º C
14º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,84
Venda: 3,84

Turismo
Compra: 3,69
Venda: 4,00

EURO
Compra: 4,26
Venda: 4,26

OURO
Compra: 159,12
Venda: 193,20

Brasil e Paraguai cancelam ata sobre compra de energia de Itaipu

Foto: Cuto Coronatiupu

Itaipu

Brasil e Paraguai cancelaram na quinta-feira (1º) a ata de um acordo entre os dois países, voltado para a compra de energia elétrica produzida pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. O documento foi assinado pelo embaixador do Brasil no Paraguai, Carlos Simas Magalhães, e pelo embaixador paraguaio no Brasil, Federico González, em Assunção. Com essa medida, as áreas técnicas dos dois governos voltarão a negociar a contratação da energia de Itaipu.

O pedido de anulação da ata foi feito pelo governo paraguaio, após a divulgação das condições do documento, o que desencadeou uma crise política no país vizinho. Após a assinatura do cancelamento do acordo, o novo chanceler paraguaio, Antonio Rivas Palacios, explicou que, em princípio, uma reunião sobre o assunto estava prevista para ocorrer em Brasília, mas o governo brasileiro concordou em adiantar a anulação da ata.

Mais cedo, o Ministério das Relações Exteriores informou que acompanha "com grande atenção" os desdobramentos da crise política no Paraguai. "O Brasil acompanha com grande atenção os acontecimentos no Paraguai que envolvem o processo de "juízo político" contra o presidente Mario Abdo Benítez", diz ocomunicado do Itamaraty.

O caso, que resultou na renúncia do chanceler Luis Castiglioni e do embaixador paraguaio no Brasil Hugo Caballero, aumentou a pressão sobre o presidente Mario Abdo Benítez, que corre o risco de sofrer um processo de impeachment. Página 3

Com novidades, Unicamp abre inscrições para o Vestibular 2020

Página 2

Brasil se destaca em uso de pagamentos digitais, segundo pesquisa

Seis em cada dez brasileiros das classes A, B e C utilizam meios digitais de pagamentos, como aplicativos próprios - PayPal, PagSeguro e Google Pay -, canais de pagamento de contas, compras e transação pela Internet. A informação está no estudo sobre mudanças nos hábitos de consumo de serviços financeiros diante das novas tecnologias elaborado pela empresa IDC que entrevistou mais de mil pessoas, de classes média e alta, em três dos maiores países da América Latina: Brasil, Colômbia e México. Página 12

Bolsonaro: designação do Brasil como aliado extra-Otan é "bem-vinda"

Página X

Esporte

Cacá Bueno e Sylvio de Barros disputam Endurance da Porsche

Dupla de sucesso nas corridas brasileiras de Endurance da Porsche, Cacá Bueno e Sylvio de Barros correrão juntos mais uma vez neste final de semana, desta vez em uma prova internacional. O pentacampeão da Stock Car e o tricampeão do Porsche GT3 Cup disputam os 300 km de Estoril neste domingo em Portugal. A expectativa é de que 70 carros e mais de 100 pilotos participem da corrida, que faz parte do calendário da Porsche Cup 2019. Página 8

Foto: Porsche GT3 Cup

Carro *de Sylvio de Barros na Porsche GT3 Cup em 2019*

Copa São Paulo Masculino 2019 confirmada

A temporada 2019 do voleibol adulto paulista masculino vai começar. A Federação Paulista de Volleyball (FPV) confirmou realização da Copa São Paulo da categoria, tradicional torneio que serve de aquecimento para o Campeonato Paulista, o mais importante torneio regional do país. O evento acontecerá nos dias 23 e 24 de agosto, em Sorocaba, reunindo quatro equipes, Sesi-SP, atual campeão e dono de sete títulos da competição, Vôlei Renata (Campinas), vice no ano passado, São José Vôlei e Vôlei UM Itapetininga.

O sistema de disputa será igual ao do ano passado, com dois jogos na fase classificatória e a decisão do título reunindo as duas equipes vencedoras. A programação será a seguinte: dia 23/08, 18h, Sesi-SP x São José Vôlei; 20h, Vôlei UM Itapetininga x Vôlei Renata. A final está prevista para o dia 24, a partir das 17h. Página 8

Mitsubishi Cup terá campeões mundiais, recordista de ondas gigantes e a pilota que mais correu

Foto: Tom Papp

Prova *recebe convidados e homenageados*

A etapa deste sábado (3) da Mitsubishi Cup terá a presença de um time de peso do esporte nacional. No ano que comemora 20 anos, o rali cross-country de velocidade faz homenagens a pessoas que fazem parte da história, além de trazer convidados para experimentar o off-road e personalidades para reviver o duelo das pistas.

A competição será realizada no Haras Patente, em Jaguariúna (SP) e terá a presença de um dos maiores campeões do surf nacional, Carlos Burle. Página 8

Brasil estreia no Pan-Americano com vitória sobre o México

Foto: Wander Roberto

Abouba, *maior pontuador do jogo*

A seleção brasileira masculina de vôlei começou a campanha nos Jogos Pan-Americanos com resultado positivo. Nesta quarta-feira (31.07), a equipe comandada pelo técnico Marcelo Fronckowiak levou a melhor sobre o México por 3 sets a 1, com parciais de 25/23, 25/19, 22/25 e 25/22, em Lima, no Peru. O oposto Abouba foi um dos destaques da partida, sendo o maior pontuador em quadra, com 20 acertos (18 de ataque e dois de bloqueio). Página 8

SP Sem Papel foi oficializado por decreto pelo governo

O Governo de São Paulo publicou nesta quinta-feira (1º), no Diário Oficial do Estado, o decreto 64.355, que institui a implantação do SP Sem Papel. O texto prevê ainda a criação do Comitê de Governança Digital, vinculado à Secretaria de Governo, para assegurar a implantação do programa, além de propor ações, procedimentos e estratégias de preservação à segurança digital.

O programa tem o objetivo de reduzir e/ou eliminar o trâmite de papel entre os órgãos da administração estadual, e também na relação do governo com os municípios e com o cidadão.

Entre os benefícios, a mudança do meio físico para digital proporcionará maior eficiência e agilidade na criação e fluxo de processos; facilidade para a geração de documentos a partir de modelos padronizados disponíveis no próprio sistema; e redução de gastos com papel, impressão, transporte e correios.

"Com a implantação do programa, o governo do Estado ganha em economia e agilidade no andamento dos processos que serão digitais e poderão ser consultados em qualquer hora e lugar", afirma o Vice-Governador e Secretário de Governo, Rodrigo Garcia.

O SP Sem Papel foi desenvolvido pela Prodesp, empresa de Tecnologia da Informação do Estado, e está sendo implantado em três ondas. A primeira delas, em agosto, contemplará a Secretaria de Governo, Casa Civil, Fazenda e Planejamento, Educação, Saúde, Desenvolvimento Regional e também a Prodesp.

A segunda onda acontecerá entre setembro e dezembro de 2019, e incluirá todas as demais Secretarias do Governo do Estado de São Paulo. E a última etapa, será em 2020, para a administração indireta.

"O SP Sem Papel tornará os procedimentos digitais mais simples, intuitivos e extremamente seguros. Os principais ganhos para a administração pública são eficiência, transparência e agilidade", destaca o Presidente da Prodesp, André Arruda.

Para assegurar o sucesso do programa, os servidores de todas as áreas do Governo serão habilitados para conduzir a iniciativa. Até o momento, servidores das Secretarias da Educação, Governo, Casa Civil e Desenvolvimento Regional passaram por capacitação para utilização do sistema SP Sem Papel. O processo de aprendizagem vem sendo conduzido pela Fundação Vanzolini.

Além da capacitação presencial de multiplicadores de cada secretaria, estarão disponíveis tutoriais e treinamento em plataforma de aprendizado a distância.

"O sistema digital facilita o trabalho dos servidores. Por meio de assinatura digital, que pode ser única ou em lote, os processos ficarão mais rápidos", afirma o Superintendente da Prodesp, Ernesto Mascellani Neto.

O SP Sem Papel é um marco na história da administração estadual, pois além de reduzir drasticamente o uso de papéis, vai aproveitar todo potencial das tecnologias digitais para dar mais agilidade no atendimento de processos e demandas do Estado.

O programa conta com o apoio do Arquivo Público, responsável por garantir que a solução seja aderente às políticas públicas de gestão documental do Governo do Estado, e da Fundação Vanzolini, para a capacitação dos servidores.

Prodesp

A Prodesp é a empresa de Tecnologia da Informação do Governo do Estado de São Paulo. Criada em 1969, também é responsável pela gestão e operação do Programa Poupatempo, que tem 99% de aprovação dos usuários e foi eleito o 'Melhor Serviço Público de SP' em 2019, pelo quinto ano consecutivo.

Em 2016, foi eleita a melhor empresa do segmento Indústria Digital do Brasil, no ranking Melhores & Maiores da revista Exame. Por três anos consecutivos (2016, 2017 e 2018), a empresa foi contemplada com o Destaque do Ano do Anuário Informática Hoje, na categoria "Prestador de Serviços para Governo (empresas de grande porte)".

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS - A coluna [diária] de política do jornalista **CESAR NETO** é publicada na imprensa desde 1993. Em São Paulo (SP), no jornal "O Dia" [3º mais antigo dos diários]. Na Internet desde 1996, **www.cesarneto.com** é um dos sites pioneiros no Brasil. No Twitter, **@CesarNetoReal**

+

CÂMARA (SP) Retomada da CPI das sonegações tributárias das instituições financeiras, presidida pelo vereador Ricardo Nunes (MDB), pela primeira vez na história terá uma 2ª prorrogação. Por enquanto, o Tesouro paulistano já foi ressarcido de cerca de 2 bilhões, que podem chegar ...

+

PREFEITURA (SP) ... a 8 bilhões, uma vez que a Secretaria paulistana da Fazenda está auditando os últimos 5 anos das empresas de leasing e cartões do Itau. Os demais bancos são o Santander, o Alfa, o Safra e Votorantim. Como Ricardo é católico, tá sendo chamado de "São Nunes"

+

ASSEMBLEIA (SP) Janaína (no PSL) enviou ao Senado ação de Impedimento de Toffoli. Sabendo que não vai virar, porque a iniciativa tem que ser do próprio Senado e o presidente chama-se Alcolumbre (DEM ex-PFL), a musa do Impedimento de Dilma (2016) vai dizer que fez seu papel

+

GOVERNO (SP) A pergunta que não quer calar desde já, passando por cima das eleições municipais 2020, é quem será o candidato do novo PSDB 'de centro' do Doria pra dobradinha numa chapa DEM-PSDB encabeçada pelo vice-governador Rodrigo Garcia ? Um parlamentar jovem ?

+

CONGRESSO (BR) "Contra fatos não há argumentos" faz parte de um passado bem longínquo nos contextos das políticas tipo 2.0 que as moçadas levaram - principalmente pra Câmara dos Deputados - porque senador só com 35 anos completos. "O bagulho" é louco, só que não

+

PRESIDÊNCIA (BR) Neo-fascista. Este é o mais novo rótulo que tentam colar em Bolsonaro. Talvez apostem num "agosto, mês do desgosto", porque no Século 20 Vargas cometeu suicídio e Jânio 'renunciou' em agosto. No Século 21, Dilma, reeleita, foi 'cassada' do mandato

+

JUSTIÇAS (BR) Doleiro dos doleiros, preso pela Polícia Federal, pode 'quebrar a banca' dos 'honestos de ocasião' que infestam a sociedade brasileira desde que a esquadra lusitana trouxe o Cabral luso. É que Dario Messer tem bem mais a delatar que o nosso Sérgio Cabral

+

HISTÓRIAS (BR) O termo neo-fascista, que agora passa a ser usado pra 'esquerdas' de viés conservadores a e 'diretas' de viés progressistas tentarem rotular Bolsonaro (no PSL), é uma 'assinatura de recibo' pra mais um "ismo", como foi com Vargas, JK, Jânio, Lacerda, Brizola e Lula

+

EDITOR - A coluna [diária] de política do jornalista **CESAR NETO** foi se tornando referencial das liberdades possíveis. Recebeu a Medalha Anchieta da Câmara Municipal de São Paulo e o Colar de Honra ao Mérito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. EMAIL **cesar@cesarneto.com**

cesar@cesarneto.com

Com novidades, Unicamp abre inscrições para o Vestibular 2020

A Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest) abriu nesta quinta-feira (1º), as inscrições para o Vestibular Unicamp 2020. O prazo termina em 6 de setembro e a inscrição deve ser feita exclusivamente pela internet. O formulário está disponível no site da Comvest: www.comvest.unicamp.br.

O Vestibular Unicamp 2020 concentra 80% das vagas para o ingresso em 2020 e oferece 2.570 vagas, em 69 cursos. A taxa de inscrição, que não teve reajuste em relação ao ano anterior, é de R$ 170 e poderá ser paga até 9 de setembro.

A principal novidade nas inscrições é que, a partir deste ano, os candidatos devem escolher cursos da mesma área de conhecimento: Humanas/Artes; Biológicas/saúde; Exatas/Tecnológicas. Essa escolha vai definir a prova da segunda fase que os candidatos vão fazer, caso aprovados na primeira etapa.

No processo seletivo deste ano, as provas da segunda fase deixam de ser iguais para todos os candidatos, passando a estar relacionadas com a área de conhecimento dos cursos escolhidos. É possível fazer até duas opções de cursos, desde que da mesma área. Com a alteração, a segunda fase do Vestibular Unicamp será reduzida de três para dois dias.

Nova dinâmica

Para a pró-reitora de graduação da Unicamp, Eliana Amaral, a redução mostra que a Unicamp quer os estudantes em suas melhores condições para prestar a prova, com menos dias, menos cansaço e estresse. Ela ressaltou, no entanto, que a redução de um dia não implica em perda da qualidade do processo seletivo. "Não é apenas o número de dias que faz diferença na prova, mas toda a dinâmica. O que ocorreu é que as provas foram reestruturadas em um formato mais adequado à seleção do perfil do estudante que desejamos", afirmou.

Amaral destacou que, apesar das provas específicas por área dos cursos escolhidos, o processo mantém algumas provas comuns a todos os candidatos, independentemente das opções. "Matemática é uma linguagem da qual não abrimos mão, pois se entende que hoje o mundo eletrônico, por exemplo, está em todas as áreas do conhecimento, de Humanas e Artes até as específicas que usam as Ciências da Computação. Então essa é uma habilidade cognitiva que queremos que nossos futuros estudantes tragam e desenvolvam mais durante os cursos", disse a pró-reitora.

Unicamp

Foto: Governo do Estado de São Paulo

De acordo com o diretor executivo da Comvest, José Alves de Freitas Neto, o Vestibular Unicamp mantém suas características gerais de interface com ensino médio e com a sociedade de maneira geral.

"Para além do formato, a Unicamp apresenta um modelo de vestibular cujas provas dialogam com valores importantes, como os direitos humanos. Em um momento em que o conhecimento científico e a importância da universidade pública têm sido questionados em nosso país, se faz necessário reafirmar o compromisso da Unicamp em dialogar, por meio também do vestibular, com valores tais como a autonomia universitária e a liberdade de expressão. Essa autonomia deve estar presente em todas as horas, pois sem liberdade para exercício dos saberes, não há produção de conhecimento e nem cidadania", pontuou José Alves.

As etapas

A primeira fase do Vestibular 2020 será no dia 17 de novembro. A segunda etapa será nos dias 12 e 13 de janeiro de 2020. Antes da primeira fase, haverá provas de Habilidades Específicas para candidatos aos cursos de Música (em setembro e outubro). Para os demais cursos que exigem esse exame (Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas, Artes Visuais e Dança), as provas de Habilidades Específicas ocorrerão entre os dias 20 e 24 de janeiro de 2020.

A primeira fase é composta de uma única prova, com 90 questões de múltipla escolha de Conhecimentos Gerais. A segunda fase é composta por provas dissertativas. No primeiro dia, há as provas comuns a todos os candidatos: Redação (composta por duas propostas de textos para que o candidato execute apenas uma); Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, com oito questões; duas questões interdisciplinares em Língua Inglesa.

Já no segundo dia, além das provas comuns a todos os candidatos (Matemática com seis questões; interdisciplinar de Ciências Humanas com duas questões; interdisciplinar de Ciências da Natureza com duas questões) há provas específicas, conforme a opção de curso:

área de Ciências Biológicas/Saúde: seis questões de Biologia e seis questões de Química;

área de Ciências Exatas/Tecnológicas: seis questões de Física e seis questões de Química;

área de Ciências Humanas/Artes: seis questões de Geografia e seis questões de História, englobando conteúdos de Filosofia e Sociologia.

Novas cidades

Duas novas cidades receberão a aplicação das provas do vestibular: Lorena e Santa Bárbara D'Oeste. Desta maneira, no Estado de São Paulo, a Unicamp passa a aplicar as provas de seu Vestibular em 30 cidades: Araçatuba, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Franca, Guarulhos, Indaiatuba, Jundiaí, Limeira, Lorena, Marília, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Osasco, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santa Bárbara D'Oeste, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba, Sumaré e Valinhos.

Fora do Estado de São Paulo, recebem as provas do Vestibular Unicamp cinco capitais: Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza e Salvador.

Outra novidade anunciada pela Comvest é que os candidatos com alguma deficiência poderão ser atendidos com provas adaptadas ou outras necessidades, em qualquer cidade de aplicação do vestibular, de acordo com as regras do edital. Anteriormente, esse atendimento estava disponível somente em algumas cidades.

Inclusão

Estão mantidas as cotas étnico-raciais no Vestibular Unicamp. Serão reservadas 15%, no mínimo, de vagas em cada curso e turno para candidatos autodeclarados pretos e pardos. Além do vestibular, haverá cotas também no ingresso via Enem (10%), cujo edital será divulgado pela Unicamp em breve, na página da Comvest.

Ainda no âmbito da inclusão social, também continua valendo a bonificação oferecida a candidatos que fizeram ensino público. Assim, os estudantes que optarem por participar do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) receberão automaticamente, na primeira e na segunda fase, as seguintes pontuações: 20 pontos para aqueles que cursaram integralmente o ensino fundamental II em escolas públicas; 40 pontos para aqueles cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas; 60 pontos para aqueles que cursaram ambos os períodos na rede pública.

Manual e aplicativo do Vestibular

A Comvest disponibiliza um aplicativo gratuito para celulares, a partir do qual os estudantes podem receber alerta sobre as datas importantes do vestibular, além de ter acesso rápido às informações mais relevantes. O aplicativo pode ser baixado gratuitamente.

O Manual do Ingresso 2020 já está disponível para consulta na página eletrônica da Comvest. Ele traz todas as informações e orientações necessárias para os estudantes em relação ao processo de inscrição, às provas e demais etapas do vestibular.

Linha de Taboão da Serra passa a ter Estação São Paulo-Morumbi como ponto final

A partir deste sábado (3), os passageiros da linha 356 chegarão mais rápido ao sistema metroferroviário. O ponto final desse serviço, gerenciado pela EMTU/SP, passará a ser na Estação São Paulo-Morumbi, da Linha 4-Amarela de metrô.

A linha 356 faz atualmente a ligação do Centro Social Urbano (CSU), em Taboão da Serra, ao bairro de Pinheiros, na capital, e transporta cerca de 800 pessoas por dia.

Após a mudança, os passageiros que quiserem chegar a Pinheiros poderão fazer integração gratuita com a linha 510, que liga Embu das Artes à capital. A transferência pode ser feita no ponto próximo ao terminal. Para não pagar outra tarifa na 510 é preciso usar o cartão BOM. A tarifa da linha 356 permanecerá no valor de R$ 4,85.

Os passageiros têm sido informados antecipadamente sobre a alteração do ponto final, por meio de cartazes afixados nos ônibus, de mídias sociais e pelo site www.emtu.sp.gov.br.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Indústria registrou estagnação no primeiro semestre, aponta CNI

O primeiro semestre deste ano registrou estagnação na indústria brasileira, de acordo com levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado na quinta-feira(1º). A pesquisa confirma o fraco desempenho da atividade industrial no país.

"O faturamento do setor teve queda de 1% na comparação com o mesmo semestre de 2018, as horas trabalhadas na produção ficaram estáveis, o emprego teve leve queda de 0,1%, a massa real de salários recuou 1,9% e o rendimento médio real do trabalhador diminuiu 1,8% na comparação com o primeiro semestre de 2018. A utilização média da capacidade instalada no primeiro semestre é 0,1 ponto percentual inferior ao mesmo período de 2018", disse a CNI.

Os dados de junho mostram que de todos os indicadores industriais, apenas o faturamento registrou um índice positivo, os demais índices recuaram. De acordo com a CNI, depois da queda de 2,2% registrada em maio, o faturamento da indústria aumentou 0,3% em junho frente a maio na série livre de influências sazonais. A utilização da capacidade instalada caiu 0,7% frente e maio.

Já a massa real de salários diminuiu 0,7%, mesmo recuo apresentado pelo indicador de rendimento médio dos trabalhadores, que também recuou 0,7% em junho na relação com maio, na série dessazonalizada. Com a queda de junho, a massa real de salários reverteu o crescimento verificado nos dois meses anteriores e é 0,8% menor do que a de junho do ano passado.

As horas trabalhadas na produção tiveram uma leve queda de 0,1% em junho frente a maio na série dessazonalizada. O levantamento mostra ainda que o emprego ficou estável em junho. Os dados mostram que, nos últimos 12 meses, o indicador do emprego teve sete meses de estabilidade, quatro meses de queda e apenas um de crescimento.

"A indústria encerra o semestre sem avanços em termos de atividade e emprego. Fica evidente que, além das medidas estruturantes, de longo prazo, necessárias para um novo ciclo de crescimento, também são urgentes e críticas medidas de curto prazo para estimular a economia. A redução de 0,5 ponto percentual na taxa Selic foi um fundamental primeiro passo nesse sentido. Há espaço para novas quedas. Adicionalmente, medidas que facilitem e reduzam o custo do financiamento também seriam muito importantes", disse o economista da CNI Marcelo Azevedo. (Agencia Brasil)

Balança comercial tem superávit de US$ 2,293 bilhões em julho

A queda nas exportações de commodities(bens primários com cotação internacional), principalmente de petróleo e soja, fez a balança comercial registrar o mais baixo superávit para meses de julho em nove anos. No mês passado, o país exportou US$ 2,293 bilhões a mais do que importou, valor 40,8% inferior a julho de 2018. Desde 2010, o saldo não registrava níveis tão baixos para meses de julho (US$ 1,332 bilhão).

Tanto as exportações como as importações caíram no mês passado. Em julho, o país vendeu US$ 20,054 bilhões para o exterior, com recuo de 14,8% pelo critério da média diária em relação ao mesmo mês do ano passado. As importações somaram US$ 17,761 bilhões, redução de US$ 8,9% também pela média diária.

Com o resultado de julho, a balança comercial acumula superávit de US$ 28,369 bilhões nos sete primeiros meses do ano. O valor é 16,3% inferior ao registrado no mesmo período do ano passado (US$ 33,891 bilhões). As exportações somam US$ 129,896 bilhões, retração de 4,7% na comparação com o mesmo período de 2018 pela média diária. As importações totalizam US$ 101,527 bilhões, recuo de apenas 0,9% pelo mesmo critério.

Segundo o subsecretário de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Herlon Brandão, a maior parte da queda do saldo em julho é explicada pela soja, cujo valor exportado caiu 34,6% em julho deste ano em relação ao mesmo mês do ano passado, e pelo petróleo, cujas vendas recuaram 61,2% na mesma comparação. "Sozinhos, esses dois produtos responderam por 57% da queda do superávit comercial", destacou.

Em relação ao petróleo, Brandão disse que a desaceleração da economia mundial está reduzindo a demanda global por combustíveis. Sobre a soja, ele explicou que problemas sanitários estão reduzindo a produção de carne suína na China, impactando a demanda do país asiático pela soja brasileira, usada na alimentação dos porcos.

Outro fator que contribuiu para a queda das vendas externas foi a exportação de uma plataforma de petróleo no valor de US$ 1,2 bilhão ocorrida em julho do ano passado que não se repetiu este ano. Em contrapartida, as importações de plataformas de petróleo também caíram. No mês passado, o país importou duas plataformas no valor de US$ 3,3 bilhões, contra cinco plataformas que entraram no país em julho do ano passado.

Categorias

Todas as categorias de produtos registraram queda nas exportações em julho. As vendas de manufatuados recuaram 12,3% em relação às de julho do ano passado, com destaque para turbinas de aviação (-45,9%), veículos de carga (-33,6%), autopeças (-16,2%). Segundo Brandão, a crise na Argentina, o principal importador de bens industrializados do Brasil, continua a contribuir para a queda.

As exportações de semimanufaturados caíram 4,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, com destaque para óleo de soja bruto (-49,1%), catodos de cobre (-26,5%) e semimanufaturados de ferro e aço (-15,5%). A maior retração foi registrada nos produtos básicos, com queda de 16,7%. Além do petróleo e da soja, puxaram o recuo o minério de cobre (-32,7%), a carne de frango (-12,5%) e a carne bovina (-10,4%).

Meta anual

Depois de o saldo da balança comercial ter encerrado 2018 em US$ 58,959 bilhões, o segundo maior resultado positivo da história, o mercado estima um superávit menor em 2019, motivado principalmente pela recuperação da economia, que reativa o consumo e as importações.

Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgadas pelo Banco Central, os analistas de mercado preveem superávit de US$ 52 bilhões para este ano. O Ministério da Economia projeta superávit de US$ 56,7 bilhões para o saldo da balança comercial em 2019. (Agencia Brasil)

Bancos anunciam redução de juros após corte da Selic

Após o corte na taxa básica de juros, a Selic, nesta quarta-feira (31), pelo Banco Central, bancos anunciaram redução das taxas de juros do crédito.

O Comitê de Política Monetária Monetária (Copom) do BC reduziu a Selic em 0,5 ponto percentual para 6% ao ano.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil informou que reduziu taxas para pessoas físicas e jurídicas. As novas taxas entram em vigor a partir da próxima segunda-feira (5). Nas linhas de financiamento imobiliário para pessoa física, as taxas mínimas passarão de 8,49% para 8,29% ao ano, na aquisição pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), e de 8,85% para 8,65% ao ano na linha aquisição PF-CH (carteira hipotecária)

Na linha BB Crédito Veículo Próprio, em que o cliente oferece seu automóvel como garantia, as taxas serão reduzidas de 1,57% para 1,53% ao mês, na faixa mínima, para contratações realizadas pelo aplicativo do BB para mobile.

A taxa mínima das linhas de financiamento de veículos novos e seminovos, contratados pelo mobile passará para 0,84% ao mês, ante 0,88% ao mês cobrados até então.

Para as linhas de empréstimo pessoal sem garantia, a taxa mínima será reduzida de 2,99% para 2,95% ao mês. No cheque especial, a taxa mínima passará de 1,99% para 1,95% ao mês.

O Banco do Brasil também reduzirá os juros para pessoas jurídicas. Na linha desconto de cheque, as taxas mínimas passarão de 1,26% para 1,22% ao mês. Para o desconto de títulos, as taxas mínimas passarão dos atuais 1,16% para 1,12% ao mês.

Os juros para as linhas BB Giro Digital e BB Giro Empresas também ficarão mais baixos. A taxas mínimas cairão de 2,52% para 2,48% ao mês e de 0,95% para 0,91% ao mês, respectivamente.

Caixa Econômica Federal

Antes do anúncio de redução da Selic, a Caixa já havia comunicado redução de juros também. A Caixa informou que os clientes pagarão menos juros nas principais linhas de crédito e terão acesso a um pacote de serviços com taxas mais baixas. A redução valerá tanto para pessoas físicas como para empresas.

Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco informou em nota que repassará integralmente a seus clientes o corte de 0,50 ponto percentual na taxa Selic. Para pessoa física, a redução será no empréstimo pessoal e, no caso de pessoa jurídica, no capital de giro. (Agencia Brasil)

Empresas estatais têm lucro de R$ 24,6 bilhões no primeiro trimestre

Empresas estatais federais registraram lucro de R$ 24,6 bilhões no primeiro trimestre de 2019, resultado 57,5% maior que o apurado no mesmo período de 2018 (R$ 15,6 bilhões).

Os números constam no 10º Boletim das Empresas Estatais Federais, divulgado na quinta-feira(1º), em Brasília, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia.

Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eletrobras e Petrobras representam mais de 90% dos ativos totais e do patrimônio líquido das estatais federais.

Entre os grupos analisados, o maior crescimento percentual verificado foi do BNDES, que saiu de um lucro de R$ 2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2018 para R$ 11,1 bilhões no primeiro trimestre de 2019 (aumento de 437%).

Com a venda da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), o número de estatais caiu de 134 para 133 até março deste ano. Após a edição do boletim, houve nova redução do número de empresas, totalizando atualmente 130 estatais.

Redução de pessoal

No primeiro trimestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2018, houve redução de 2,4 mil funcionários no quadro das estatais. As principais reduções ocorreram nos Correios (1.721) e no Banco do Brasil (402).

Parte da redução é resultado da implementação de programas de desligamento voluntário de empregados (PDVs).

A estimativa de economia na folha de pagamentos é de R$ 1,1 bilhão. (Agencia Brasil)

Endividamento de famílias cresce pelo sétimo mês seguido, diz CNC

O percentual de famílias endividadas no país cresceu de 64% em junho para 64,1% em julho deste ano. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), é a sétima alta consecutiva do indicador.

O percentual de endividados, ou seja, de pessoas que têm dívidas em atraso ou não, também cresceu na comparação com julho do ano passado, quando a proporção era de 59,6% das famílias. Nesse tipo de comparação, é a sexta alta consecutiva.

A pesquisa também mostrou que houve aumento no número de inadimplentes, que são os que têm contas ou dívidas em atraso: de 23,6% em junho para 23,9% em julho deste ano. Houve alta ainda na comparação com julho de 2018 (23,7%).

Já aqueles que não terão condições de pagar suas contas em atraso somaram 9,6% em julho deste ano, acima dos 9,5% de junho deste ano e dos 9,4% de julho do ano passado.

Entre as famílias com contas ou dívidas em atraso, o tempo médio de atraso foi de 64 dias em julho deste ano, superior aos 62,9 dias de julho de 2018. O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas foi de sete meses, sendo que 32% delas estão comprometidas com dívidas por mais de um ano, de acordo com a CNC. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Brasil e Paraguai cancelam ata sobre compra de energia de Itaipu

Brasil e Paraguai cancelaram na quinta-feira (1º) a ata de um acordo entre os dois países, voltado para a compra de energia elétrica produzida pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. O documento foi assinado pelo embaixador do Brasil no Paraguai, Carlos Simas Magalhães, e pelo embaixador paraguaio no Brasil, Federico González, em Assunção. Com essa medida, as áreas técnicas dos dois governos voltarão a negociar a contratação da energia de Itaipu.

O pedido de anulação da ata foi feito pelo governo paraguaio, após a divulgação das condições do documento, o que desencadeou uma crise política no país vizinho. Após a assinatura do cancelamento do acordo, o novo chanceler paraguaio, Antonio Rivas Palacios, explicou que, em princípio, uma reunião sobre o assunto estava prevista para ocorrer em Brasília, mas o governo brasileiro concordou em adiantar a anulação da ata.

Mais cedo, o Ministério das Relações Exteriores informou que acompanha "com grande atenção" os desdobramentos da crise política no Paraguai. "O Brasil acompanha com grande atenção os acontecimentos no Paraguai que envolvem o processo de "juízo político" contra o presidente Mario Abdo Benítez", diz ocomunicado do Itamaraty.

O caso, que resultou na renúncia do chanceler Luis Castiglioni e do embaixador paraguaio no Brasil Hugo Caballero, aumentou a pressão sobre o presidente Mario Abdo Benítez, que corre o risco de sofrer um processo de impeachment.

"Ao reiterar total respeito ao processo constitucional do Paraguai, o Brasil confia em que o processo seja conduzido sem quebra da ordem democrática, em respeito aos compromissos assumidos pelo Paraguai no âmbito da cláusula democrática do Mercosul - Protocolo de Ushuaia", afirma ainda a nota do Itamaraty.

A polêmica envolvendo a ata do acordo, aprovada em maio, também causou as demissões do presidente da Administração Nacional de Eletricidade (Ande), Alcides Jiménez, e do diretor paraguaio de Itaipu, Alberto Alderete. As demissões foram anunciadas na última segunda-feira (29) pelo porta-voz da presidência do Paraguai, Hernán Hutteman, que disse terem sido aceitas pelo presidente Mario Abdo Benítez.

Pesou nas demissões a acusação de que a ata do acordo havia sido debatida e aprovada sem a devida transparência.

Autoridades e congressistas afirmaram que o acordo negociado seria prejudicial ao Paraguai e que poderia causar um prejuízo de até US$ 300 milhões. (Agencia Brasil)

EUA têm plano para crescimento econômico da Venezuela, diz secretário

O secretário de Comércio norte-americano, Wilbur Ross, disse na quinta-feira (1º) que os dos Estados Unidos têm planos para ajudar a recompor a economia da Venezuela, caso reformas estruturais e políticas sejam implementadas no país. A declaração foi feita a uma platéia de empresários reunidos em Brasília, no Fórum Anual de Liderança em Infraestrutura da América Latina. Segundo Ross, o Departamento de Comércio dos EUA já tem em mãos "um plano de reconstrução econômica".

"Construiremos novos negócios e restauraremos o crescimento na Venezuela", disse ele, considerando a possibilidade de a oposição assumir o comando da Venezuela.

Ross explicou que a estratégia de investimentos inclui medidas de curto, médio e longo prazo para impulsionar o setor de energia, estabilizar a economia, restaurar a agricultura e fortalecer o setor privado.

Segundo o secretário americano, os Estados Unidos defendem reformas que favoreçam uma política de mercado para a "reversão do socialismo" venezuelano.

Wilbus Ross destacou o interesse estrangeiro em investir no setor de infraestrutura da região, motivado principalmente pelas riquezas naturais, em especial a grande reserva petrolífera. A Venezuela detém, segundo ele, uma reserva de 300 bilhões de barris de petróleo, além de ouro e de outros recursos minerais.

"A boa noticia é que os recursos naturais que originalmente lá estavam permanecem por lá", disse durante a palestra. "Os problemas de pouca liquidez pode ser resolvido por meio de programas de infraestrutura. Será relativamente barato reverter a má gestão socialista [implementada na Venezuela]", acrescentou Ross.

Ele defendeu também a aprovação da nova lei de hidrocarbonetos pelo Congresso venezuelano, a reestruturação do Banco Central e o estabelecimento de novo sistema tributário e novas instituições fiscais. (Agencia Brasil)

EUA buscam parceria preferencial em infraestrutura com o Brasil

O secretário de Comércio dos Estados Unidos (EUA), Wilbur Ross, disse na quinta-feira (1º) que as empresas norte-americanas querem ampliar a participação em projetos de infraestrutura da América Latina e, em especial, no Brasil. Em discurso a empresários latino-americanos, Ross se disse impressionado com os planos do Ministério da Infraestrutura brasileiro para o setor.

"Encontrei hoje o ministro da Infraestrutura [Tarcísio Freitas] e fiquei impressionado com os detalhes de planos que em breve serão apresentados. O governo [brasileiro] está se movendo. Penso que isso é muito importante para quem está preocupado em fazer investimentos aqui. Eu estaria menos tenso aqui no Brasil do que em alguns outros lugares", disse Ross, ao participar do Fórum Anual de Liderança em Infraestrutura da América Latina, em Brasília.

De acordo com o secretário, o Departamento do Comércio dos EUA vem apoiando as empresas de seu país com a ajuda de equipes de negócios instaladas em pontos estratégicos do Brasil. "Há planos para uma missão de comércio no setor de portos e rodovias. Para tanto, nossas empresas querem [primeiro] aprender mais sobre os projetos e licitações nesses setores", afirmou.

"Os EUA desejam ser parceiros preferenciais dos projetos [de infraestrutura] na América Latina. Nossas empresas oferecem expertise, inovações, integridade e demanda de valor para oportunidades em infraestruturas cruciais", completou.

Por meio de nota, o Ministério da Infraestrutura informou que, durante o encontro com Ross, foi apresentada uma carteira com os principais projetos para investimentos privados em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, com destaque para 41 concessões de aeroportos previstas; leilões, arrendamentos e desestatizações de terminais portuários; e planos para concessões do setor ferroviário, que tiveram início na quarta-feira (31) com a assinatura do contrato da Ferrovia Norte-Sul, em Anápolis (GO). (Agencia Brasil)

Governo amplia vagas em áreas mais carentes com Médicos pelo Brasil

O governo federal vai ampliar em pouco mais de 7,3 mil o número de médicos nas áreas mais carentes do país, sendo que 55% dos profissionais serão contratados para atender as regiões Norte e Nordeste. O Programa Médicos pelo Brasil, lançado na quinta-feira(1º), em substituição ao Mais Médicos, define novos critérios para realocação dos profissionais considerando locais com maior dificuldade de acesso, transporte ou permanência dos servidores, além do quesito de alta vulnerabilidade. A nova proposta ainda prevê formação de médicos especialistas em medicina da família e comunidade.

Ao todo, serão 18 mil vagas. O novo programa vai coexistir com o Mais Médicos até o fim dos contratos que estão vigentes. Os médicos que quiserem migrar para os Médicos pelo Brasil também terão que participar do processo seletivo.

De acordo com o Ministério da Saúde, na atenção primária - base do Sistema Único de Saúde (SUS) - é possível resolver cerca de até 80% dos problemas de saúde, como diabetes, hipertensão e tuberculose. "É o momento que olhamos decisivamente para a atenção básica. Vamos reestruturar o sistema de saúde brasileira partindo da atenção primária. Isso vem de uma sequência de ações", disse o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, durante cerimônia no Palácio do Planalto. "Embora o nome seja atenção básica ela é muito mais complexa do que a atenção especializada, ela mexe com a dinâmica da sociedade, é ali que se faz a porta de entrada e a responsabilização da vida do indivíduo", completou.

Os médicos do novo programa serão selecionados por processo seletivo para duas funções: médicos de família e comunidade e tutor médico. Todos deverão ter registro no Conselho Regional de Medicina (CRM). Os médicos formados no exterior, inclusive os cubanos que deixaram o Mais Médico e continuaram no Brasil, deverão passar pelo processo de revalidação do diploma (Revalida) para obter o registro e atuar no programa.

A medida provisória que cria o Médicos pelo Brasil foi assinada pelo presidente Jair Bolsonaro hoje e será encaminhada para avaliação do Congresso Nacional. Segundo o ministro, assim que for aprovada, o governo vai lançar edital para a seleção e contratação dos profissionais. Atualmente, existem 3,8 mil vagas, mas, até o final de 2020, o governo espera ocupar todas as 18 mil vagas, que hoje são Mais Médicos e passarão para o novo programa. O orçamento previsto para o Mais Médicos (R$ 3,4 bilhões, em 2019) será, gradativamente, transferido para o novo programa.

Contratação

Para a função de médico de família e comunidade, os profissionais que forem aprovados em teste escrito serão alocados nas unidades de Saúde da Família predefinidas pelo Ministério da Saúde. Eles terão dois anos para concluir o curso de especialização em Medicina de Família e Comunidade, recebendo bolsa-formação de R$ 12 mil mensais e gratificação de R$ 3 mil adicionais para locais remotos ou R$ 6 mil adicionais para distritos indígenas, além de localidades ribeirinhas e fluviais.

Para a função de tutor médico serão selecionados especialistas em Medicina de Família e Comunidade ou de Clínica Médica. Após aprovação em processo seletivo, estes profissionais serão contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e serão responsáveis pelo atendimento à população nas unidades definidas e pela supervisão dos demais médicos durante o período do curso de especialização.

Os contratos com carteira assinada podem variar entre quatro níveis salariais que variam entre R$ 21 mil e R$ 31 mil, já incluído os acréscimos por desempenho que pode variar entre 11% a 30% do salário- medido pela qualidade de atendimento e satisfação da população - e dificuldades do local. O valor também inclui gratificação (R$ 1 mil/mês) para os médicos que acumularem o cargo de tutor. Além disto, há previsão de progressão salarial a cada três anos de participação no programa.

Áreas vulneráveis

Para classificação dos locais, o novo programa foi elaborado a partir da metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseada em estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os municípios são divididos em cinco categorias: rurais remotos, rurais adjacentes, intermediários remotos, intermediários adjacentes e urbanos. Serão priorizados os municípios rurais remotos, rurais adjacentes e intermediários remotos que, juntos, concentram 3,4 mil cidades, além das unidades de Saúde da Família ribeirinhas e fluviais e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

Do total de vagas do Médicos pelo Brasil, 13 mil serão para essas localidades de difícil provimento. No Mais Médicos, pouco mais de 5,6 profissionais estão nesses locais. O Ministério da Saúde informou que será criado um novo modelo de financiamento da atenção básica de saúde para compensar a transferência de vagas das regiões urbanas e intermediárias adjacentes.

AMB

Para a Associação Médica Brasileira (AMB), o programa representa um avanço para a saúde no país. A AMB destaca ainda que a iniciativa marca uma posição importante para assegurar a qualidade do atendimento médico no Brasil, com a determinação do Revalida como requisito mínimo para que médicos estrangeiros atuem no país, dentro ou fora do programa. "O Médicos pelo Brasil indica o caminho para a resolução dos conflitos envolvendo os intercambistas que atuam no Mais Médicos. Entendemos que são necessárias ações humanitárias de acolhimento dos profissionais que estão em situação de refúgio e vulnerabilidade no Brasil. Muitos deles não têm, sequer, a documentação que comprova a formação em medicina. Por isso, é legítima a ideia de apoio à preparação deles para o Revalida. Porém, é preciso considerá-los inaptos para a prática de medicina no país até que eles tenham o diploma comprovado e revalidado", reforça Diogo Leite Sampaio, vice-presidente da associação. (Agencia Brasil)

Ministros do STF cobram ação do CNJ e CNMP após conversas vazadas

Os ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobraram, na quinta-feira(1º), ação dos conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e Nacional do Ministério Público (CNMP) ante as conversas atribuídas a membros da força-tarefa da Lava Jato e ao ex-juiz federal e ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

"Esta é a maior crise que se abateu sobre o aparato judicial do Brasil desde a redemocratização", avaliou Mendes, antes da primeira sessão plenária do STF após o recesso do meio de ano. "Já demoramos muito. O Conselho Nacional da Justiça Federal, o CNJ, e o CNMP [Conselho Nacional do Ministério Público] precisam olhar para essa questão, essa crise, com a gravidade que ela merece, porque de fato ela é muito grave", afirmou.

Desde junho, o site The Intercept Brasil, do jornalista norte-americano Glenn Greenwald, o jornal Folha de S.Paulo e a revista Veja têm publicado conversas que teriam sido mantidas entre procuradores da Lava Jato e Moro, de modo privado, por meio de um aplicativo de mensagens.

Em sua publicação mais recente, na quinta-feira (1º), o jornal Folha de S.Paulo e o site Intercept Brasil divulgaram mensagens em que o coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol, estaria estimulando a força-tarefa a investigar ministros do Supremo, entre eles Gilmar Mendes e o presidente da Corte, Dias Toffoli, por meio de informações da Receita Federal. Ainiciativa abarcaria ainda as esposas dos ministros.

"Isso é incrível. Porque atua no Supremo Tribunal Federal o procurador-geral da República. É inconcebível que um procurador da República, de primeira instância, busque investigar atividades desenvolvidas por ministros do Supremo", disse Marco Aurélio Mello ao comentar a reportagem.

"Cabe, evidentemente revelados os fatos, acionar, e aquele que se sinta prejudicado deve fazê-lo para avançarmos culturalmente, o CNMP [Conselho Nacional do Ministério Público]", acrescentou Marco Aurélio.

Para Gilmar Mendes, "tudo indica que a Receita Federal estava servindo como órgão de pistolagem". O ministro acrescentou que "quando isso se faz com o presidente do Supremo Tribunal Federal, o que eles não serão capazes de fazer com o cidadão comum".

O ex-juiz Sergio Moro e os integrantes da força-tarefa da Lava Jato no Paraná afirmam que a autenticidade das mensagens publicadas pela imprensa não pode ser verificada e que o material foi obtido de modo criminoso, por meio da invasão de seus aparelhos telefônicos.

Após as revelações feitas na quinta-feira (1º) pela imprensa, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes decidiu suspender uma apuração da Receita que atingia ministros da Corte e outras autoridades, com base em "graves indícios de ilegalidade no direcionamento das apurações em andamento".

A decisão foi tomada dentro de um inquérito relatado por ele sobre ataques virtuais contra o Supremo e seus integrantes. (Agencia Brasil)

Bolsonaro: designação do Brasil como aliado extra-Otan é "bem-vinda"

O presidente Jair Bolsonaro comentou na quinta-feira (1º) o anúncio da designação oficial do Brasil como aliado militar preferencial do país fora da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Segundo ele, o assunto foi tratado com o presidente Donald Trump durante sua visita aos Estados Unidos em março.

"É bem-vinda nossa participação como grande aliado extra-Otan, que facilita muitas coisas. O mais importante é questão de defesa, compra de armamento, algumas tecnologias. Alguma coisa sempre interessa pra gente. Como regra, um país da Otan uma vez agredido, todo mundo está junto", disse Bolsonaro na quinta-feira, ao deixar o Palácio da Alvorada.

Com o anúncio, feito na noite de quarta-feira (31), o Brasil se torna o segundo país da América Latina, depois da Argentina, a receber o *status* especial, que permitirá aprofundar a cooperação militar bilateral.Além deles, outros 16 países já foram declarados aliados extra-Otan pelo governo americano.

Trump havia indicado que pretendia nomear o Brasil como aliado preferencial extra-Otan quando o presidente Jair Bolsonaro visitou a Casa Branca em março.

O *status* dá ao Brasil o direito de tornar-se comprador preferencial de equipamentos e tecnologias militares dos Estados Unidos, além de participar de leilões organizados pelo Pentágono. A medida também abre caminho para a colaboração no desenvolvimento de soluções de defesa e o aumento dos intercâmbios militares e a realização de manobras conjuntas entre as Forças Armadas dos dois países.

Itamaraty

Em nota, o Ministério das Relações Exteriores disse que a classificação estabelece um arcabouço de cooperação de longo prazo com os Estados Unidos, facilitando o acesso a produtos de defesa para equipar as Forças Armadas e a cooperação de forma preferencial e estratégica com o país norte-americano.

"A designação deverá favorecer o aprofundamento das relações bilaterais em defesa, fortalecendo a aproximação já em curso entre o Ministério de Defesa brasileiro e o Departamento de Defesa dos EUA, particularmente no que tange ao acesso e desenvolvimento conjunto de tecnologias e projetos e a uma maior integração da cadeia produtiva das bases industriais de defesa nos dois países", informa o Itamaraty. (Agencia Brasil)

STF mantém decisão de Barroso sobre demarcação de terras indígenas

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quinta-feira (1º) manter a liminar do ministro Luís Roberto Barroso que suspendeu, em junho, trecho da medida provisória que devolveu ao Ministério da Agricultura a atribuição de realizar demarcações de terras indígenas.

A decisão do STF foi tomada para julgar a questão definitivamente. Antes do julgamento, a Câmara e o Senado também rejeitaram mudanças nas demarcações e mantiveram os atos com a Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A transferência das demarcações para a Agricultura estava prevista na reestruturação administrativa realizada pelo governo federal em janeiro. No entanto, em maio, a mudança não foi aprovada pelo Congresso, que devolveu a atribuição à Funai. Em junho, uma nova medida foi editada pelo presidente Jair Bolsonaro para manter as demarcações na pasta da Agricultura. Em seguida, o ministro Barroso suspendeu a nova medida a pedido do PSB, PT e da Rede.

Ao analisar o caso, o ministro concordou com os argumentos apresentados pelos partidos e afirmou que a nova medida é inconstitucional. Segundo Barroso, o Artigo 62 da Constituição definiu que "é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo". (Agencia Brasil)

Messer deixa carceragem da PF e vai para Cadeia Pública no Rio

O doleiro Dario Messer já foi transferido da carceragem da Polícia Federal (PF), no Rio, para a Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, onde é feito o ingresso de presos no sistema penitenciário do Rio. De manhã, o doleiro fez exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal (IML). De Benfica, Messer seguirá para o Complexo Penitenciário de Gericinó, para onde são levados todos os presos da Lava Jato no Rio de Janeiro.

Conhecido como "doleiro dos doleiros", Messer foi preso na quarta-feira (31) às 16h40, em um condomínio de luxo no bairro dos Jardins, em São Paulo. À noite, o doleiro seguiu para a Superintendência da PF, na zona portuária. Ele estava foragido da Justiça desde maio do ano passado.

Messer responde a vários processos abertos desde o fim da década de 1980. Ele é acusado de movimentar cerca de R$ 6 bilhões de forma suspeita para empresários e políticos, entre os quais o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral.

A ordem de prisão do doleiro foi expedida em maio de 2018, dentro da Operação Câmbio Desligo, conduzida pelo juiz Marcelo Bretas, titular da 7ª Vara Federal Criminal do Rio. (Agencia Brasil)

Ministro do STF suspende investigação da Receita contra autoridades

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, decidiu na quinta-feira (1º) suspender investigação fiscal aberta pela Receita Federal contra 133 contribuintes para apurar suspeitas de irregularidades fiscais. A fiscalização é realizada pela Equipe Especial de Fraudes (EEF), especializada na investigação de autoridades, entre elas, ministros da Corte.

No entendimento do ministro, há graves indícios de ilegalidades na investigação e "direcionamento das apurações em andamento". Na mesma decisão, Moraes determinou o afastamento temporário de dois servidores da Receita Federal por quebra de sigilo.

"Considerando que são claros os indícios de desvio de finalidade na apuração da Receita Federal, que, sem critérios objetivos de seleção, pretendeu, de forma oblíqua e ilegal investigar diversos agentes públicos, inclusive autoridades do Poder Judiciário, incluídos ministros do Supremo Tribunal Federal, sem que houvesse, repita-se, qualquer indício de irregularidade por parte desses contribuintes", decidiu.

Em fevereiro deste ano, a Receita negou que o ministro do STF Gilmar Mendes e sua esposa, Guiomar Mendes, sejam investigados pelo órgão. A manifestação foi divulgada após a imprensa divulgar que o casal seria citado em uma apuração preliminar de "possíveis fraudes de corrupção, lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio ou tráfico de influência". Reportagens também afirmaram que a esposa do ministro Dias Toffoli, Roberta Rangel, também seria alvo do Fisco.

O pedido de suspensão das investigações foi assinado dentro do inquérito aberto pelo presidente, Dias Toffoli, para apurar notícias falsas (fake news) e ofensas que tenham a Corte como alvo. O inquérito tramita de forma sigilosa e foi prorrogado por mais 180 dias pelo ministro Alexandre de Moraes, que é relator do caso. (Agencia Brasil)

ALTA MOGIANA

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2019 e 2018. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra, 22 de julho de 2019. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	"Nota explicativa"	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	465.019	544.217
Aplicações financeiras	9.a	22.331	22.865
Contas a receber de clientes	10	124.417	91.137
Estoques	11	161.417	180.971
Ativo biológico	14	156.158	127.616
Impostos a recuperar	13	5.861	12.706
Instrumentos financeiros derivativos	26	18.029	4.043
Outros créditos		2.776	6.120
Total do ativo circulante		**956.008**	**989.675**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	20	2.485	1.970
Adiantamentos	11	20.460	21.634
Impostos a recuperar	13	6.114	5.569
Outros investimentos		2.590	22.637
Outros créditos		202	193
		31.851	**52.003**
Imobilizado	15	907.881	977.907
Intangível	16	2.213	2.258
Total do ativo não circulante		**941.945**	**1.032.168**
Total do ativo		**1.897.953**	**2.021.843**

Passivo	"Nota explicativa"	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	17	34.292	29.208
Empréstimos e financiamentos	18	34.897	66.517
Salários e encargos sociais		27.849	28.824
Tributos a recolher		12.625	14.553
Adiantamentos de clientes	19	2.333	859
Instrumentos financeiros derivativos	26	24.657	125.287
Dividendos propostos a pagar	22.d	29.106	28.849
Outras contas a pagar		880	2.266
Total do passivo circulante		**166.639**	**296.363**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	709.385	648.485
Provisão para contingências	20	29.624	25.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	167.104	159.504
Outras contas a pagar		357	1.212
Total do passivo não circulante		**906.470**	**834.328**
Total do passivo		**1.073.109**	**1.130.691**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.a	380.000	400.000
Ajuste de avaliação patrimonial	22.c	10.420	46.564
Reservas de lucros		434.424	444.588
Total do patrimônio líquido		**824.844**	**891.152**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.897.953**	**2.021.843**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	"Nota explicativa"	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído de ativos	Ajuste de avaliação patrimonial: Investimento a valor justo	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2017		**320.000**	**36.037**	**13.231**	**43.525**	**373.395**		**786.188**
Aumento de capital com reservas	22.a	80.000				(80.000)		
Reversão de dividendos propostos	22.d					12.341		12.341
Realização do custo atribuído			(2.704)			2.704		
Lucro líquido do exercício							121.472	121.472
Destinações:								
Constituição de reserva legal	22.d				6.073		(6.073)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 1,3015 por ação)	22.d						(28.849)	(28.849)
Constituição de reserva de retenção de lucros						86.550	(86.550)	
Saldos em 30 de abril de 2018		**400.000**	**33.333**	**13.231**	**49.598**	**394.990**		**891.152**
Distribuição de dividendos complementares						(3.714)		(3.714)
Tributos diferidos sobre reserva de reavaliação			(10.006)					(10.006)
Cisão parcial da Companhia para a Alta Mogiana Agro S.A.	1.a	(122.382)	(10.420)					(132.802)
Aumento de capital com reservas	22.a	102.382				(102.382)		
Realização do custo atribuído			(2.487)			2.487		
Movimentação do investimento ao valor justo				(13.231)				(13.231)
Lucro líquido do exercício							122.551	122.551
Destinações:								
Constituição de reserva legal	22.d				6.127		(6.127)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 1,8919 por ação)	22.d						(29.106)	(29.106)
Constituição de reserva de retenção de lucros						87.318	(87.318)	
Saldos em 30 de abril de 2019		**380.000**	**10.420**		**55.725**	**378.699**		**824.844**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em São Joaquim da Barra/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 30/04/2019, aproximadamente 72% da cana-de-açúcar processada pela Companhia foram cultivados em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. **a. Cisão parcial da Companhia** Em 1°/01/2019, mediante 23ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Usina Alta Mogiana S.A. Açúcar e Álcool, seguida de Incorporação do Acervo Patrimonial Cindido pela Alta Mogiana Agro S.A." e consequentemente, redução do capital social da Companhia no montante de R$ 122.382, equivalente a 6.781.870 ações (Nota 22.a). A Alta Mogiana Agro S.A., é uma Companhia do mesmo controle acionário da Companhia. O objetivo da cisão foi para racionalizar e aperfeiçoar a estrutura societária e gestão patrimonial do grupo e melhor assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades empresariais, mediante a segregação dos imóveis rurais. Abaixo, demonstramos os impactos no balanço patrimonial da Companhia em 1º/01/2019:

	Saldos em 01/01/2019	Parcela cindida	Saldos após cisão
Caixa e equivalentes de caixa	333.785	(25.000)	308.785
Outros ativos circulantes	770.653		770.653
Total do ativo circulante	1.104.438	(25.000)	1.079.438
Imobilizado	971.591	(115.076)	856.515
Outros ativos não circulantes	43.317		43.317
Total do ativo não circulante	1.014.908	(115.076)	899.832
Total do ativo	2.119.346	(140.076)	1.979.270
Outras contas a Pagar	2.362	(1.225)	1.137
Outros passivos circulantes	238.023		238.023
Total do passivo circulante	240.385	(1.225)	239.160
Imposto de renda e contribuição social diferidos	158.697	(6.049)	152.648
Outros passivos não circulantes	761.358		761.358
Total do passivo não circulante	920.055	(6.049)	914.006
Total do passivo	1.160.440	(7.274)	1.153.166
Capital social	400.000	(122.382)	277.618
Ajustes de avaliação patrimonial	34.785	(10.420)	24.365
Reservas de lucros	524.121		524.121
Total do patrimônio líquido	958.906	(132.802)	826.104
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.119.346	(140.076)	1.979.270

2. Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/07/2019. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota 6. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota 20** - Provisões para contingências. · **Nota 26** - Instrumentos financeiros. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30/04/2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota 10** - Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Contas a receber de clientes); · **Nota 14** - Ativo biológico; · **Nota 15** - Vida útil do ativo imobilizado; e · **Nota 21** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. · **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. · **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). · **Nível 3:** inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 26 - Instrumentos financeiros. **Contas a receber de clientes** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **Instrumentos financeiros derivativos** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide Nota 26. **Passivos financeiros não derivativos** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. **Empréstimos e financiamentos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Outros passivos financeiros não derivativos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **5. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e do valor justo dos ativos biológicos. **6. Principais políticas contábeis** Conforme mencionado nas Notas 6.g e 6.l, a Companhia adotou, a partir de 1º/05/2018, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e, exceto pela classificação dos instrumentos financeiros, não houve impactos nas demonstrações financeiras. No que se refere à interpretação ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1°/05/2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 30/04/2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 30/04/2017 como sendo a data de transição, os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais. As demais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras despesas operacionais, líquidas, no resultado. **(ii) Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são reconhecidos no resultado como despesa. **(iii)Depreciação** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas utilizadas estão apresentadas na Nota 15. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé) é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze e de dezoito meses. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na Nota 14. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **f. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e valor justo do ativo biológico na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. Os adiantamentos a fornecedores de cana são demonstrados ao custo. **g. Instrumentos financeiros** A Companhia adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º/05/2018, que substituiu as disposições do CPC 38 que se referem ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desreconhecimento de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge. A adoção do CPC 48 refletiu em atualização das políticas contábeis, no entanto, não houve impacto material ou ajustes nas demonstrações financeiras. Em relação à mudança nos termos de classificação e na mensuração trazidas pelo CPC 48, os ativos financeiros que, em 30/04/2018, estavam classificados como "empréstimos e recebíveis", estão sendo classificados, em 30/04/2019, como "custo amortizado", sem alterações nos critérios de mensurações iniciais e subsequentes. **(i) Ativos financeiros** A partir de 1°/05/2019, os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 30/04/2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: Caixa e equivalentes de caixa: incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável; Aplicações financeiras vinculadas: referem-se a investimentos vinculadas a contratos de instrumentos financeiros derivativos com restrição de liquidez; Contas a receber de clientes: correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e Depósitos judiciais: são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 30/04/2019 e 2018, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e que tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **(iii) Passivos financeiros** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 30/04/2019 e 2018, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. (b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado Após reconhecimento inicial, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros da Companhia incluídos nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. **(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado, como receitas ou despesas financeiras. Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 26. **(vi) Valor justo dos instrumentos financeiros** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **(vii) Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 30/04/2019 e 2018. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **h. Benefícios a empregados (i) Benefícios de curto prazo a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Provisões** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-la, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para contingências, especificamente, refere-se a questões fiscais e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **j. Demais passivos - circulantes e não circulantes** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **k. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **l. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. Em 1º/05/2018, a Companhia adotou o CPC 47 - Receita de contrato, que introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida e substituiu as orientações de reconhecimento de receita presentes no CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção. De acordo com essa nova norma, a receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. A adoção do CPC 47 não impactou as demonstrações financeiras da Companhia, visto que, no caso de venda de seus produtos, todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto, sendo este também o momento de reconhecimento da receita, conforme critérios detalhados abaixo: **(i) Açúcar e etanol** As receitas são reconhecidas quando a Companhia efetua a entrega desses produtos para os clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Essas vendas são, substancialmente, realizadas mediante o recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias. **(ii) Energia elétrica** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês. **m. Receita financeira e despesa financeira** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **n. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual, sem qualquer limitação referente à atividade agrícola. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **o. Lucro líquido básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **p. Aspectos ambientais** As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados a assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **q. Ativos arrendados (leasing)** A determinação de que um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de seu início. Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia, sendo reconhecidos como despesas operacionais nas demonstrações de resultado, de forma linear durante o prazo do arrendamento. **7. Normas contábeis ainda não vigentes em 30/04/2019** As seguintes normas e interpretações não estão em vigor para o exercício findo em 30/04/2019, e sua adoção antecipada, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). · CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019 e substitui o CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A norma poderá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais, sendo que no momento da adoção implicará em acréscimo do passivo de arrendamento e do ativo pelo direito de uso. A administração da Companhia atualmente está avaliando o potencial impacto da adoção da nova norma nas demonstrações financeiras e acompanhando as discussões desse tema no seu setor de atuação. A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. · ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Essa interpretação explica como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza, ou seja, posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o CPC 32 quanto a nova interpretação ICPC 22 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A ICPC 22 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A Companhia estima não haver impacto em suas demonstrações financeiras quando da adoção dessa interpretação. Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **8. Determinação do valor justo** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. · Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos; · O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé) e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer essa exigência de cálculo no ativo biológico correspondente a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado; · Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos; · Empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos; e · Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado. **9. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	2019	2018
Caixa e bancos	37.208	42.538
Numerário em trânsito (moeda estrangeira)	12.863	21.702
Aplicações financeiras	414.948	479.977
	465.019	544.217

O saldo em bancos compreende, também, valores em moeda estrangeira mantidos em conta corrente junto a corretoras no exterior, no montante de US$ 9.290 mil (US$ 12.381 mil em 30/04/2018). Numerário em trânsito (Moeda estrangeira) refere-se a recursos disponíveis em dólares norte-americanos que, em 30/04/2019, totalizavam US$ 3.260 mil (US$ 6.234 mil em 30/04/2018), provenientes de operações de pré-pagamento de exportações e câmbio pronto, cujas liberações ocorrerão mediante solicitação da administração da Companhia no fechamento de câmbio dessas operações/contratos. As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência e são representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados às taxas de 96% a 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **a. Aplicações financeiras compromissadas** Aplicações financeiras mantidas em garantia às operações de instrumentos financeiros derivativos em 30/04/2019, totalizavam R$ 22.331 (R$ 22.865 em 30/04/2018). **10. Contas a receber de clientes**

Por venda de produtos:	2019	2018
Mercado externo	15.163	14.205
Mercado interno	109.875	77.749
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(621)	(817)
	124.417	91.137

O saldo de contas a receber, em 30 de abril, está distribuído conforme segue:

Vencidos:	2019	2018
Até 30 dias	81	721
De 31 a 60 dias		35
De 61 a 90 dias	38	826
Acima de 90 dias	1.730	225
Total vencido	1.849	1.807
Total a vencer	123.189	90.147
	125.038	91.954

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na Nota 26. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante, considerado pela administração suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Essa classificação leva em consideração, entre outras, o histórico de inadimplência, análise periódica da operação, a conjuntura e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, quando aplicável. A despesa com constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado do exercício. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2019	2018
Saldo inicial	(817)	(1.120)
Reversão	196	303
Saldo final	(621)	(817)

11. Estoques	2019	2018
Produtos acabados:		
Açúcar	50.726	78.621
Etanol	1.139	11.814
Adiantamentos a parceiros agrícolas	84.744	78.469
Materiais auxiliares e de manutenção	38.770	31.654
Estoque em poder de terceiros (Insumos agrícolas)	5.475	852
Outros	1.023	1.195
	181.877	202.605
Circulante	(161.417)	(180.971)
Não circulante	20.460	21.634

12. Partes relacionadas a. Controladora A controladora final da Companhia é a Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira. **b. Principais saldos e transações que afetam o resultado** As operações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 30/04/2019 e 2018 resumem-se à compra de cana-de-açúcar de acionistas. No exercício findo em 30/04/2019, as referidas compras foram de R$ 1.665 (R$ 1.624 em 30/04/2018), sendo essas compras pagas durante o exercício. **c. Operações com pessoal chave** A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, inclui benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 30/04/2019, foi de R$ 3.121 (R$ 3.375 em 30/04/2018). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

13. Impostos a recuperar	2019	2018
IRPJ e CSLL - antecipações/ recuperar	923	4.805
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	485	3.858
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.245	9.324
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	322	288
	11.975	18.275
Circulante	(5.861)	(12.706)
Não circulante - ICMS	6.114	5.569

Os créditos de ICMS são oriundos da aquisição de imobilizado. A parcela deste imposto a ser compensada no próximo exercício está classificada no curto prazo. Todos os impostos são considerados realizáveis, pela administração, no curso normal das operações da Companhia. **14. Ativo biológico** O ativo biológico da Companhia está representado pela cana-de-açúcar destinada a produção de açúcar e etanol. O canavial em formação encontra-se localizado na região norte do Estado de São Paulo. Na determinação do valor justo do ativo biológico, as projeções estão baseadas em um único cenário prospectivo, com produtividade e áreas de plantio (cana-de-açúcar) em uma área de 46.022 hectares em 30/04/2019 (46.143 hectares em 30/04/2018). **Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo** O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: · Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade da cana-de-açúcar, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo- CONSECANA; · Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo; e · Taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado de 6,50% (6,50% em 30/04/2018), líquida de impostos. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) são registradas na rubrica "Ativo biológico" no ativo circulante e tem como contrapartida o resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. O preço líquido médio de venda foi projetado com base na cotação do preço do futuro de açúcar ajustado para o mercado local para refletir o preço da cana no ponto de corte. O custo padrão médio estimado contempla gastos com os tratos culturais, corte, carregamento e transporte (CCT), bem como o custo dos ativos que contribuem, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado nas terras de parceiros. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O saldo do ativo biológico consumível da Companhia é composto pelo preço estimado de mercado das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. O diferencial entre eles é reconhecido para que o saldo do ativo biológico como um todo seja registrado a valor justo. A movimentação do ativo biológico encontra-se descrita a seguir:

Em 30 de abril de 2017	**131.158**
Adições - tratos culturais	116.336
(-) Amortização dos tratos culturais	(121.827)
(-) Amortização do valor justo	(19.636)
(+) Ajuste a valor justo	21.585
Em 30 de abril de 2018	**127.616**
Em 30 de abril de 2018	
Saldo a custo	106.031
Saldo do ajuste a valor justo	21.585
Saldo contábil líquido	127.616
Adições - tratos culturais	139.095
(-) Amortização dos tratos culturais	(111.695)
(-) Amortização do valor justo	(20.699)
(+) Ajuste a valor justo	21.841
Em 30 de abril de 2019	**156.158**
Em 30 de abril de 2019	
Saldo a custo	133.431
Saldo do ajuste a valor justo	22.727
Saldo contábil líquido	156.158

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **Riscos regulatórios e ambientais** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **Riscos de oferta e demanda** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **Riscos climáticos e outros** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico.

15 Imobilizado

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 30 de abril de 2017	101.001	169.061	556.638	455.358	131.982	112.487	22.277	1.548.804
Aquisições	13.273	3.335	21.349	99.373	16.147	26.455	1.562	181.494
Baixas		(917)	(24.774)		(5.872)	(17.100)	(3.100)	(51.763)
Transferência		3	(8)		(12)	8	14	
Em 30 de abril de 2018	114.274	171.482	553.205	554.731	142.245	121.850	20.753	1.678.540
Aquisições	10.043	7.584	32.200	119.191	6.449	15.981	1.354	192.802
Baixas (i)	(115.076)	(309)	(19.104)	(63.121)	(7.494)	(16.165)	(627)	(221.896)
Transferência					(3)		3	
Em 30 de abril de 2019	9.241	178.757	566.301	610.801	141.197	121.666	21.483	1.649.446
Depreciação	**Terras**	**Edifícios e dependências**	**Máquinas, equipamentos e instalações industriais**	**Lavouras de cana-de-açúcar**	**Veículos e equipamentos**	**Máquinas e implementos agrícolas**	**Móveis, utensílios e equipamentos de informática**	**Total**
Em 30 de abril de 2017		(44.958)	(289.424)	(136.456)	(77.852)	(43.363)	(14.354)	(606.407)
Adição		(5.195)	(25.183)	(74.621)	(11.603)	(10.999)	(1.983)	(129.584)
Baixas		542	15.702		5.333	10.877	2.904	35.358
Em 30 de abril de 2018		(49.611)	(298.905)	(211.077)	(84.122)	(43.485)	(13.433)	(700.633)
Adição		(5.362)	(25.197)	(82.826)	(11.159)	(10.761)	(2.011)	(137.316)
Baixas		154	15.964	63.121	6.158	10.448	539	96.384
Em 30 de abril de 2019		(54.819)	(308.138)	(230.782)	(89.123)	(43.798)	(14.905)	(741.565)
Saldo líquido em 30/04/2018	114.274	121.871	254.300	343.654	58.123	78.365	7.320	977.907
Saldo líquido em 30/04/2019	9.241	123.938	258.163	380.019	52.074	77.868	6.578	907.881
Taxas médias anuais de depreciação		3,20%	5,52%	20,00%	10,65%	9,91%	10,00 a 20,00%	

(i) Compreende o ativo imobilizado que compôs o acervo líquido cindido em 1°/01/2019, substancialmente representado por terras.

a. Reavaliações Proveniente de reavaliações espontâneas registradas em 30 de dezembro de 1999 e 30/04/2006, deduzidas das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e o valor residual de bens reavaliados baixados, debitados ao resultado do exercício findo em 30/04/2019, totalizaram R$ 3.768 (R$ 4.096 em 2018). Adicionalmente, no exercício findo em 30/04/2019, houve a baixa do montante de R$ 10.420, quando da cisão do acervo líquido divulgado na Nota 1(a). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre referidas reavaliações, em 30/04/2019 é de R$ 8.966 (R$ 6.290 em 2018) e está classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 30/04/2019, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 30/04/2019, aproximadamente R$ 95.929 de bens do ativo imobilizado (R$ 131.382 em 30/04/2018) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados. **16 Intangível**

Custo	Softwares	Marcas e patentes	Total
Em 30 de abril de 2017	9.986	33	10.019
Aquisições	360		360
Baixas	(4.347)		(4.347)
Em 30 de abril de 2018	5.999	33	6.032
Aquisições	832		832
Em 30 de abril de 2019	6.831	33	6.864
Amortização	**Softwares**	**Marcas e patentes**	**Total**
Em 30 de abril de 2017	(7.260)		(7.260)
Adições	(789)		(789)
Baixas	4.275		4.275
Em 30 de abril de 2018	(3.774)		(3.774)
Adições	(877)		(877)
Em 30 de abril de 2019	(4.651)		(4.651)
Saldo líquido em 30 de abril de 2018	2.225	33	2.258
Saldo líquido em 30 de abril de 2019	2.180	33	2.213
Taxa média anual de depreciação	20,00%		

17 Fornecedores	2019	2018
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	28.025	20.688
Fornecedores de cana-de-açúcar	6.267	8.520
	34.292	29.208

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota 26.

Demonstrações do resultado - exercícios findos em 30 de abril *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	"Nota explicativa"	2019	2018
Receita líquida de vendas	23	**982.262**	**953.781**
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	14 e 24	1.142	1.949
Custos dos produtos vendidos e revendidos	24	(714.832)	(656.622)
Lucro bruto		**268.572**	**299.108**
Despesas operacionais			
Com vendas	24	(29.687)	(32.710)
Gerais e administrativas	24	(44.331)	(46.385)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	6.366	(300)
		(67.652)	(79.395)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**200.920**	**219.713**
Despesas financeiras	25	(197.549)	(159.471)
Receitas financeiras	25	249.128	161.477
Variações cambiais, líquidas	25	(71.352)	(41.651)
Resultado financeiro	25	(19.773)	(39.645)
Lucro antes dos impostos		**181.147**	**180.068**
Imposto de renda	21	(42.293)	(42.159)
Contribuição social	21	(16.303)	(16.437)
Lucro líquido do exercício		**122.551**	**121.472**
"Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)"	27	**6,15**	**5,48**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - exercícios findos em 30 de abril *(Em milhares de reais)*

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**122.551**	**121.472**
Outros componentes do resultado abrangente:		
Valor justo de outros investimentos	(20.047)	-
Efeitos tributários sobre valor justo outros investimentos	6.816	-
Total do resultado abrangente do exercício	**109.320**	**121.472**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - exercícios findos em 30 de abril *(Em milhares de reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Lucro líquido do exercício	122.551	121.472
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	138.193	130.373
Resultado de alienação ou baixa de bens	3.794	11.872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.459	(4.745)
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	(66.723)	9.232
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	115.820	85.631
Constituição (reversão) de provisão para contingências	4.113	(20)
Juros e multas de provisão para contingências	598	1.359
Ajuste ao valor justo - ativo biológico	(1.142)	(1.949)
Juros e variações monetárias sobre outros ativos a receber	(9)	(8)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosas	(196)	(303)
	327.458	**352.914**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) ou redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(33.084)	58.307
Estoques	20.728	(42.589)
Ativo biológico	(27.400)	5.491
Impostos a recuperar- circulante e não circulante	6.300	2.660
Instrumentos financeiros derivativos	(39.047)	25.131
Depósitos judiciais	(729)	(2.241)
Outros ativos a receber - circulante e não circulante	3.344	(1.081)
Aumento ou (redução) dos passivos		
Fornecedores	5.084	162
Salários e encargos sociais	(975)	131
Tributos a recolher	43.847	39.800
Adiantamentos de clientes	1.474	(10.221)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.846)	(10.341)
Provisão para contingências		(27.551)
Outros passivos a pagar - circulante e não circulante	(1.016)	(4.225)
Caixa líquido decorrente atividades operacionais	**297.138**	**386.347**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.775)	(38.153)
Amortização juros de empréstimos e financiamentos	(40.096)	(46.991)
	211.267	**301.203**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de ativos	6.642	4.605
Aplicações financeiras	534	(13.309)
Aplicação de recursos em imobilizado	(182.199)	(180.549)
Aplicação de recursos em intangível	(832)	(360)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(175.855)**	**(189.613)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos		31.383
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(57.047)	(191.176)
Saída de caixa por redução de capital	(25.000)	
Dividendos pagos	(32.563)	(35.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(114.610)**	**(194.793)**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**(79.198)**	**(83.203)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**544.217**	**627.420**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**465.019**	**544.217**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

18 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento final	2019	2018
Capital fixo Em moeda nacional:				
BNDES: Moderfrota / PSI / PCA / BK (a)	Juros médios ponderados de 5,42% ao ano (juros médios ponderados em 2018 de 6,09% ao ano)	Jul-29	77.448	112.453
	(Cesta de moedas do BNDES e juros médios ponderados em 2018 de 4,76% ao ano)	Jan-19		1.180
	(Variação da TJLP e juros médios ponderados em 2018 de 4,07% ao ano)	Jan-19		4.092
Prorenova (b)	Juros médios ponderados de 5,47 % ao ano em 2018 e 2019	Jan-20	5.862	13.676
	Variação da TJLP e juros médios ponderados de 3,26% ao ano (juros médios ponderados em 2018 de 3,22% ao ano)	Mai-22	12.994	17.562
Capital de giro Em moeda estrangeira:				
Adiantamentos de contrato de exportação	Variação do dólar norte-americano e juros médios ponderados de 5,27% ao ano (juros médios ponderados em 2018 de 5,24% ao ano)	Mai-24	647.512	565.216
Em moeda nacional:				
Resolução 2.471/98 do BACEN (securitização)	Variação do IGP-M limitada a 9% ao ano e juros anuais de 3,20%	Jul-21	1.879	11.406
Menos - Certificados do Tesouro Nacional vinculados (securitizados)	Variação do IGP-M e juros anuais de 12%	Jul-21	(1.413)	(10.615)
Outros		Dez-18		32
			744.282	715.002
Passivo circulante			(34.897)	(66.517)
Passivo não circulante			709.385	648.485

(a) **Moderfrota-** financiamento destinado à aquisição isolada ou associada a investimento, de tratores e colheitadeiras agrícolas; **PSI -** financiamento destinado à estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação; **PCA -** financiamento destinado a apoiar investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns; e **BK -** financiamento destinado à modernização de máquinas e equipamentos instalados no país. (b) **Prorenova** - financiamento destinado à renovação e implantação de novos canaviais. Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens financiados, em montantes de acordo com o valor de mercado destes bens, notas promissórias, títulos federais e avais de diretores e acionistas. Os financiamentos relativos à Resolução 2.471/98 foram securitizados em 1998, com vencimento em 2018 e 2021, em parcelas únicas, mediante resgate dos Certificados do Tesouro Nacional que foram adquiridos, cedidos e transferidos em caráter irrevogável ao credor. Os juros, apropriados mensalmente são amortizados em agosto e novembro de cada ano e estão registrados no passivo circulante. Os juros aplicáveis aos Certificados do Tesouro Nacional são capitalizados e são resgatáveis ao final, junto com o valor do principal, com o propósito único e exclusivo de liquidar o valor do principal atualizado desta obrigação. Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2019	2018
A partir de maio de 2019		58.864
2020	220.339	227.733
2021	188.104	143.098
2021 (securitização, líquida)	422	528
2022	147.784	105.063
2023	128.027	89.518
A partir de maio de 2024 até julho de 2029	24.709	23.681
	709.385	648.485

Certos financiamentos estão sujeitos a cláusulas restritivas, as quais estavam sendo plenamente atendidas em 30/04/2019. **19 Adiantamentos de clientes** Os adiantamentos de clientes correspondem a recebimentos antecipados para futuro fornecimento de etanol e de açúcar, sobre os quais não incidem encargos financeiros. **20 Provisão para contingências** A administração, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a diversos autos de infração e reclamações trabalhistas e cíveis. Quando aplicável esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante (exigível a longo prazo), tendo em vista a expectativa de desfecho dos mesmos e estão assim demonstrados:

	2019	2018
Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras	39.630	34.918
(-) Depósitos judiciais	(10.006)	(9.791)
	29.624	25.127

As provisões para contingência acima, têm as seguintes principais naturezas: (a) ICMS referente, substancialmente, à provisão de autos de infração relativos a compensações de créditos sobre aquisições de partes e peças de bens destinados ao ativo imobilizado. A Companhia entende que há o direito constitucional de utilizar-se dos referidos créditos. No exercício findo em 30/04/2019, a Companhia registrou três autos de infração relacionados a créditos glosados sobre aquisições no período de 2013 a 2015, de material de uso e consumo (substancialmente lubrificantes utilizados em equipamentos agrícolas e industriais), bem como sobre retorno de remessa para industrialização, cujo montante foi de R$ 3.925. No exercício findo em 30/04/2018, a Companhia, utilizando dos benefícios do "PEP" Programa Especial de Parcelamento do Governo do Estado de São Paulo, quitou um débito de ICMS, relativo ao AIIM. nº 3.041.133-6, ocorrendo a baixa contábil, cujo montante foi de R$ 26.034 liquidado através de desembolso de caixa, sobre o qual recaíram reduções de multas e juros que montaram em R$ 12.193. (b) COFINS e PIS referentes, substancialmente, a autos de infração relativos a contribuições não recolhidas no período de janeiro de 1997 a dezembro de 2002, sobre receitas de venda de etanol carburante, em função de determinação da Constituição Federal, que estabelece que nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a combustíveis e minerais do país, parcialmente garantidos por depósito judicial no montante de R$ 4.265. A provisão compreende também os efeitos da majoração da alíquota da COFINS e da inclusão das outras receitas na base de cálculo da COFINS e do PIS, devido à inconstitucionalidade da EC nº 20/98 e da Lei 9.718/98. No exercício findo em 30/04/2018 a Companhia aderiu ao Refis Federal conforme IN. RFB nº 1711/2017 de 16/06/2017; MP. nº 783/17 e 804/17 e Lei nº 13.496/2017, que quitou débitos de Pis e Cofins relativos aos AIIM. nºs 13858000179/2002-36 e 13858000469/2002-80, ocorrendo a baixa contábil cujo montante foi de R$ 1.517 liquidado naquele exercício. (c) INSS refere-se substancialmente, a autos de infração e imposição de multa relacionados a Contribuição Previdenciária, rubricas Rat/Sat; Rural e Terceiros, incidentes sobre as exportações diretas e indiretas efetuadas em 2008 e 2009. No exercício findo em 30/04/2019, a Companhia efetuou depósito judicial complementar para garantia dos autos de infração acima descritos, cujo valor atualizado montou em R$ 214, resultando numa provisão complementar no montante de R$ 188. No exercício findo em 30/04/2018, a Companhia efetuou depósito judicial no montante de R$ 1.631, para garantia integral dos autos de infração acima descritos. (d) Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a reclamações de ex-funcionários da Companhia. (e) Programas de Recuperação Fiscal - No decorrer dos últimos exercícios, a Companhia optou por aderir aos programas de recuperação fiscal instituídos pelas esferas federal e estadual, visando equalizar e regularizar os passivos tributários da mesma. Nesse contexto foram incluídos débitos de IPI, IRPJ, CSLL, ICMS, INSS e PIS E COFINS na condição de pagamento em parcela única. O montante total devido dos processos selecionados para adesão foi de R$ 213.684, sobre o qual recaíram reduções de multas e juros que montaram em R$ 109.005, restando um saldo a pagar de R$ 104.679, liquidados nos últimos exercícios. (f) Depósitos judiciais - A Companhia ainda mantém registrado no ativo não circulante, o montante de R$ 2.485 referente a depósitos judiciais, para os quais não foram contabilizadas provisões para contingências, uma vez que o risco de perda foi classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos (R$ 1.970 em 30/04/2018). (g) Contingências - A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. As provisões para contingências constituídas pela Companhia foram avaliadas pela administração como suficientes para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. A movimentação das provisões para contingência é como segue:

Em 30 de abril de 2017	53.974
Adições de contingências	12.173
Pagamentos de contingências	(27.551)
Reversão de provisões para contingências	(12.193)
Movimentação dos depósitos judiciais	(2.635)
Juros e multas	1.359
Em 30 de abril de 2018	25.127
Adições de contingências	4.113
Movimentação dos depósitos judiciais	(214)
Juros e multas	598
Em 30 de abril de 2019	29.624

21 Imposto de renda e contribuição social diferidos. Composição dos tributos diferidos

Créditos tributários:	2019	Movimentação nas contas patrimoniais	Movimentação no resultado do exercício	2018	Movimentação no resultado do exercício	2017
Imposto de renda sobre:						
Prejuízos fiscais	2.749		2.749		(3.022)	3.022
Operações com perdas na BM&F			(14.804)	14.804	2.483	12.321
Variação cambial passiva	136.377		60.340	76.037	17.078	58.959
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	3.370		602	2.768	(2.078)	4.846
	142.496		48.887	93.609	14.461	79.148
Contribuição social sobre:						
Base de cálculo negativa acumulada	990		990		(1.139)	1.139
Operações com perdas na BM&F			(5.330)	5.330	894	4.436
Variação cambial passiva	49.096		21.723	27.373	6.148	21.225
Adições temporárias (provisões não dedutíveis)	38		(2)	40	(15)	55
	50.124		17.381	32.743	5.888	26.855
Total dos créditos tributários	192.620		66.268	126.352	20.349	106.003
Débitos tributários:						
Imposto de renda sobre:						
Ajuste de avaliação patrimonial	6.593	2.910	(942)	4.625	(1.024)	5.649
Operações com ganhos na BM&F	2.760		2.760			
Depreciação acelerada incentivada	117.390		12.790	104.600	13.859	90.741
Variação cambial ativa	132.079		41.523	90.556	(1.848)	92.404
Ativo biológico	5.681		285	5.396	487	4.909
Avaliação investimentos a valor justo		(5.012)		5.012		5.012
	264.503	(2.102)	56.416	210.189	11.474	198.715
Contribuição social sobre:						
Ajuste de avaliação patrimonial	2.373	1.047	(339)	1.665	(369)	2.034
Operações com ganhos na BM&F	994		994			
Depreciação acelerada incentivada	42.260		4.604	37.656	4.989	32.667
Variação cambial ativa	47.549		14.949	32.600	(665)	33.265
Ativo biológico	2.045		103	1.942	175	1.767
Avaliação investimentos a valor justo		(1.804)		1.804		1.804
	95.221	(757)	20.311	75.667	4.130	71.537
Total dos débitos tributários	359.724	(2.859)	76.727	285.856	15.604	270.252
Imposto de renda e contribuição social diferidos	167.104	(2.859)	10.459	159.504	(4.745)	164.249

Expectativa de realização: Os créditos e os débitos sobre adições e exclusões temporárias serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2019		2018	
	Imposto Renda	Contribuição Social	Imposto Renda	Contribuição Social
Lucro antes dos tributos	181.147	181.147	180.068	180.068
Alíquota	25%	9%	25%	9%
	(45.287)	(16.303)	(45.017)	(16.206)
Tributos sobre adições/exclusões permanentes	2.994		2.858	(231)
Tributos no resultado do exercício representado por	(42.293)	(16.303)	(42.159)	(16.437)
Efeito corrente	(34.764)	(13.373)	(45.146)	(18.195)
Efeito diferido	(7.529)	(2.930)	2.987	1.758

22 Patrimônio líquido. a. Capital social Em 30/04/2019, o capital social está dividido em 15.384.424 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (30/04/2018, 22.166.294 ações ordinárias nominativas). Em 05/04/2018, mediante 22ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 80.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 400.000. Em 1°/01/2019, houve a redução do capital social no montante de R$ 122.382 referente a cisão parcial da Companhia conforme Nota 1.a., passando o mesmo a ser de R$ 277.618. Em 12/04/2019, mediante 24ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 102.382, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 380.000. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria (Nota 15 (a)), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. Em 30/04/2018, contemplava também o ajuste a valor justo de instrumentos financeiros (investimento). **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	122.551	121.472
Base para cálculo das destinações:	122.551	121.472
(-) Constituição de reserva legal	(6.127)	(6.073)
Base elegível a distribuição de dividendos	116.424	115.399
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	29.106	28.849

No exercício findo em 30/04/2019, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 122.551, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 29.106. **e. Reservas de retenção de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **23 Receita líquida de vendas** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

Receita de vendas:	2019	2018
Açúcar mercado externo	148.918	192.801
Açúcar mercado interno	474.961	497.162
Etanol mercado interno	411.135	292.633
Energia elétrica	78.031	68.300
Outros	11.067	14.609
Receita bruta	1.124.112	1.065.505
Impostos	(139.825)	(109.018)
Devoluções de vendas	(2.025)	(2.706)
Receita líquida	982.262	953.781

24 Despesas por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Matéria prima e insumos	(435.880)	(363.681)
Salários, encargos e benefícios	(148.181)	(163.726)
Depreciação e amortização	(138.193)	(130.373)
Despesas com prestadores de serviços	(32.656)	(33.419)
Ajustes ao valor justo do ativo biológico	1.142	1.949
Outras despesas, líquidas	(27.574)	(44.818)
	(781.342)	(734.068)
Classificadas como:	2019	2018
Custo dos produtos vendidos e revendidos	(714.832)	(656.622)
Ajuste do valor justo - ativo biológico	1.142	1.949
Com vendas	(29.687)	(32.710)
Gerais e administrativas	(44.331)	(46.385)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.366	(300)
	(781.342)	(734.068)

A composição de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Reversão de provisão para contingências		12.193
Provisão para contingências	(4.113)	(12.173)
Resultado de alienação ou baixa de bens	(3.794)	(11.872)
Créditos reintegra (Lei nº 13.043/2014)	2.634	4.028
Créditos tributários de PIS, Cofins e ICMS	11.257	
Outros créditos, líquidos	2.193	10.392
Despesas tributárias	(1.811)	(2.868)
	6.366	(300)

25 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	25.840	39.970
Ganhos em operações com derivativos (nota 26.1.c)	219.477	118.265
Outras receitas financeiras	3.811	3.242
Total das receitas financeiras	249.128	161.477
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros sobre financiamentos	(38.237)	(27.694)
Encargos financeiros sobre outros passivos	(598)	(1.359)
Perdas em operações com derivativos (nota 26.1.c)	(154.025)	(126.431)
Outras despesas financeiras	(4.689)	(3.987)
Total das despesas financeiras	(197.549)	(159.471)
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	174.336	118.661
Variação cambial passiva	(245.688)	(160.312)
Variações cambiais, líquidas	(71.352)	(41.651)
Resultado financeiro	(19.773)	(39.645)

26 Instrumentos financeiros. 26.1 Considerações gerais sobre gerenciamento de riscos A Companhia realiza normalmente operações com instrumentos financeiros e utiliza os derivativos com o objetivo de minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar, etanol e soja) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. A contratação de instrumentos financeiros derivativos está relacionada com operações de mercado futuro de moeda (dólar norte-americano) e de *commodities* (açúcar, petróleo e etanol) e contratos de opções de compra e venda de açúcar, petróleo, etanol, milho e moeda (dólar norte-americano). Adicionalmente, são utilizados instrumentos de *swap* visando complementar tal estratégia. A gestão dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada através de políticas de controle e estratégias operacionais. As políticas de controle consistem na comparação das taxas e atualizações contratadas pela Companhia com aquelas vigentes no mercado. Conforme tais políticas, instrumentos financeiros derivativos podem ser contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos financeiros denominados em moeda estrangeira ou para precificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. ***a. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes*** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez e são firmados com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. ***b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar*** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros conforme Nota 18 e representam o valor de realização em 30/04/2019. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se aos de realização. ***c. Derivativos*** A determinação do valor justo ("*fair value*") dos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia é efetuada com base em metodologia padrão no mercado e com base em informações obtidas junto às corretoras e são classificados como "mantidos para negociação" e registrados no ativo circulante quando seu valor justo é positivo e no passivo circulante quando seu valor justo é negativo. As variações do valor justo são registradas no resultado do período. Os saldos de ativo e passivo relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30/04, são como segue:

	2019	2018
Posição ativa:		
Resultado potencial com derivativos - MTM(i)	6.426	1.286
Saldo a receber (ii)	11.603	2.757
	18.029	4.043
Posição passiva:		
Saldo a pagar (iii)	24.657	125.287

(i) Resultado potencial com derivativos -MTM: refere-se ao efeito acumulado positivo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pendentes de liquidação no montante de R$ 6.426, relacionados substancialmente a operações de mercado futuro e de opções de *commodities* (açúcar) realizadas em bolsas de mercadorias no exterior (Em 30/04/2018, R$ 1.286). (ii) Saldo a receber: refere-se a ajustes positivos pendentes de liquidação no montante de R$ 11.603 relacionados, substancialmente, a prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar) (Em 30/04/2018, R$ 2.757 relacionados substancialmente a prêmios pagos em operações de opções de moeda (dólar). (iii) Saldo a pagar: refere-se a ajustes negativos pendentes de liquidação no montante de R$ 24.657 relacionados substancialmente a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de *commodities* (Em 30/04/2018, R$ 125.287 relacionados substancialmente a prêmios recebidos e MTM de operações de opções de moeda (dólar), de MTM de operações de NDF e de MTM de operações de mercado futuro e de opções de *commodities*. Os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos encerrados durante os exercícios findos em 30/04, que afetaram as contas de resultado, são resumidos a seguir (valores positivos referem-se a receitas (ganhos) e valores negativos referem-se a despesas (perdas)):

	2019	2018
Contratos vinculados a produto:		
Contratos futuros e de opções	35.692	(26.089)
Comissões e corretagens	2.577	2.104
Variação cambial	5.348	(364)
	43.617	(24.349)
Contratos vinculados a moeda:		
Contratos futuros e de opções (*Hedge Comercial*)	(10.398)	3.445
Contratos de opções (*Hedge Financeiro*) (i)	37.383	8.320
Contratos de *SWAP* e a termo (*Hedge Comercial*)	(5.150)	4.198
Contratos de *SWAP* e a termo (*Hedge Financeiro*) (i)		220
	21.835	16.183
Efeito líquido	65.452	(8.166)
Efeito nas rubricas da demonstração de resultado:		
Resultado financeiro (nota explicativa nº 25):		
Ganhos com instrumentos derivativos	219.477	118.265
Perdas com instrumentos derivativos	(154.025)	(126.431)
Efeito líquido	65.452	(8.166)

(i) ***Hedge Financeiro***: refere-se ao efeito contabilizado no resultado auferido em operações de hedge (instrumentos financeiros derivativos - opções de venda – *Put* e opções de compra – *Call*) vinculadas a contratos de financiamentos, visando a transformação de dívida indexada à variação cambial (dólar) em reais (R$). Referidas transações são liquidadas nos seus vencimentos pelo valor líquido do ganho ou perda verificado, sem ocorrer trânsito de caixa do valor do principal contratado. A composição dos instrumentos financeiros derivativos, em aberto e por natureza de risco coberto, em 30/04, é como segue: *1. Contratos futuros de commodities e moeda*

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
					Contratos em 30/04/2019
Contratos futuros - Açúcar:					
Posição comprada com vencimentos entre julho de 2019 e outubro de 2020	236.462	12,9220	265.769	265.148	(621)
Posição vendida com vencimentos para julho e outubro de 2019	24.439	13,5078	28.713	26.385	2.328
Contratos futuros - Etanol:	(m³)	(R$m³)			
Posição comprada com vencimentos entre junho e dezembro de 2019	20.550	1.653,8019	33.986	35.689	1.703
Posição vendida com vencimentos para maio e novembro de 2019	1.080	1.754,4444	1.895	1.940	(45)
Contratos futuros - Petróleo:	(m³)	(R$m³)			
Posição vendida com vencimento para junho de 2019	7.950	1.492,7626	11.868	12.606	(738)
Contratos futuros - Dólar:	(US$)	(R$)			
Posição comprada com vencimento para julho de 2019	5.000	3,5000	17.500	17.205	(295)
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2019 e abril de 2020	84.539	3,8961	329.373	333.441	(4.068)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(1.736)

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
					Contratos em 30/04/2018
Contratos futuros - Açúcar:					
Posição comprada com vencimentos entre julho de 2018 e maio de 2019	108.363	13,2339	110.074	100.736	(9.338)
Posição vendida com vencimentos entre julho de 2018 e março de 2019	34.129	15,8164	41.426	34.789	6.637
Contratos futuros - Etanol:	(m³)	(R$m³)			
Posição comprada com vencimentos entre maio e setembro de 2018	36.840	1.558,3876	57.411	59.182	1.771
Contratos futuros - Petróleo:	(m³)	(R$m³)			
Posição comprada com vencimentos para junho e setembro de 2018	7.791	1.157,1483	9.015	12.400	3.385
Posição vendida com vencimentos entre junho e outubro de 2018	135.204	1.170,9667	158.318	202.956	(44.638)
Contratos futuros - Dólar:	(US$)	(R$)			
Posição vendida com vencimentos entre maio e agosto de 2018	105.473	3,4442	363.270	368.850	(5.580)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(47.763)

2. Contratos de opções de commodities e moeda

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
					Contratos em 30/04/2019
Contratos de Opções - Açúcar:					
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimentos para julho e outubro de 2019	40.642	0,2652	938	624	(314)
Posição vendida com vencimentos entre julho de 2019 e março de 2020	236.232	0,0942	1.937	2.267	(330)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre julho de 2019 e março de 2020	172.729	0,0754	1.132	2.667	(1.535)
Posição vendida com vencimentos entre julho de 2019 e março de 2020	177.809	0,1923	2.974	12.851	9.877
Contratos de Opções - Milho:					
Opções de Compra (Call):		(US$BU)			
Posição comprada com vencimento para julho de 2019	19.050	0,1203	356	337	(19)
Posição vendida com vencimento para julho de 2019	19.050	0,0470	139	116	23
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimento para julho de 2019	19.050	0,0742	219	611	(392)
Contratos de Opções - Petróleo:					
Opções de Compra (Call):	(m³)	(R$m³)			
Posição vendida com vencimentos entre julho e novembro de 2019	103.350	88,9137	9.189	13.584	(4.395)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimento para outubro de 2019	11.925	53,3484	636	945	(309)
Posição vendida com vencimentos entre setembro e novembro de 2019	59.625	87,3921	5.210	5.084	(126)
Contratos de Opções - Etanol:					
Opções de Venda (Put):	(m³)	(R$m³)			
Posição comprada com vencimentos entre julho e dezembro de 2019	8.100	1.665,1111	13.487	13.753	(266)
Contratos de Opções - Dólar:					
Opções de Compra (Call):	(US$)	(R$)			
Posição vendida com vencimento para julho de 2019	10.000	0,2105	2.105	922	1.183
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre maio de 2019 e maio de 2020	196.000	0,1545	30.291	9.381	20.910
Posição vendida com vencimento para maio de 2019	65.000	0,1785	11.603		(11.603)
Total - registrado em instrumentos financeiros					12.704

Instrumentos	Volume (Ton.)	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) R$	Valor Justo (Fair Value) R$	Efeito (pagar) / receber - R$
					Contratos em 30/04/2018
Contratos de Opções - Açúcar:					
Opções de Compra (Call):					
Posição comprada com vencimento para julho de 2018	5.080	0,4400	172	4	(168)
Posição vendida com vencimentos entre julho de 2018 e outubro de 2019	96.525	0,2566	1.900	3.177	(1.277)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre julho de 2018 e outubro de 2019	149.374	0,3308	3.792	11.077	(7.285)
Posição vendida com vencimentos para outubro de 2018 e outubro de 2019	81.696	0,1828	1.146	9.346	8.200
Contratos de Opções - Milho:					
Opções de Compra (Call):		(US$BU)			
Posição comprada com vencimento para julho de 2018	12.700			230	230
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimento para julho de 2018	12.700			(65)	(65)
Contratos de Opções - Petróleo:					
Opções de Compra (Call):	(m³)	(R$m³)			
Posição comprada com vencimentos entre junho e dezembro de 2018	238.500	35,4763	8.461	20.444	11.983
Posição vendida com vencimentos entre junho e dezembro de 2018	278.250	17,1244	4.765	11.003	(6.238)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre julho e dezembro de 2018	254.400	17,6935	4.501	5.760	(1.259)
Posição vendida com vencimento para julho de 2018	15.900	10,9469	174	(423)	(597)
Contratos de Opções - Dólar:					
Opções de Compra (Call):	(US$)	(R$)			
Posição comprada com vencimentos entre maio e junho de 2018	10.000	0,0770	770	815	45
Posição vendida com vencimentos entre maio de 2018 e janeiro de 2019	163.000	0,0830	13.537	18.279	(4.742)
Opções de Venda (Put):					
Posição comprada com vencimentos entre maio e setembro de 2018	210.000	0,2661	55.876	78.094	(22.218)
Posição vendida com vencimentos para maio de 2018	7.700	0,2580	1.987	146	(1.841)
Total - registrado em instrumentos financeiros					(25.232)

26.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade. *26.2.1 Análise de sensibilidade - risco de taxa de juros:* A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros, qual seria o impacto da variação das taxas de juros no resultado em diferentes cenários. A tabela abaixo resume todas as posições da situação financeira da Companhia pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem hedge	378.749	(1.056)	1.056	(2.640)	2.640	(5.279)	5.279
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem hedge	437.279	2.764	(2.764)	6.909	(6.909)	13.818	(13.818)
Impacto no resultado operacional		1.708	(1.708)	4.269	(4.269)	8.539	(8.539)

No cenário acima, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes acima foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: · Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem *hedge*; · Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes, sem *hedge*; · Índices de comparação da taxa de juros: LIBOR 6 meses e CDI. ***26.2.2 Análise de sensibilidade - risco de variação cambial:*** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de câmbio, qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado em diferentes cenários.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Passivos financeiros em moeda estrangeira	639.730	(63.973)	63.973	(159.933)	159.933	(319.865)	319.865
Ativos financeiros em moeda estrangeira	70.362	7.036	(7.036)	17.591	(17.591)	35.181	(35.181)
Derivativos em moeda estrangeira (venda)	332.667	(33.267)	33.267	(83.166)	83.166	(166.333)	166.333
Impacto no resultado operacional		(90.204)	90.204	(225.508)	225.508	(451.017)	451.017

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise acima. A tabela acima mostra a sensibilidade do resultado operacional da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. A paridade de moeda incluída na análise é: · US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Segue abaixo as principais premissas da análise: · Passivos financeiros em moeda estrangeira; · Ativos financeiros em moeda estrangeira; e · Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de taxa de câmbio. ***26.2.3 Análise de sensibilidade - risco de commodities***

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Instrumentos derivativos:							
Açúcar: Posição Comprada	269.681	26.968	(26.968)	67.420	(67.420)	134.841	(134.841)
Posição Vendida	31.782	(3.178)	3.178	(7.946)	7.946	(15.891)	15.891
Etanol: Posição Comprada	33.986	3.399	(3.399)	8.497	(8.497)	16.993	(16.993)
Posição Vendida	15.382	(1.538)	1.538	(3.846)	3.846	(7.691)	7.691
Petróleo: Posição Comprada	5.210	520	(520)	1.303	(1.303)	2.604	(2.604)
Posição Vendida	21.693	(2.169)	2.169	(5.423)	5.423	(10.847)	10.847
Impacto no resultado operacional		24.002	(24.002)	60.005	(60.005)	120.009	(120.009)

Foram incluídos na análise o valor justo dos instrumentos derivativos das commodities contratadas. A tabela acima mostra a análise de sensibilidade sobre o resultado operacional da Companhia para as possíveis variações dos preços das commodities contratadas. A análise baseia-se: · Tela dos contratos de açúcar NY (*NYBOT Sugar Number* 11); · Tela dos contratos de açúcar LN (*Liffe White Sugar*); · Tela dos contratos de etanol (BM&F); · Tela dos contratos de milho CHICAGO; e · Tela dos contratos de petróleo LN. Os contratos futuros e de opções de preços das *commodities* contratadas foram combinados de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. *Gerenciamento de risco financeiro* Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de mercado; · Risco operacional; e · Risco de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. *Estrutura de gerenciamento de risco* **Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados de contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar e etanol é centrada no relacionamento formalizado com clientes chaves de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	9	465.019	544.217
Aplicações financeiras	9.a	22.331	22.865
Contas a receber de clientes	10	124.417	91.137
Instrumentos financeiros	26	18.029	4.043
Depósitos judiciais	20	2.485	1.970
Outros créditos		2.978	6.313
		635.259	670.545

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são pulverizados em diversas instituições financeiras (considerados bancos de primeira linha). Adicionalmente, a Companhia possui junto a maioria dessas instituições, operações de empréstimos e financiamentos. No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

2019	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	465.019	465.019				
Aplicações financeiras	22.331	22.331				
Instrumentos financeiros	18.029	18.029				
Contas a receber de clientes	124.417	124.417				
Depósitos judiciais	2.485				2.485	
Outros créditos	2.978	2.978				
	635.259	632.774			2.485	
Passivos						
Fornecedores	34.292	34.292				
Empréstimos e financiamentos	744.282	22.908	11.989	220.339	464.337	24.709
Dividendos Propostos	29.106	29.106				
Instrumentos financeiros	24.657	24.657				
Outras contas a pagar	1.237	1.237				
	833.574	112.200	11.989	220.339	464.337	24.709

2018	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	544.217	544.217				
Aplicações financeiras	22.865	22.865				
Instrumentos financeiros	4.043	4.043				
Contas a receber de clientes	91.137	91.137				
Depósitos judiciais	1.970				1.970	
Outros créditos	6.313	6.313				
	670.545	668.575			1.970	
Passivos						
Fornecedores	29.208	29.208				
Empréstimos e financiamentos	715.002	21.669	44.848	58.864	476.422	113.199
Dividendos Propostos	28.849	28.849				
Instrumentos financeiros	125.287	125.287				
Outras contas a pagar	3.478	3.478				
	901.824	208.491	44.848	58.864	476.422	113.199

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. **Risco de mercado** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. ***Risco de taxas de câmbio*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. Para minimizar este risco a Companhia procura conciliar suas exportações em moeda estrangeira com a exposição ao risco de taxas de câmbio geradas pelos passivos em moeda estrangeira. ***Risco de taxas de juros*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais. ***Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos*** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. *Instrumentos financeiros* Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

Ativos	Nota	2019	2018
Custo amortizado (2018 - Empréstimos e recebíveis)			
Caixa e equivalentes de caixa	9	465.019	544.217
Aplicações financeiras	9.a	22.331	22.865
Contas a receber de clientes	10	124.417	91.137
Depósitos judiciais		2.485	1.970
Outros créditos		2.978	6.313
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	26	18.029	4.043
Total		635.259	670.545
Passivos	**Nota**	**2019**	**2018**
Custo amortizado (2018 - Outros passivos)			
Fornecedores	17	34.292	29.208
Empréstimos e financiamentos	18	744.282	715.002
Dividendos propostos	22.d	29.106	28.849
Outras contas a pagar		1.237	3.478
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	26	24.657	125.287
Total		833.574	901.824

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima. **Gestão de capital** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos seus índices de alavancagem financeira. Estes índices correspondem substancialmente à dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

	2019	2018
Total dos empréstimos junto à instituições financeiras (Nota 18)	744.282	715.002
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(465.019)	(544.217)
Menos: aplicações financeiras (Nota 9.a)	(22.331)	(22.865)
Dívida líquida	256.932	147.920
Total do patrimônio líquido	824.844	891.152
Total do capital	1.081.776	1.039.072
Índice de alavancagem financeira - %	24	14

Valor justo versus valor contábil Para todas as operações, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. ***Hierarquia de valor justo*** A Nota 4.c fornece um resumo dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo. ***Apuração do valor justo*** · **Nível 1** - São classificados nesse nível, caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. · **Nível 2** - São classificados nesse nível operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas junto a instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelo método de fluxo de caixa futuro da operação, descontado a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, extraídas da BMF & Bovespa. · **Nível 3** - Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível.

	2019 Nível 1	2019 Nível 2	2019 Nível 3	2018 Nível 1	2018 Nível 2	2018 Nível 3
Ativo						
Instrumentos financeiros derivativos		18.029			4.043	
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos		24.657			125.287	

Instrumentos financeiros derivativos A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial e de flutuações nos preços de mercado de seus produtos. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como "valor justo por meio do resultado". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F. **27. Lucro líquido básico e diluído por ação** As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	2019	2018
Lucro líquido do exercício	122.551	121.472
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	19.937	22.166
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	6,15	5,48

Para os exercícios findos em 30 de abril de 2019 e 2018, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **28. Compromissos** Em 30/04/2019, a Companhia possui contratos com parceiros e fornecedores de cana-de-açúcar, com a finalidade de garantir parte de sua produção futura, no montante aproximado de 14.713 mil toneladas de cana-de-açúcar (13.965 mil em 2018), sendo 3.683 mil toneladas de cana-de-açúcar na próxima safra, 11.030 mil toneladas de cana-de-açúcar para as safras seguintes, que serão valorizadas pelos preços a serem fixados a cada safra pelo sistema CONSECANA- SP. Adicionalmente, a Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento no mercado externo de cerca de 154.979 toneladas de açúcar cristal branco (130.573 toneladas de açúcar cristal branco em 2018). Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra, com clientes para o fornecimento no mercado interno de cerca de 283.038 toneladas de açúcar cristal branco (298.844 toneladas em 2018). Em de 30/04/2019 não existe compromisso firmado com clientes para o fornecimento de etanol. **29. Cobertura de seguros** A Companhia mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30/04/2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura Máxima
Estoques, edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão e outros	592.000
Veículos (Cobertura)	Danos materiais, pessoais e casco	3.985

30. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa a. Venda de imobilizado

	2019	2018
Valor contábil líquido (Notas 15 e 16)	10.436	16.477
Prejuízo da alienação de imobilizado	(3.794)	(11.872)
Valores recebidos na alienação de imobilizado	6.642	4.605

b. Reconciliação da dívida líquida

	Empréstimos bancários Circulante	Não circulante	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Aplicações financeiras	Dívida líquida
Total em 30/04/2017	203.020	632.190	835.210	(627.420)	(9.556)	198.234
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(46.991)		(46.991)	46.991		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(191.176)		(191.176)	191.176		
Aquisição de novos financiamentos		31.383	31.383	(31.383)		
Outros				(123.581)	(13.309)	(136.890)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias e cambiais	5.920	40.665	46.585			46.585
Transferências para o circulante	56.703	(56.703)				
Juros e encargos	39.041	5	39.046			39.046
Financiamentos de bens do ativo imobilizado		945	945			945
Total em 30/04/2018	66.517	648.485	715.002	(544.217)	(22.865)	147.920
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(40.096)		(40.096)	40.096		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(57.047)		(57.047)	57.047		
Outros				(17.945)	534	(17.411)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Variações monetárias e cambiais	1.771	75.604	77.375			77.375
Transferências para o circulante	25.307	(25.307)				
Juros e encargos	38.445		38.445			38.445
Financiamentos de bens do ativo imobilizado		10.603	10.603			10.603
Total em 30/04/2019	34.897	709.385	744.282	(465.019)	(22.331)	256.932

A Diretoria

Waldir Aparecido Vellano - Contador CRC 1SP109.847/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Álcool em 30 de abril de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

Continua...

Continuação...

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 53.009.825/0001-33

erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de julho de 2019
PricewaterhouseCoopersAuditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Luís Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

ALTO ALEGRE

Lincoln Junqueira Agro S.A.

CNPJ 32.087.360/0001-69

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2019. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. **A Diretoria.**

Presidente Prudente-SP, 22 de julho de 2019

Balanço patrimonial em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	7	50.161
Contas a receber de clientes		577
Total do ativo circulante		50.738
Não Circulante		
Imobilizado	8	49.753
Total do ativo não Circulante		49.753
Total do ativo		100.491

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2019
Circulate		
Fornecedores		200
Tributos a recolher		25
Dividendos propostos a pagar	10.c	358
Total do passivo circulante		583
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	16.041
Total do passivo não circulante		16.041
Total do passivo		16.624
Patrimônio líquido		
Capital social		63.206
Ajuste de avaliação patrimonial		19.510
Reservas de lucros		1.151
Total do patrimônio líquido		83.867
Total do passivo e patrimônio liquido		100.491

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercício findo em 30 de abril (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019
Receita líquida das vendas	565
Custo dos produtos vendidos	-
Lucro bruto	**565**
Receitas (despesas) operacionais	
Gerais e administrativas	(25)
	(25)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	**540**
Receitas financeiras	975
Resultado financeiro, líquido	**975**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.515**
Imposto de renda	(5)
Contribuição social	(5)
Lucro líquido do exercício	**1.505**
Lucro líquido básico e diluído por ação (expresso em R$ por ação)	0,62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

"Durante o exercício findo em 30 de abril de 2019, não ocorreram transações e outros eventos que justifique a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente"

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	1.505
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:"	
Depreciação e amortização	8
Variação nos ativos operacionais:	
Contas a receber de clientes	(577)
Variação nos passivos operacionais:	
Fornecedores	200
Tributos a recolher	25
	1.161
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.161**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Entrada de caixa por aumento de capital	49.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**49.000**
Acréscimo líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**50.161**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**50.161**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrionial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucro acumulados	Total
Em 30 de abril de 2018	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	1	-	-	-	-	1
Realização do custo atribuído	-	(4)	-	4	-	-
Incorporação por cisão parcial	63.205	19.514	-	-	-	82.719
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.505	1.505
Constituição da reserva legal	-	-	75	-	(75)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,15 por ação)	-	-	-	-	(358)	(358)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.072	(1.072)	-
Em 30 de abril de 2019	**63.206**	**19.510**	**75**	**1.076**	**-**	**83.867**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Lincoln Junqueira Agro S.A. (''Companhia''), foi constituída em 22/10/2018 com sede em Caiabú/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola. **a. Incorporação** Em 1º/01/2019, mediante 1ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira, seguida de Incorporação do Acervo Patrimonial Cindido pela Companhia. A Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira, é uma companhia do mesmo controle acionário da Companhia. O objetivo da cisão foi para racionalizar e aperfeiçoar a estrutura societária e gestão patrimonial do grupo e melhor assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades empresariais, mediante a segregação dos imóveis rurais. Abaixo, demonstramos os impactos no balanço patrimonial da Companhia em 1º/01/2019:

1° de janeiro de 2019	Saldos em 01/01/2019	Parcela incorporada	Saldos após incorporação
Caixa e equivalentes de caixa	1	49.000	49.001
Total do ativo circulante	1	49.000	49.001
Imobilizado	-	49.763	49.763
Total do ativo não circulante	-	49.763	49.763
Total do ativo	1	98.763	98.764
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	16.044	16.044
Total do passivo não circulante	-	16.044	16.044
Total do passivo	-	16.044	16.044
Capital social	1	63.205	63.206
Ajustes de avaliação patrimonial	-	19.514	19.514
Total do patrimônio líquido	1	82.719	82.720
Total do passivo e do patrimônio líquido	1	98.763	98.764

2. Base de preparação a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/07/2019. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Contas a receber de clientes** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **6. Principais políticas contábeis a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. **c. Demais passivos - circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **7. Caixa e equivalentes de caixa**

	2019
Caixa e bancos	286
Aplicações financeiras	49.875
	50.161

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 99,00% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **8. Ativo imobilizado**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Total
Em 30 de abril de 2018	-	-	-
Incorporação	48.631	1.131	49.762
Em 30 de abril de 2019	48.631	1.131	49.762

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Total
Em 30 de abril de 2018	-	-	-
Adições	-	(9)	(9)
Em 30 de abril de 2019	-	(9)	(9)
Saldo líquido em 30 de abril de 2018	-	-	-
Saldo líquido em 30 de abril de 2019	48.631	1.122	49.753
Taxas médias anuais de depreciação	-	3,0%	-

9. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos

	2019	Movimentação nas contas patrimoniais
Débitos tributários		
Imposto de renda sobre:		
Ajuste de avaliação patrimonial	11.795	11.795
Contribuição social sobre:		
Ajuste de avaliação patrimonial	4.246	4.246
Total dos débitos tributários	**16.041**	**16.041**
Imposto de renda e contribuição social líquidos	**16.041**	**16.041**

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

2019	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	1.515	1.515
Alíquota	25%	9%
	(379)	(136)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	374	131
Tributos no resultado do exercício	(5)	(5)
Efeito corrente	(7)	(6)
Efeito diferido	2	1

10. Patrimônio líquido a. Capital social Em 30/04/2019, o capital social está dividido em 2.412.816 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 1°/01/2019, houve aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 63.205 referente a incorporação pela Companhia de cisão parcial da Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira, conforme Nota 1.a., passando o mesmo a ser de R$ 63.206. **a. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **b. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. **c. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2019
Lucro líquido do exercício	1.505
Base para destinações	1.505
(-) Constituição da reserva legal	(75)
Base elegível de distribuição de dividendos	1.430
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	358

d. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **11. Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro diluído por ação:

Básico e diluído	2019
Lucro líquido do exercício	1.505
Número de ações durante o exercício (milhares)	2.413
Lucro por ação - básico e diluído - R$	0,62

Para os exercícios findos em 30 de abril de 2019, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

ALTO ALEGRE

Alto Alegre Agro S.A.

CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2019. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. **A Diretoria.**

Presidente Prudente-SP, 22 de julho de 2019

Balanço patrimonial em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	7	24.517
Total do ativo circulante		24.517
Não Circulante		
Imobilizado	8	20.414
Total do ativo não circulante		20.414
Total do ativo		44.931

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2019
Circulate		
Dividendos propostos a pagar	10.c	110
Total do passivo circulante		110
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.371
Total do passivo não circulante		2.371
Total do passivo		2.481
Patrimônio líquido		
Capital social		37.621
Ajuste de avaliação patrimonial		4.474
Reservas de lucros		355
Total do patrimônio líquido		42.450
Total do passivo e patrimônio liquido		44.931

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercício findo em 30 de abril (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019
Receitas (despesas) operacionais	-
Gerais e administrativas	(15)
	(15)
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	(15)
Receitas financeiras	481
Resultado financeiro, líquido	481
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	466
Imposto de renda	(1)
Lucro líquido do exercício	465
Lucro líquido básico e diluido por ação (expresso em R$ por ação)	0,26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

"Durante o exercício findo em 30 de abril de 2019, não ocorreram transações e outros eventos que justifique a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente"

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercício findo em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	465
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	2
	467
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**467**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aplicação de recursos em imobilizado	(950)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(950)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Entrada de caixa por aumento de capital	25.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**25.000**
Acréscimo líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**24.517**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**24.517**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucro acumulados	Total
Em 30 de abril de 2018	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	1	-	-	-	-	1
Incorporação por cisão parcial	37.620	4.474	-	-	-	42.094
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	465	465
Constituição da reserva legal	-	-	23	-	(23)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,06 por ação)	-	-	-	-	(110)	(110)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	332	(332)	-
Em 30 de abril de 2019	37.621	4.474	23	332	-	42.450

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Alto Alegre Agro S.A., (''Companhia''), foi constituída em 22/10/2018, com sede em Presidente Prudente, Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola. **a. Incorporação** Em 1º/01/2019, mediante 1ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Usina Alto Alegre S.A. Açúcar e Álcool, seguida de Incorporação do Acervo Patrimonial Cindido pela Companhia.'' A Usina Alto Alegre S.A. Açúcar e Álcool, é uma companhia do mesmo controle acionário da Companhia. O objetivo da cisão foi para racionalizar e aperfeiçoar a estrutura societária e gestão patrimonial do grupo e melhor assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades empresariais, mediante a segregação dos imóveis rurais. Abaixo, demonstramos os impactos no balanço patrimonial da Companhia em 1º/01/2019:

	Saldos em 01/01/2019	Parcela incorporada	Saldos após incorporada
Caixa e equivalentes de caixa	1	25.000	25.001
Total do ativo circulante	1	25.000	25.001
Imobilizado		19.465	19.465
Total do ativo não circulante		19.465	19.465
Total do ativo	1	44.465	44.466
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.371	2.371
Total do passivo não circulante		2.371	2.371
Total do passivo		2.371	2.371
Capital social	1	37.620	37.621
Ajustes de avaliação patrimonial		4.474	4.474
Total do patrimônio líquido	1	42.094	42.095
Total do passivo e do patrimônio líquido	1	44.465	44.466

2 Base de preparação. a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/07/2019. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) *Contas a receber de clientes*** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) *Imobilizado*** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5 Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **6 Principais políticas contábeis. a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Imobilizado. (i) *Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. **c. Demais passivos - circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **7 Caixa e equivalentes de caixa**

	2019
Caixa e bancos	88
Aplicações financeiras	24.429
	24.517

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 99,00% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **8 Ativo imobilizado**

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Imobilizado em andamento	Total
Em 30 de abril de 2018	-	-	-	-
Incorporação	19.399	65	950	20.414
Em 30 de abril de 2019	19.399	65	950	20.414

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Imobilizado em andamento	Total
Em 30 de abril de 2018	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-
Em 30 de abril de 2019	-	-	-	-
Saldo líquido em 30 de abril de 2018	-	-	-	-
Saldo líquido em 30 de abril de 2019	19.399	65	950	20.414
Taxas médias anuais de depreciação	-	3,0%	-	-

9 Imposto de renda e contribuição social. Composição dos tributos diferidos

Débitos tributários	2019	Movimentação nas contas patrimoniais	2018
Imposto de renda sobre:			
Ajuste de avaliação patrimonial	1.743	1.743	-
Contribuição social sobre:			
Ajuste de avaliação patrimonial	628	628	-
Total dos débitos tributários	2.371	2.371	-
IR e contribuição social líquidos	2.371	2.371	-

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

2019	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	466	466
Alíquota	25%	9%
	(117)	(42)
Ajuste diferença alíquota (lucro presumido)	116	42
Tributos no resultado do exercício	(1)	-
Efeito corrente	(1)	-
Efeito diferido	-	-

10 Patrimônio líquido. a. Capital social Em 30/04/2019, o capital social está dividido em 1.800.715 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 1°/01/2019, houve aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 37.620 referente a incorporação pela Companhia de cisão parcial da Usina Alto Alegre S.A. – Açúcar e Álcool, conforme Nota 1.a., passando o mesmo a ser de R$ 37.621. **a. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **b. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. **c. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício.

	2019
Lucro líquido do exercício	465
Base para destinações	465
(-) Constituição da reserva legal	(23)
Base elegível de distribuição de dividendos	442
Dividendos - percentual de 25% (mínimo obrigatório de acordo com estatuto social)	110

d. Reservas de retenção de lucros Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **11 Lucro básico e diluído por ação** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	2019
Lucro líquido do exercício	465
Número de ações durante o exercício (milhares)	1.801
Lucro por ação - básico e diluído - R$	0,26

Para os exercícios findos em 30/04/2019, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

ALTA MOGIANA

Alta Mogiana Agro S.A.

C.N.P.J. 31.937.012/0001-70 – NIRE 35.300.527.585

Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de abril de 2019. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

São Joaquim da Barra-SP, 22 de julho de 2019

A Diretoria.

Balanço patrimonial em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7	23.840
Contas a receber de clientes		266
Impostos a recuperar		2
Total do ativo circulante		**24.108**
Não Circulante		
Imobilizado	8	115.493
Total do ativo não circulante		**115.493**
Total do ativo		**139.601**

Passivo	Nota explicativa	2019
Circulante		
Fornecedores		2
Tributos a recolher		12
Dividendos propostos a pagar	10.d	112
Outras contas a pagar		265
Total do passivo circulante		**391**
Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	6.049
Total do passivo não circulante		**6.049**
Total do passivo		**6.440**
Patrimônio líquido		
Capital social	10.a	122.383
Ajuste de avaliação patrimonial		10.420
Reservas de lucros		358
Total do patrimônio líquido		**133.161**
Total do passivo e patrimônio líquido		**139.601**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercício findo em 30 de abril (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2019
Receita líquida de vendas	11	**261**
Custos dos produtos vendidos		
Lucro bruto		**261**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas		(35)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**226**
Despesas financeiras		(227)
Receitas financeiras		480
Resultado financeiro	12	253
Lucro antes dos impostos		**479**
Imposto de renda		(6)
Contribuição social		(3)
Lucro líquido do exercício		**470**
Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	13	**0,07**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2019
Lucro líquido do exercício	**470**
Outros componentes do resultado abrangente:	
Total do resultado abrangente do exercício	**470**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	470
	470
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) ou redução dos ativos	
Contas a receber de clientes	(266)
Impostos a recuperar- circulante e não circulante	(2)
Aumento ou (redução) dos passivos	
Fornecedores	2
Tributos a recolher	12
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**216**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aplicação de recursos em imobilizado	(417)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(417)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Constituição do capital social inicial	1
Entrada de caixa por aumento de capital	25.000
Amortização de outras contas a pagar	(960)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**24.041**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**23.840**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**23.840**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído de ativos	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de abril de 2018							
Integralização de capital		1					1
Incorporação por cisão parcial	10.a	122.382	10.420				132.802
Lucro líquido do exercício						470	470
Destinações:							
Constituição de reserva legal				23		(23)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,0165 por ação)	10.d					(112)	(112)
Constituição de reserva de retenção de lucros					335	(335)	
Saldos em 30 de abril de 2019		**122.383**	**10.420**	**23**	**335**		**133.161**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional A Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 23/10/2018, com sede em São Joaquim da Barra/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola. **a. Incorporação** Em 01/01/2019, mediante 1ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Usina Alta Mogiana S.A. Açúcar e Álcool, seguida de Incorporação do Acervo Patrimonial Cindido pela Alta Mogiana Agro S.A.". A Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool, é uma Companhia do mesmo controle acionário da Companhia. O objetivo da cisão foi para racionalizar e aperfeiçoar a estrutura societária e gestão patrimonial do grupo e melhor assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades empresariais, mediante a segregação dos imóveis rurais. Abaixo, demonstramos os impactos no balanço patrimonial da Companhia em 1º/01/2019:

	Saldos em 01/01/2019	Parcela incorporada	Saldos após incorporação
Caixa e equivalentes de caixa	1	25.000	25.001
Total do ativo circulante	1	25.000	25.001
Imobilizado		115.076	115.076
Total do ativo não circulante		115.076	115.076
Total do ativo	1	140.076	140.077
Outras contas a Pagar		1.225	1.225
Total do passivo circulante		1.225	1.225
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.049	6.049
Total do passivo não circulante		6.049	6.049
Total do passivo		7.274	7.274
Capital social	1	122.382	122.383
Ajustes de avaliação patrimonial		10.420	10.420
Total do patrimônio líquido	1	132.802	132.803
Total do passivo e do patrimônio líquido	1	140.076	140.077

2 Base de preparação a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/07/2019. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Contas a receber de clientes** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **5 Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira. **6 Principais políticas contábeis a. Capital Social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. **c. Demais passivos – circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **d. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **e. Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio de ações em circulação durante o exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2019
Bancos	15
Aplicações financeiras	23.825
	23.840

As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Operações Compromissadas, remuneradas à taxa de 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

8 Imobilizado. Custo

	Terras
Em 30 de abril de 2018	
Aquisições	417
Incorporação	115.076
Em 30 de abril de 2019	115.493

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos Composição dos tributos diferidos

Débitos tributários:	2019	Movimentação nas contas patrimoniais	2018
Imposto de renda sobre:			
Ajuste de avaliação patrimonial	4.448	4.448	
Contribuição social sobre:			
Ajuste de avaliação patrimonial	1.601	1.601	
Total dos débitos tributários	6.049	6.049	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.049	6.049	

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

2019	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	266	266
Base de cálculo presumida (8%)	21	21
Receitas financeiras	15	15
Base de cálculo lucro presumido	36	36
Alíquota	25%	9%
	(9)	(3)
Tributos sobre adições/exclusões permanentes	3	
Tributos no resultado do exercício representado por	(6)	(3)
Efeito corrente	(6)	(3)
Efeito diferido		

10. Patrimônio líquido a. Capital social Em 30/04/2019, o capital social está dividido em 6.782.871 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O aumento do capital no montante de R$ 122.382 refere-se a incorporação parcial da Companhia Usina Alta Mogiana S.A. – Açúcar e Álcool, conforme Nota 1.a., passando o mesmo a ser de R$ 122.383. **b. Reserva legal** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se a reavaliação própria, líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros retidos. **d. Dividendos** De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos de 25% do lucro líquido, após a apropriação da reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, os quais são calculados como segue:

	2019
Lucro líquido do exercício	470
Base para cálculo das destinações:	470
(-) Constituição de reserva legal	(23)
Base elegível a distribuição de dividendos	447
Dividendos - 25% (mínimo obrigatório de acordo com Estatuto Social)	112

No exercício findo em 30/04/2019, a Companhia apresentou lucro líquido de R$ 470, constituindo base para o registro da Reserva Legal e, por conseguinte os Dividendos mínimos obrigatórios propostos no valor de R$ 112. **e. Reservas de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **11. Receita líquida de vendas A Receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:**

	2019
Receita de vendas:	
Cana-de-Açúcar mercado interno	266
Receita bruta	266
Impostos	(5)
Receita líquida	261

12. Resultado financeiro	2019
Receitas financeiras:	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	480
Total das receitas financeiras	480
Despesas financeiras:	
Encargos financeiros sobre outros passivos	(227)
Total das despesas financeiras	(227)
Resultado financeiro	253

13. Lucro líquido básico e diluído por ação A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	2019
Lucro líquido do exercício	470
Número de ações durante o exercício (milhares)	6.783
Lucro líquido por ação - básico e diluído - R$	0,07

Para o exercício findo em 30 de abril de 2019, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

A Diretoria

Waldir Aparecido Vellano - Contador CRC 1SP109.847/O-8

4ª Vara da Família e Sucessões
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20(VINTE) DIAS. PROCESSO Nº **1022056-11.2017.8.26.0003** O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, DR. LEONARDO AIGNER RIBEIRO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao requerido, LUIS CARLOS BARBOSA ARRAIS, brasileiro, RG 4328602, CPF 463.045.848-49, que lhe foi proposta uma ação de Conversão de Separação Judicial Em Divórcio por parte de Genivalda Nascimento Arrais, requerendo, em síntese, a conversão da anterior Separação Judicial, em DIVÓRCIO. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15(quinze) dias, úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de abril de 2019. [1,2]

8ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL. EDITAL de **CITAÇÃO**. Prazo: **20 dias**. Proc. nº **1131411-58.2014.8.26.0100**. O **Dr. HELMER AUGUSTO TOQUETON AMARAL**, MM Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do foro Central da Comarca da Capital, Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER** a **CIZESKI CONSTRUÇÕES LTDA.** (CNPJ 10.345.050/0001-64), na pessoa de seu representante legal, que **CCB BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.** lhe move ação de **REINTEGRAÇÃO DE POSSE** tendo por objeto um caminhão Ford Cargo C1933TL, diesel, cor branco ártico, 2012/2013, chassi 9BFYEB5JDBL13319, e a condenação nas cominações legais e contratuais, bem este arrendado à ré nos termos do contrato nº 1198880, firmado em 21/09/2012, tudo em razão do não pagamento das parcelas avençadas. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias,** a fluir após os **20 dias s**upra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente também de que no silêncio lhe será nomeado **Curador Especial.** Será o presente afixado e publicado na forma da lei.

02 e 03/08

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL III - JABAQUARA - 5ª VARA CÍVEL - Rua Afonso Celso , nº 1065 - Vila Mariana - CEP 04119-061 - Fone: (11) 3434-0616 - São Paulo-SP - E-mail: jabaquara5cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1020671-33.2014.8.26.0100**. A MMª Juíza de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de SãoPaulo, **Dra. CAMILA SANI PEREIRA QUINZANI,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **VIA MINAS MAGAZINE LTDA**. (CNPJ 04.640.235/0001-07), que **J.A.B. MAGAZINE LTDA. ME** lhe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM** (corréu: **Banco Itaú S.A.**), visando ser declarada a inexistência de relação jurídica e nulas as duplicatas identificadas na inicial, com a condenação solidária no pagamento de indenização por danos materiais, além de despesas referentes a honorários de advogado contratado, além de danos morais, custas, honorários e demais cominações legais, alegando que se trata de duplicatas frias sem causa para emissão das mesmas, uma vez que nada adquiriu da emitente, e que o corréu foi negligente por ter negociado os títulos. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados, e ciente de que no silêncio lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente afixado e publicado na formada lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de julho de 2019.

02 e 03/08

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1009735-80.2018.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XI Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Henrique Ribeiro Garcia, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Rotary Mercado Santa Ines EIRELLI, CNPJ nº. 08.648.625/0001-76, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Gelcampo Alimentos Brasil Ltda., encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de penhora pague o valor de R$ 7.309,46 (Set/2018), valor este referente a Duplicata nº 708, oriunda da vendas de produtos alimentícios. O executado poderá oferecer embargos à execução, no prazo de 15 dias, contado após o prazo de 30 dias da publicação deste edital. No caso de embargos manifestamente protelatórios, o devedor se sujeita ao pagamento de multa de até 20% sobre o valor em execução (CPC, art. 740, par. un). O reconhecimento do crédito exequente e o depósito de 30% do valor em execução (incluindo custas e honorários de advogado), no prazo para oferta de embargos, permitirá aos executados requererem seja admitido o pagamento do saldo remanescente em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (CPC, art. 745 -A). Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo

Cacá Bueno e Sylvio de Barros disputam Endurance da Porsche

Pentacampeão da Stock Car, Cacá Bueno já correu com Sylvio de Barros várias vezes em provas de Endurance no Brasil e farão pela primeira vez a parceira em um circuito no exterior: Estoril

Dupla de sucesso nas corridas brasileiras de Endurance da Porsche, Cacá Bueno e Sylvio de Barros correrão juntos mais uma vez neste final de semana, desta vez em uma prova internacional. O pentacampeão da Stock Car e o tricampeão do Porsche GT3 Cup disputam os 300 km de Estoril neste domingo em Portugal. A expectativa é de que 70 carros e mais de 100 pilotos participem da corrida, que faz parte do calendário da Porsche Cup 2019.

"Eu e o Sylvio temos uma ótima relação de amizade e estamos correndo juntos nas provas de endurance da Porsche desde 2017, isso sem falar nas provas de Sprint que ele corre e eu trabalho junto como coach. Tenho certeza que disputaremos as primeiras posições na nossa categoria e essa prova também é especial por podermos viver um pouco mais da essência do automobilismo, onde o resultado também é importante, mas mais do que isso o piloto aproveita tudo que o cerca, tem um pouco mais de descontração, isso sem deixar de ter aquela vontade de ganhar", diz Cacá.

Foto/ Porsche GT3 Cup

Cacá *Bueno e Sylvio de Barros*

Atual vice-campeão do Jaguar I-PACE eTROPHY, Cacá venceu três provas internacionais neste ano no campeonato mundial de carros elétricos: China, Berlim e em Mônaco. A prova em Monte Carlo foi uma das mais especiais para o piloto, principalmente porque foi onde Ayrton Senna estabeleceu o recorde de seis triunfos na F1, que permanece imbatível até hoje. Na infância, Cacá teve a oportunidade de conhecer seu ídolo e agora voltará a correr em mais uma pista marcante da carreira de Senna, já que a primeira vitória de Ayrton na F1 foi justamente em Estoril.

"Tenho vivido realmente uma maratona de corridas em 2019 com Stock Car, Jaguar I-PACE eTROPHY e agora com o Endurance da Porsche. Acredito que a vitória mais especial do ano foi em Mônaco, pela mística do Principado e por toda a história que o Senna escreveu lá. Agora tenho a chance de correr em mais uma pista marcante da carreira dele, a da primeira vitória na F1 em 1985, então vou em busca de uma vitória inédita aqui em Estoril também", afirma Cacá.

Construído em 1972, o circuito do Estoril já recebeu 13 Grandes Prêmios de F1 e possui 4,3km de extensão, além de 13 curvas e diversas áreas de escape com brita, diferentemente dos autódromos mais modernos da principal categoria de automobilismo mundial.

As atividades de pista do Endurance Series de Porsche começam no sábado (3) com o treino livre único às 14h, enquanto que o classificatório acontecerá também no mesmo dia, a partir das 17h10. No domingo, a prova terá largada às 12h40, sendo a duração de 300 km ou de 2h30 de corrida.

Brasil estreia no Pan-Americano com vitória sobre o México

A seleção brasileira masculina de vôlei começou a campanha nos Jogos Pan-Americanos com resultado positivo. Nesta quarta-feira (31.07), a equipe comandada pelo técnico Marcelo Fronckowiak levou a melhor sobre o México por 3 sets a 1, com parciais de 25/23, 25/19, 22/25 e 25/22, em Lima, no Peru. O oposto Abouba foi um dos destaques da partida, sendo o maior pontuador em quadra, com 20 acertos (18 de ataque e dois de bloqueio).

O Brasil entrou em quadra com Thiaginho, Abouba, Matheus, Éder, Lucas Lóh, Rodriguinho e Rogerinho. Também participaram do jogo o ponteiro Honorato, o levantador Carísio, o oposto Felipe Roque e o ponteiro Kadu.

O time verde e amarelo abriu boa vantagem em quadra ao longo do primeiro set, mas o México equilibrou no final. Com ace de Matheus, vitória por 25/23. O segundo set teve um início mais equilibrado e a seleção brasileira abriu na metade e administrou até o final, fechando em 25/19. O México comandou boa parte do terceiro set e fechou em 25/22. O Brasil retomou o comando da partida no quarto set, esteve em vantagem e venceu por 25/22.

Após a partida, o técnico do Brasil fez uma análise do desempenho do grupo neste primeiro jogo em Lima.

"Estou contente com a estreia. Foi muito importante começar com vitória. Havia um pouco de temor em relação a questão da ausência de ritmo, mas fomos muito bem nos dois primeiros sets. Perdemos na falta concentração e foco no terceiro, quando erramos muito e tivemos dificuldades no ataque, e no quarto set o time teve lucidez de voltar a fazer o que estava dando certo, melhorou no ataque e a entrada do Kadu ajudou também", disse Fronckowiak.

O treinador ainda comentou sobre o prosseguimento do campeonato. "Agora houve quebra do paradigma de nervosismo e ansiedade da estreia. O resultado é super importante para a sequência, já com a possibilidade de jogar uma classificação amanhã, na segunda partida", destacou Marcelo Fronckowiak.

Foto/ Wander Roberto

Comemoração *brasileira*

A equipe verde e amarela volta à quadra nesta quinta-feira (01.08), novamente às 22h30 (Horário de Brasília) para enfrentar o Chile. O SporTV 2 e a TV Record transmitem a partida ao vivo.

O Brasil está nos Jogos Pan-Americanos com os levantadores Thiaguinho e Carísio; os opostos Aboubaçar e Felipe Roque; os centrais Éder, Cledenilson e Matheus; os ponteiros Lucas Lóh, Kadu, Honorato e Rodriguinho, e o líbero Rogerinho.

Outro grupo, sob o comando do técnico Renan, está na Polônia para a disputa do Memorial Wagner, um torneio amistoso contra Finlândia, Polônia e Sérvia. Na sequência, a seleção terá o importante compromisso de disputar o Pré-Olímpico, que vai acontecer nos dias 9, 10 e 11 de agosto, em Varna, na Bulgária. O grupo do Brasil ainda conta com Porto Rico, Egito e Bulgária. Apenas um conseguirá a vaga nos Jogos Olímpicos de Tóquio-2020.

Copa São Paulo Masculino 2019 confirmada

Foto/Divulgação

Copa *São Paulo 2019*

A temporada 2019 do voleibol adulto paulista masculino vai começar. A Federação Paulista de Volleyball (FPV) confirmou realização da Copa São Paulo da categoria, tradicional torneio que serve de aquecimento para o Campeonato Paulista, o mais importante torneio regional do país. O evento acontecerá nos dias 23 e 24 de agosto, em Sorocaba, reunindo quatro equipes, Sesi-SP, atual campeão e dono de sete títulos da competição, Vôlei Renata (Campinas), vice no ano passado, São José Vôlei e Vôlei UM Itapetininga.

O sistema de disputa será igual ao do ano passado, com dois jogos na fase classificatória e a decisão do título reunindo as duas equipes vencedoras. A programação será a seguinte: dia 23/08, 18h, Sesi-SP x São José Vôlei; 20h, Vôlei UM Itapetininga x Vôlei Renata. A final está prevista para o dia 24, a partir das 17h.

A Copa São Paulo prepara as equipes para o Campeonato Paulista Adulto, Divisão Especial, e os demais eventos da temporada. Mesmo em início de temporada, é uma importante chance de ver algumas das equipes que brigarão pelo título estadual da temporada.

No ano passado, Sesi-SP e Vôlei Renata decidiram o torneio, realizada no Clube Pirassununga. O representante da capital venceu por 3 sets a 1, com parciais de 25/19, 25/21, 23/25 e 25/20, garantindo seus sétimo título da competição.

Fase Classificatória

23/08 - Jogo 1 - Sorocaba – 18h - Sesi X São José dos Campos; 23/08 - Jogo 2 – Sorocaba – 20h - Vôlei Um X Vôlei Renata.

Fase Final

24/08 - Jogo 3 – Sorocaba - 17h - Vencedor Jogo 1 X Vencedor Jogo 2.

A Copa São Paulo 2019 masculino é uma realização da Federação Paulista de Volleyball. **Mais informações no site oficial no site www.fpv.com.br**

Mitsubishi Cup terá campeões mundiais, recordista de ondas gigantes e a pilota que mais correu

Foto/ Tom Papp

Mitsubishi *Cup comemora 20 anos*

A etapa deste sábado (3) da Mitsubishi Cup terá a presença de um time de peso do esporte nacional. No ano que comemora 20 anos, o rali cross-country de velocidade faz homenagens a pessoas que fazem parte da história, além de trazer convidados para experimentar o off-road e personalidades para reviver o duelo das pistas.

A competição será realizada no Haras Patente, em Jaguariúna (SP) e terá a presença de um dos maiores campeões do surf nacional, Carlos Burle; a recordista feminina de participações na Mitsubishi Cup, Helena Deyama; e a família Varela, com o pai Reinaldo e os filhos Rodrigo, Gabriel e Bruno, disputando entre si para ver quem se sai melhor, além da Nani Varela, esposa e mãe, que é a chefe de equipe e sempre acompanha a família nas disputas.

Pela primeira vez na temporada serão duas disputas de 50 km cada, no maior trajeto do ano. Cerca de 60% do percurso está com cana baixa e dará mais visibilidade para os pilotos.

Homenagens a cada etapa

Figuras importantes que fazem parte dos 20 anos da competição são homenageadas e convidadas a disputar a prova. Na primeira do ano, o homenageado foi o piloto Edu Piano, primeiro campeão da competição. Já em Ribeirão Preto, foi a vez de Marcelo Mendes, único tricampeão consecutivo, e ainda em três categorias diferentes. Na etapa anterior, em Indaiatuba, foi a vez do navegador Marcos Panstein e agora é a vez da pilota que mais vezes disputou a prova, Helena Deyama, que irá acelerar a nova L200 Triton Sport R.

Além de pilota, ela é palestrante e instrutora de direção preventiva e defensiva, além de atuar como instrutora em cursos e eventos automotivos. Fora das pistas, atua como designer gráfica e artista plástica e é diretora da Luart Studio Arte e Criação.

São 24 anos de experiência em automobilismo. Sua estreia no rali cross-country foi em 1999, compondo a primeira dupla feminina a competir no Rally dos Sertões. Já são mais de 15 participações na maior prova off-road do Brasil. Ela também é a primeira mulher a vencer o Campeonato Brasileiro de Rali Cross-country (categoria Super Production) e acumula seis temporadas na Mitsubishi Cup.

Convidados especiais

Rivais históricos também são convidados a acelerar na Mitsubishi Cup. Já passaram pelas trilhas nomes como Mauricio Neves, Ulysses Bertholdo, Ingo Hoffmann e Paulão Gomes.

Na etapa de Jaguariúna, a família Varela irá pilotar o ASX RS. O pai, Reinaldo, e seus três filhos, encaram as mais diferentes provas de rali pelo mundo. Reinaldo é bicampeão mundial de rali cross-country, campeão do Rally Dakar e bicampeão do Rally dos Sertões.

Atualmente, a família disputa o Campeonato Brasileiro de Rali Cross-country e Baja e a Copa do Mundo de Rali Cross-country, a bordo do UTV Can-Am Maverick X3.

Da água para a terra

Pode-se dizer que Carlos Burle, no rali, é "o peixe fora d'água". Mas motivação não falta para o surfista campeão de ondas gigantes. Ele estará a bordo da L200 Triton Sport R para encarar pela primeira vez o rali Mitsubishi Cup.

Burle é um dos maiores campeões do surf. Aos 50 anos, já conquistou todos os principais títulos do circuito mundial: foi duas vezes Campeão do Mundo de Ondas Grandes em 1998 e 2009/2010 e entrou para o Guinness Book of Records em 2001, quando surfou a maior onda do mundo até então, com 22,6 metros de altura.

Várias atrações para o público

O dia será repleto de atrações para o público que comparecer ao Haras Patente a partir das 8h da manhã.

Além de ver de perto os carros de rali em ação, o evento terá teste ride em cavalos Mangalarga, uma corrida a pé, organizada pela Galera do Pace, presença da barbearia Corleone, teste drive em veículos Mitsubishi, além de uma completa praça de food trucks com diversas opções.

A Mitsubishi Cup é disputada em seis categorias - L200 Triton Sport R, L200 Triton ER, L200 Triton ER Master, ASX RS, ASX RS Master e a novíssima L200 Triton Sport RS -, com carros preparados para encarar as mais difíceis situações.

Os veículos são produzidos pela Mitsubishi Motors, única montadora na América Latina que tem uma linha de produção de veículos de corrida, e estão disponíveis para venda para os pilotos e equipes com condições especiais. Para mais informações, entre em contato pelo e-mail: yh@spinelliracing.com.br.

A Mitsubishi Cup tem patrocínio de Lubrax, W.Truffi, Axalta, Transzero, Pirelli, JBL, Unirios, Salomon e Artfix.

Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool

CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 30 de abril de 2019 e 2018. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 22 de julho de 2019 **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 30 de abril (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	712.080	783.112	Fornecedores	16	54.831	53.530
Contas a receber de clientes	9	74.399	60.461	Empréstimos e financiamentos	15	105.384	169.918
Estoques	10	229.099	349.163	Salários e encargos sociais		63.764	64.933
Ativos biológicos	13	336.757	323.660	Tributos a recolher		5.273	2.869
Impostos a recuperar	12	32.928	60.491	Dividendos propostos a pagar	19.d	-	54.888
Instrumentos financeiros derivativos	23	10.092	689	Instrumentos financeiros derivativos	23	1.440	7.493
Outras contas a receber		21.763	2.454	Total do passivo circulante		230.692	353.631
Total do ativo circulante		1.417.118	1.580.030	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	15	1.452.261	1.189.708
Impostos a recuperar	12	33.635	32.173	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	291.707	358.201
Depósitos judiciais e depósito em caução	17	32.764	30.806	Provisão para contingências	17	659	5.615
Ativo Biológico	13	58.649	-	Total do passivo não circulante		1.744.627	1.553.524
Investimentos		896	1.251	Total do passivo		1.975.319	1.907.155
Outras contas a receber		17.669	10.839	Patrimônio líquido			
		143.613	75.069	Capital social	19	730.000	670.000
Imobilizado	14	1.802.041	1.722.204	Ajuste de avaliação patrimonial		27.894	37.857
Intangível		4.128	4.162	Reservas de lucros		633.687	766.453
Total do ativo não circulante		1.949.782	1.801.435	Total do patrimônio líquido		1.391.581	1.474.310
Total do ativo		3.366.900	3.381.465	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.366.900	3.381.465

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Em 30 de abril de 2017		520.000	41.891	72.256	661.725	-	1.295.872
Reversão de dividendos propostos		-	-	-	2.218	-	2.218
Realização do custo atribuído		-	(4.034)	-	4.034	-	-
Aumento de capital social com lucros retidos		150.000	-	-	(150.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	231.108	231.108
Destinações:							
Constituição da reserva legal		-	-	11.555	-	(11.555)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 1,71 por ação)	19.d	-	-	-	-	(54.888)	(54.888)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	164.665	(164.665)	-
Em 30 de abril de 2018		670.000	37.857	83.811	682.642	-	1.474.310
Dividendos complementares	19.d	-	-	-	(6.285)	-	(6.285)
Realização do custo atribuído		-	(2.748)	-	2.748	-	-
Aumento de capital social com lucros retidos	19.a	97.620	-	-	(97.620)	-	-
Cisão parcial	1.a	(37.620)	(4.474)	-	-	-	(42.094)
Tributos diferidos sobre reserva de reavaliação		-	(2.741)	-	-	-	(2.741)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(31.609)	(31.609)
Absorção do prejuízo com reserva de retenção de lucros		-	-	-	(31.609)	31.609	-
Em 30 de abril de 2019		730.000	27.894	83.811	549.876	-	1.391.581

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 30 de abril
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	20	1.636.199	1.771.884
Mudança no valor justo de ativos biológicos	13	(40.164)	5.320
Custos dos produtos vendidos	21	(1.317.918)	(1.217.127)
Lucro bruto		278.117	560.077
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	21	(103.481)	(115.406)
Gerais e administrativas	21	(67.629)	(66.320)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	8.786	36.349
		(162.324)	(145.377)
Lucro antes do resultado financeiro		115.793	414.700
Despesas financeiras	22	(246.247)	(190.507)
Receitas financeiras	22	202.457	186.679
Variações cambiais, líquidas	22	(121.545)	(68.827)
Resultado financeiro		(165.335)	(72.655)
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos		(49.542)	342.045
Imposto de renda	18	13.425	(81.202)
Contribuição social	18	4.508	(29.735)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(31.609)	231.108
(Prejuízo) Lucro líquido básico e diluído por ação (Expresso em R$ por ação)	24	(1,00)	7,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

	2019	2018
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(31.609)	231.108
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(31.609)	231.108

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de abril (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(31.609)	231.108
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	282.150	309.608
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	3.450	3.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(66.863)	(24.629)
Resultado não realizado com instrumentos financeiros	(10.092)	6.804
Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	173	(14)
Provisão para contingências, reversão e novas constituições, líquidas	(2.051)	(20.450)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	204.094	155.773
Juros, variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	(1.172)	1.422
Mudança no valor justo de ativos biológicos	40.164	(5.320)
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(14.111)	26.447
Estoques	120.064	(102.446)
Ativos biológicos	(111.910)	9.836
Impostos a recuperar - circulante e não circulante	26.885	21.329
Depósitos judiciais e depósito em caução	(579)	(68)
Outras contas a receber e instrumentos financeiros	(25.450)	55.722
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.301	3.150
Salários e encargos sociais	(1.169)	4.421
Tributos a recolher	50.964	48.722
Provisão para contingências	(3.112)	(44.352)
Outras contas a pagar e instrumentos financeiros	(7.492)	(182)
	453.635	680.731
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(48.560)	(61.801)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**405.075**	**618.930**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de recursos em investimento	355	(65)
Aplicação de recursos em imobilizado	(369.139)	(314.562)
Aplicação de recursos em intangível	(370)	(101)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(369.154)**	**(314.728)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	150.000	74.717
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(170.779)	(475.373)
Saída de caixa por redução de capital	(25.000)	-
Dividendos pagos	(61.174)	(65.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(106.953)**	**(465.656)**
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**(71.032)**	**(161.454)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**783.112**	**944.566**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**712.080**	**783.112**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de abril de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol carburante. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica, desenvolvida em quatro unidades industriais localizadas nos municípios de Presidente Prudente/SP, Colorado/PR, Santo Inácio-PR e Florestópolis/PR. Aproximadamente 97% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. **a. Cisão parcial da Companhia** Em 1º/01/2019, mediante 29ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Usina Alto Alegre S.A. Açúcar e Álcool, seguida de Incorporação do Acervo Patrimonial Cindido pela Alto Alegre Agro S.A." e consequentemente, redução do capital social da Companhia no montante de R$ 37.620, equivalente a 1.799.715 ações (Nota 19). A Alto Alegre Agro S.A., é uma companhia do mesmo controle acionário da Companhia. O objetivo da cisão foi para racionalizar e aperfeiçoar a estrutura societária e gestão patrimonial do grupo e melhor assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades empresariais, mediante a segregação dos imóveis rurais. Abaixo, demonstramos os impactos no balanço patrimonial da Companhia em 1º/01/2019:

	Saldos em 01/01/2019	Parcela cindida	Saldos após cisão
Caixa e equivalentes de caixa	581.808	(25.000)	556.808
Outros ativos circulantes	1.062.041	-	1.062.041
Total do ativo circulante	1.643.849	(25.000)	1.618.849
Imobilizado	1.712.448	(19.465)	1.692.983
Outros ativos não circulantes	59.229	-	59.229
Total do ativo não circulante	1.771.677	(19.465)	1.752.212
Total do ativo	3.415.526	(44.465)	3.371.061
Total do passivo circulante	248.902	-	248.902
Imposto de renda e contribuição social diferidos	339.518	(2.371)	337.147
Outros passivos não circulantes	1.304.756	-	1.304.756
Total do passivo não circulante	1.644.274	(2.371)	1.641.903
Total do passivo	1.893.176	(2.371)	1.890.805
Capital social	670.000	(37.620)	632.380
Ajustes de avaliação patrimonial	33.583	(4.474)	29.109
Reservas de lucros	818.767	-	818.767
Total do patrimônio líquido	1.522.350	(42.094)	1.480.256
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.415.526	(44.465)	3.371.061

2. Base de preparação a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos administradores da Companhia em 22/07/2019. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota 6. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 17 - Provisões para contingências; e Nota 23 - Instrumentos financeiros. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30/04/2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 9 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Contas a receber de clientes); Nota 13 - Ativo biológico; Nota 14 - Vida útil do ativo imobilizado; e Nota 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **c. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1 -** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2 -** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3 -** inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 23 - Instrumentos financeiros. **(i) Contas a receber de clientes** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base de dados da BM&F. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide Nota 23. **(iv) Passivos financeiros não derivativos** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. **(v) Empréstimos e financiamentos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **(vi) Outros passivos financeiros não derivativos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **5. Base de mensuração** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de ativos imobilizados quando permitido pelas práticas contábeis e legislação brasileira, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado e do valor justo dos ativos biológicos. **6. Principais políticas contábeis** Conforme mencionado nas Notas 6.m e 6.h, a Companhia adotou, a partir de 1º/05/2018, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e, exceto pela classificação dos instrumentos financeiros, não houve impactos nas demonstrações financeiras. No que se refere à interpretação ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1°/05/2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia optou por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de adiantamentos, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 30/04/2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 30/04/2017 como sendo a data de transição, os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais. As demais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa no período em que ocorrem. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado como despesa. **(iii) Depreciação** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear durante o período da safra, no caso dos ativos utilizados neste período, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas médias anuais utilizadas estão apresentadas na Nota 14.Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados (leasing)** A determinação de que um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de seu início. Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos nos balanços patrimoniais da Companhia, sendo reconhecidos como despesas operacionais nas demonstrações de resultado, de forma linear durante o prazo do arrendamento. **f. Ativo biológico** O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé), é reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda, considerando a maturidade da cana-de-açúcar de doze, de dezoito meses e/ou de dois verões. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é o fluxo de caixa descontado, cujo resultado do cálculo é apresentado na Nota 13. A avaliação do ativo biológico é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo menos despesas de venda, reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data do corte. **g. Estoques** Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e valor justo do ativo biológico na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. Os adiantamentos a fornecedores de cana são demonstrados ao custo. **h. Instrumentos financeiros** A Companhia adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º/05/2018, que substituiu as disposições do CPC 38 que se referem ao reconhecimento, classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, desreconhecimento de instrumentos financeiros, redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge. A adoção do CPC 48 refletiu em atualização das políticas contábeis, no entanto, não houve impacto material ou ajustes nas demonstrações financeiras. Em relação à mudança nos termos de classificação e na mensuração trazidas pelo CPC 48, os ativos financeiros que, em 30/04/2018, estavam classificados como "empréstimos e recebíveis", estão sendo classificados, em 30/04/2019, como "custo amortizado", sem alterações nos critérios de mensurações iniciais e subsequentes. **(i) Ativos financeiros** A partir de 1°/05/2019, os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 30/04/2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se à caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: Caixa e equivalentes de caixa: incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável; Aplicações financeiras vinculadas: referem-se a investimentos vinculadas a contratos de empréstimos com restrição de liquidez; Contas a receber de clientes: correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e Depósitos judiciais: são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 30/04/2019 e 2018, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e que tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **(iii) Passivos financeiros** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 30/04/2019 e 2018, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. (b) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado Após reconhecimento inicial, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os passivos financeiros da Companhia incluídos nessa categoria são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. **(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos é reconhecido imediatamente no resultado, como receitas ou despesas financeiras. Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 23. **(vi) Valor justo dos instrumentos financeiros** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **(vii) Ativos não financeiros** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 30/04/2019 e 2018. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i. Benefícios a empregados (i) Benefícios de curto prazo a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago pela participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **j. Provisões** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para contingências, especificamente, refere-se a questões fiscais e está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **k. Demais passivos - circulante e não circulante** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **l. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **m. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) já houve a transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. Em 1º/05/2018, a Companhia adotou o CPC 47 - Receita de contrato, que introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida e substituiu as orientações de reconhecimento de receita presentes no CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção. De acordo com essa nova norma, a receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. A adoção do CPC 47 não impactou as demonstrações financeiras da Companhia, visto que, no caso de venda de seus produtos, todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto, sendo este também o momento de reconhecimento da receita, conforme critérios detalhados abaixo: **(i) Açúcar e etanol** As receitas são reconhecidas quando a Companhia efetua a entrega desses produtos para os clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Essas vendas são, substancialmente, realizadas mediante o recebimento antecipado, ou ainda com prazo de pagamento inferior a 90 dias. **(ii) Energia elétrica** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês. **n. Receita financeira e despesa financeira** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **o. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda) e, 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p.Lucro básico e diluído por ação** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. **q. Normas contábeis ainda não vigentes em 30/04/2019** As seguintes normas e interpretações não estão em vigor para o exercício findo em 30/04/2019, e sua adoção antecipada, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). · CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações. A norma poderá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais, sendo que no momento da adoção implicará em acréscimo do passivo de arrendamento e do ativo pelo direito de uso. A administração da Companhia atualmente está avaliando o potencial impacto da adoção da nova norma nas demonstrações financeiras e acompanhando as discussões desse tema no seu setor de atuação. A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. · ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Essa interpretação explica como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza, ou seja, posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. Tanto o CPC 32 quanto a nova interpretação ICPC 22 se aplicam somente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. A ICPC 22 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A Companhia estima não haver impacto em suas demonstrações financeiras quando da adoção dessa interpretação. Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **7. Determinação do valor justo** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. · Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos; ·O ativo biológico (cana-de-açúcar em pé) e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer essa exigência de cálculo no ativo biológico correspondente a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado; · Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia: os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos; · Empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos; e · Instrumentos financeiros derivativos: o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado. **8. Caixa e equivalentes de caixa**

	2019	2018
Caixa e bancos	2.774	6.512
Numerário em trânsito (moeda estrangeira)	31.798	32.094
Aplicações financeiras	677.508	744.506
	712.080	783.112

O saldo em bancos compreende, também, valores em moeda estrangeira em processo de fechamento de câmbio nos termos e prazos determinados pelo Conselho Monetário Nacional. As aplicações financeiras são resgatáveis sem qualquer carência, são mantidas em bancos de primeira linha e representadas substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, pós-fixados, remunerados às taxas médias de 99,94% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,90% em 2018). Numerário em trânsito (Moeda estrangeira) refere-se a recursos disponíveis em dólares norte-americanos que, em 30/04/2019, totalizavam US$ 8,060 mil (US$ 9,220 mil em 30/04/2018), provenientes de operações de pré-pagamento de exportação e câmbio pronto, cujas liberações ocorrerão mediante solicitação da administração da Companhia no fechamento de câmbio dessas operações/contratos.

9. Contas a receber de clientes	2019	2018
Contas a receber	75.765	61.654
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.366)	(1.193)
	74.399	60.461

Os saldos de contas a receber em 30 de abril, estão distribuídos conforme a seguir:

Vencidos:	2019	2018
Até 30 dias	154	88
De 31 a 60 dias	5	49
De 61 a 90 dias	5	1
Acima de 90 dias	1.585	1.387
Total vencido	1.749	1.525
Total a vencer	74.016	60.129
Total	75.765	61.654

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante, considerado pela administração suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Essa classificação leva em consideração, entre outras, o histórico de inadimplência, análise periódica da operação, a conjuntura e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, quando aplicável. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes são divulgadas na Nota 23. As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A despesa com constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado do exercício. As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentadas a seguir:

Provisão para devedores duvidosos	2019	2018
Saldo inicial	(1.193)	(1.207)
Adições	(183)	(86)
Baixas	10	100
Saldo final	(1.366)	(1.193)

10. Estoques	2019	2018
Produtos acabados		
Etanol	17.013	72.594
Açúcar	54.809	146.570
Adiantamentos a parceiros agrícolas	62.608	55.075
Insumos agrícolas e materiais auxiliares e de manutenção	92.940	72.638
Outros	1.729	2.286
	229.099	349.163

11. Partes relacionadas a. Principais saldos e transações que afetam o resultado As operações mantidas com partes relacionadas nos exercícios findos em 30/04/2019 e 2018 resumem-se à compra de cana-de-açúcar da controladora Companhia Agrícola e Pecuária Lincoln Junqueira. No exercício findo em 30/04/2019, as referidas compras foram de R$ 4.110 (R$ 4.885 em 30/04/2018). **b. Operações com pessoal chave** A remuneração dos principais administradores, eleitos trienalmente por ocasião de assembleia geral ordinária, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 30/04/2019, foi de R$ 3.176 (R$ 3.028 em 30/04/2018). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. **12. Impostos a recuperar** O saldo é composto como segue:

	2019	2018
IRPJ e CSLL - antecipações	5.530	3.097
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte	3.463	6.246
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	13.586	26.467
Reintegra	1.823	11.818
Pis/Cofins	42.161	45.036
	66.563	92.664
Circulante	(32.928)	(60.491)
Não circulante	33.635	32.173

Os créditos de ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são oriundos da aquisição de ativo imobilizado. A parcela deste imposto a ser compensada no próximo exercício está classificada no curto prazo. Todos os impostos são considerados realizáveis, pela Administração, no curso normal das operações da Companhia. **13. Ativo biológico** Os ativos biológicos da Companhia estão representados pela cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar e etanol. O canavial em formação encontra-se localizado em unidades próprias nos Estados de São Paulo e Paraná. Na determinação do valor justo do ativo biológico, as projeções estão baseadas em um único cenário prospectivo, com produtividade e áreas de plantio (cana-de-açúcar) em uma área de 124.237 hectares em 30/04/2019 (136.798 hectares em 30/04/2018). O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: • Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, para a próxima safra, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. • Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (ii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT); (iii) custos de capital (custo da parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. • A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado foi de 6,50%, líquida de impostos. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica "Ativo biológico" no ativo circulante e têm como contrapartida o resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. O preço líquido médio de venda foi projetado com base na cotação do preço futuro de açúcar ajustado para o mercado local para refletir o preço da cana no ponto de corte. O custo padrão médio estimado contempla gastos com os tratos culturais, corte, carregamento e transporte (CCT), bem como o custo dos ativos que contribuem, tais como terras próprias considerando o mesmo preço utilizado nas terras de parceiros. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes. O saldo do ativo biológico consumível da Companhia é composto pelo preço estimado de mercado das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. O diferencial entre eles é reconhecido para que o saldo do ativo biológico como um todo seja registrado a valor justo. A movimentação do ativo biológico encontra-se descrita a seguir:

Em 30 de abril de 2017	328.176
Adições - tratos culturais	279.572
(-) Amortização	(289.408)
(-) Amortização do valor justo	(65.931)
(+) Ajuste a valor justo	71.251
Saldo contábil líquido	323.660
Em 30 de abril de 2018	
Saldo a custo	247.943
Saldo do ajuste a valor justo	75.717
Saldo contábil líquido	323.660
Saldo inicial	323.660
Adições - tratos culturais	336.165
(-) Amortização	(224.255)
(-) Amortização do valor justo	(75.761)
(+) Ajuste a valor justo	35.597
Saldo contábil líquido	395.406
Em 30 de abril de 2019	
Saldo a custo	359.853
Saldo do ajuste a valor justo	35.553
Saldo contábil líquido	395.406
Circulante	(336.757)
Não circulante	58.649

Em 30/04/2019, o saldo de ativo biológico classificado como não circulante, compreende o canavial formado por cana-de-açúcar que será colhida a partir da safra 2020/2021. Esse canavial está mensurado ao custo de formação, pois não apresenta transformação biológica significativa em 30/04/2019. A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **a. Riscos regulatórios e ambientais** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **b. Riscos de oferta e demanda** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **c. Riscos climáticos e outros** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar. Historicamente as condições climáticas têm causado volatilidade na produção e comercialização de açúcar e etanol, e, por conseguinte nos resultados operacionais, por prejudicarem as safras ou reduzirem os volumes das colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar negativamente a produção, a oferta e o preço das commodities agrícolas vendidas e utilizadas no processo de produção. Condições climáticas futuras poderão alterar as quantidades e os rendimentos agrícolas que a Companhia irá obter e que foi utilizada em suas premissas para a avaliação do seu ativo biológico.

14. Ativo imobilizado

Custo	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Outros	Total
Em 30 de abril de 2017	21.124	240.932	994.348	1.212.320	271.882	305.403	23.560	657	3.070.226
Aquisições	3.626	448	17.227	238.264	12.289	40.267	2.381	60	314.562
Baixas	-	-	(1.607)	(123.238)	(11.180)	(17.729)	(426)	(103)	(154.283)
Transferências	-	-	(105)	-	105	-	-	-	-
Em 30 de abril de 2018	24.750	241.380	1.009.863	1.327.346	273.096	327.941	25.515	614	3.230.505
Aquisições	4.368	1.187	30.428	300.802	12.806	34.307	1.049	336	385.283
Baixas (i)	(19.454)	(698)	(929)	(370.853)	(10.719)	(13.385)	(734)	(178)	(416.950)
Transferências	-	(22)	36	-	-	(14)	-	-	-
Em 30 de abril de 2019	9.664	241.847	1.039.398	1.257.295	275.183	348.849	25.830	772	3.198.838

Depreciação	Terras	Edifícios e dependências	Máquinas, equipamentos e instalações industriais	Lavouras de cana-de-açúcar	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Outros	Total
Em 30 de abril de 2017	-	(59.509)	(491.567)	(488.422)	(158.078)	(133.814)	(17.510)	-	(1.348.900)
Adições	-	(6.385)	(41.080)	(209.696)	(19.737)	(31.196)	(1.737)	(3)	(309.834)
Baixas	-	-	1.002	123.238	9.637	16.175	381	-	150.433
Transferências	-	-	32	-	(32)	-	-	-	-
Em 30 de abril de 2018	-	(65.894)	(531.613)	(574.880)	(168.210)	(148.835)	(18.866)	(3)	(1.508.301)
Adições	-	(6.385)	(41.257)	(181.413)	(19.003)	(32.636)	(1.824)	(13)	(282.531)
Baixas (i)	-	332	600	370.853	10.144	11.459	647	-	394.035
Transferências	-	10	(16)	-	-	6	-	-	-
Em 30 de abril de 2019	-	(71.937)	(572.286)	(385.440)	(177.069)	(170.006)	(20.043)	(16)	(1.396.797)
Saldo líquido em 30 de abril de 2018	24.750	175.486	478.250	752.466	104.886	179.106	6.649	611	1.722.204
Saldo líquido em 30 de abril de 2019	9.664	169.910	467.112	871.855	98.114	178.843	5.787	756	1.802.041
Taxas médias anuais de depreciação	-	de 1% a 5%	de 1% à 7%	de 14% à 15%	de 5% à 9%	de 7% à 14%	de 3% à 10%	-	-

(i) Compreende o ativo imobilizado que compôs o acervo líquido cindido em 1°/01/2019, substancialmente representado por terras. **a. Reavaliações** Proveniente de reavaliação espontânea registrada em 30/12/1999 e 30/04/2006, deduzida das subsequentes depreciações e baixas de bens. A depreciação e os valores decorrentes de baixa de bens reavaliados, debitados ao resultado do exercício findo em 30/04/2019, montam a R$ 5.901 (R$ 6.354 em 30/04/2018). Adicionalmente, no exercício findo em 30/04/2019, houve a baixa do montante de R$ 4.474, quando da cisão do acervo líquido divulgado na Nota 1(a). A reserva de reavaliação constituída, líquida dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizada a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhes deram origem. O saldo do imposto de renda diferido sobre referidas reavaliações, em 30/04/2019, é de R$ 17.003 (R$ 18.639 em 30/04/2018) classificado no passivo não circulante, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". **b. Provisão para redução no valor recuperável** Durante o exercício encerrado em 30/04/2019, a Companhia não identificou indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura dos mesmos. **c. Garantia** Para alguns empréstimos e financiamentos, em 30/04/2019, aproximadamente R$ 300.809 de bens do ativo imobilizado (R$ 284.970 em 30/04/2018) encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por máquinas e equipamentos. **d. Lavouras de cana-de-açúcar** As baixas de custo histórico e depreciação acumulada das lavouras de cana-de-açúcar referem-se aos canaviais totalmente depreciados. **15. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Vencimento final	2019	2018
Capital fixo				
Em moeda nacional:				
. FINAME e FINEM	Variação da TJLP e juros médios de 3,60% ao ano (2018 - juros médios de 3,26%)	janeiro-22	3.128	4.345
. FINAME e FINEM	Fixo em real e juros médios de 5,40% ao ano (2018 - juros médios de 5,22%)	junho-30	265.902	316.309
. PRORENOVA	Fixo em real e juros médios de 5,42% ao ano (2019 e 2018)	novembro-19	15.665	42.514
. PRORENOVA	Variação da TJLP e juros médios de 2,88% ao ano (2018 - juros médios de 2,47%)	maio-22	13.066	17.813
Capital de giro				
Em moeda estrangeira:				
. Pré-pagamentos.	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios anual de 5,46% acrescido da Libor (2018 - juros médios de 5,26%)	maio-24	842.159	737.201
. Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juro fixo de 4,80% ao ano (2019 e 2018)	agosto-23	177.181	155.018
. Créditos à exportação	Variação cambial do dólar norte-americano e juros médios de 4,60% ao ano (2018 - juros médios de 6,66%)	julho-23	67.881	59.452
Financiamento Agrícola				
Em moeda nacional:				
. CPR - Cédula de Produto Rural Financeira	CDI + 0,90% ao ano	julho-26	150.172	-
. Custeio agrícola - Resolução 2471/98	Variação do IGP-M limitada a 9,00% ao ano e juros de 4,26% ao ano	novembro-18	-	28.587
. Custeio agrícola - Resolução 2471/98.	Fixo em real e juro anual de 3,00% ao ano (2019 e 2018)	outubro-25	5.002	5.804
. Títulos do Tesouro Nacional securitizados.	Variação do IGP-M e juros anuais de 12,00%	novembro-18	-	(26.765)
Arrendamento Mercantil				
Em moeda estrangeira:	Variação do dólar norte-americano acrescido de juros médios de 8,86% ao ano (2019 e 2018)	outubro-22	17.489	19.348
			1.557.645	1.359.626
Passivo circulante			(105.384)	(169.918)
Passivo não circulante			1.452.261	1.189.708

Continua...

Continuação...

USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ nº 48.295.562/0001-36

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição de vencimento por exercício social:

	2019	2018
2020	-	152.693
2021	391.564	413.294
2022	349.606	250.546
2023	329.379	202.712
2024	245.459	130.661
2025	67.526	31.651
2026 à 2031	68.727	8.151
	1.452.261	1.189.708

Os financiamentos estão garantidos por avais de acionistas, alienação fiduciária dos bens financiados e hipoteca de imóveis, cujos montantes estão divulgados na Nota 14. Certos financiamentos estão sujeitos a cláusulas restritivas, as quais foram plenamente atendidas em 30/04/2019. Os montantes dos financiamentos Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento à Empresa - FINEM compõem os recursos captados para a aquisição de máquinas e equipamentos industriais, veículos, tratores e implementos agrícolas. Esses recursos foram destinados à implantação de canavial, expansão e modernização das unidades produtivas e à cogeração de energia elétrica a partir de biomassa. **16.Fornecedores** Os saldos de fornecedores a pagar são decorrentes preponderantemente na aquisição de materiais, serviços e cana-de-açúcar.

	2019	2018
Fornecedores de materiais, insumos, bens e serviços	49.009	41.217
Fornecedores de cana-de-açúcar	5.822	12.313
	54.831	53.530

17. Provisão para contingências A administração da Companhia, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, está questionando a legalidade de determinados tributos, bem como apresentou defesa administrativa e judicial relativa a autos de infração e reclamações trabalhistas. Quando aplicável, esses tributos estão atualizados com base em índices oficiais. Tais processos são registrados e estão classificados no passivo não circulante, devido ao fato de que parte substancial dos mesmos encontra-se em esfera administrativa, e estão assim demonstrados:

	2019	2018
Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras	32.224	36.903
(-) Depósitos judiciais	(31.565)	(31.288)
	659	5.615

As provisões para contingências acima, têm as seguintes principais naturezas: **a.** Programa Especial de Regularização Tributária - PERT – Em 2018 a Companhia optou por aderir ao programa de regularização tributária instituído pela esfera federal, visando equalizar e regularizar o passivo tributário referente ao IPI. O montante total devido dos processos selecionados para adesão foi de R$ 66.157, líquido entre provisões para contingências e depósitos judiciais, sobre o qual recaíram reduções de multas e juros que montaram em R$ 30.581, restando um saldo a pagar de R$ 35.575, liquidado naquele exercício. **b.** Em 2019, a Companhia aderiu ao programa de tratamento diferenciado de pagamento de dívidas relacionado ao ICMS do estado do Paraná. O montante total devido do processo selecionado para adesão foi de R$ 4.850, sobre o qual recaíram reduções de multa e juros que montaram em R$ 1.737, restando um saldo a pagar de R$ 3.112, liquidado nesse exercício. **c.** INSS relacionado, substancialmente, a autuações relativas a contribuições incidentes sobre folha de pagamento de trabalhadores rurícolas em períodos diversos. **d.** INCRA relacionado a valores não recolhidos entre dezembro de 2002 e dezembro de 2007, que estão sendo questionados judicialmente. Os valores não recolhidos correspondem ao questionamento que a Companhia está fazendo com o INSS sobre a diferença de alíquota (de 0,2% para 2,7%). Postula-se judicialmente o reconhecimento da revogação da contribuição ao INCRA, tendo em vista a nova ordem constitucional que, na avaliação da Companhia, não recepcionou a exação prevista no Decreto-lei nº 1.146/70. Como tese auxiliar, na hipótese de se entender pela compatibilidade da contribuição ao INCRA com a Constituição de 1988, pede-se o reconhecimento da inconstitucionalidade da desigualdade de alíquotas entre as agroindústrias (2,7%) e pessoas jurídicas que exploram outras atividades (0,2%), de modo que seja reconhecido à Companhia o direito de recolher o tributo em questão com base na alíquota de 0,2%. **e.** Valores de reclamações trabalhistas, relacionados a ex-funcionários da Companhia. A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Em 30 de abril de 2017	68.893
Adições de contingências	10.131
Pagamento	(35.575)
Abatimento - PERT	(30.581)
Compensação com depósito judicial	(8.778)
Juros e multas	1.525
Em 30 de abril de 2018	5.615
Pagamento	(3.112)
Abatimento - REFIS	(2.051)
Juros e multas	207
Em 30 de abril de 2019	659

f. Depósitos judiciais Os depósitos judiciais que representam ativos restritos da Companhia são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo dos depósitos judiciais para os quais não há provisão para contingência constituída, em 30/04/2019, totaliza R$ 32.764 (R$ 30.806 em 30/04/2018) e está classificado na rubrica "Depósitos judiciais e depósito em caução" no ativo não circulante. **g. Contingências** A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e tributária avaliados pela administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de possível perda. Essas contingências, classificadas como possível perda, foram estimadas em, aproximadamente, R$ 171.000 pela administração da Companhia com o apoio dos seus consultores jurídicos. As provisões para contingências constituída pela Companhia foi avaliada pela Administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. **18. Imposto de renda e contribuição social Composição dos tributos diferidos**

	2019	Movimentação nas contas patrimoniais	Movimentação no resultado do exercício	2018	Movimentação no resultado do exercício	2017
Créditos tributários						
Imposto de renda sobre:						
Adições temporárias	9.266	-	(1.255)	10.521	(23.539)	34.060
Prejuízos fiscais	15.929	-	6.421	9.508	9.508	-
	25.195	-	5.166	20.029	(14.031)	34.060
Contribuição social sobre:						
Adições temporárias	2.612	-	(451)	3.063	(1.662)	4.725
Base de cálculo negativa acumulada	5.734	-	2.311	3.423	3.423	-
	8.346	-	1.860	6.486	1.761	4.725
Total dos créditos tributários ativos	33.541	-	7.026	26.515	(12.270)	38.785
Débitos tributários						
Imposto de renda sobre:						
Exclusões temporárias	7.083	-	3.315	3.768	(14.031)	17.799
Ajuste de avaliação patrimonial	12.502	272	(1.475)	13.705	(1.588)	15.293
Depreciação acelerada incentivada (i)	218.909	-	(4.084)	222.993	16.506	206.487
Variação cambial - tributação em regime de caixa	(8.228)	-	(31.713)	23.485	(29.348)	52.833
Ativos biológicos - Nota 13	8.888	-	(10.041)	18.929	1.330	17.599
	239.154	272	(43.998)	282.880	(27.131)	310.011
Contribuição social sobre:						
Exclusões temporárias	2.550	-	1.194	1.356	(5.051)	6.407
Ajuste de avaliação patrimonial	4.500	97	(531)	4.934	(572)	5.506
Depreciação acelerada incentivada (i)	78.807	-	(1.470)	80.277	5.942	74.335
Variação cambial - tributação em regime de caixa	(2.962)	-	(11.416)	8.454	(10.566)	19.020
Ativos biológicos - Nota 13	3.199	-	(3.616)	6.815	479	6.336
	86.094	97	(15.839)	101.836	(9.768)	111.604
Total dos débitos tributários passivos	325.248	369	(59.837)	384.716	(36.899)	421.615
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - passivo não circulante	291.707	369	(66.863)	358.201	(24.629)	382.830

(i) Corresponde aos débitos tributários diferidos calculados sobre o benefício permitido por lei, que consiste na depreciação integral, para fins fiscais, no próprio ano, dos gastos incorridos com imobilizações agrícolas. **a.** Expectativa de realização dos tributos diferidos Os créditos e débitos sobre adições e exclusões temporárias serão realizados quando tais adições e exclusões forem realizadas. **b.** Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário:

	2019 Imposto de renda	2019 Contribuição social	2018 Imposto de renda	2018 Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(49.542)	(49.542)	342.045	342.045
Alíquota máxima	25%	9%	25%	9%
	12.386	4.459	(85.511)	(30.784)
Tributos sobre adições/exclusões permanentes	1.039	49	4.309	1.049
Tributos no resultado do exercício	13.425	4.508	(81.202)	(29.735)
Efeito corrente	(35.740)	(13.191)	(94.303)	(41.263)
Efeito diferido	49.164	17.699	13.101	11.528

19. Patrimônio líquido a. Capital social Em 30/04/2019, o capital social está dividido em 30.252.737 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (32.052.452 em 30 de abril de 2018). Em 6/04/2018, mediante Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 150.000, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 670.000. Em 1°/01/2019, houve a redução do capital social, no montante de R$ 37.620, referente a cisão parcial da Companhia conforme Nota 1(a), passando o mesmo a ser de R$ 632.380. Em 11/04/2019, mediante Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o aumento no capital da Companhia em R$ 97.620, sem emissão de novas ações, com utilização de parte do saldo da conta de "Lucros retidos", passando o capital social a ser de R$ 730.000. **b. Reserva legal** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social realizado. **c. Ajuste de avaliação patrimonial** Refere-se à reavaliação própria (Nota 14.a), líquida dos efeitos tributários, e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e o montante apurado da realização é transferido para lucros acumulados. **d. Dividendos** A reversão de dividendos propostos, no montante de R$ 2.218, foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) n° 22 do dia 10/08/2017. Em 30/08/2018, foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) nº 23, distribuição complementar de dividendos no valor de R$ 6.285. De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações serão atribuídos dividendos de 25% do lucro líquido de cada exercício, após a apropriação da reserva legal, correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício. **e. Reservas de retenção de lucros** Constituída com os lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias, ficando a disposição da assembleia para futuras destinações. **20. Receita operacional líquida** A receita líquida de vendas é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Receita de Vendas		
Açúcar mercado externo	600.106	799.342
Açúcar mercado interno	507.162	558.330
Etanol mercado interno	566.111	435.216
Energia elétrica	129.517	126.231
Outros	6.509	5.036
Receita bruta	1.809.405	1.924.155
Impostos	(171.605)	(149.866)
Devolução de vendas	(1.601)	(2.405)
Receita líquida	1.636.199	1.771.884

21. Apresentação da demonstração do resultado por natureza A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Materia prima e insumos	(677.807)	(608.375)
Salários, encargos e benefícios	(336.729)	(291.423)
Depreciação e amortização	(282.150)	(309.608)
Despesas com prestadores de serviços	(154.960)	(148.867)
Outras despesas líquidas	(28.596)	(4.231)
	(1.480.242)	(1.362.504)
Classificadas como:		
Custos dos produtos vendidos	(1.317.918)	(1.217.127)
Com vendas	(103.481)	(115.406)
Gerais e administrativas	(67.629)	(66.320)
Outras receitas operacionais, líquidas	8.786	36.349
	(1.480.242)	(1.362.504)

A composição de "Outras receitas operacionais, líquidas" é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Crédito - Reintegra	1.823	15.676
Restituição processo IAA	353	335
Desconto adesão ao REFIS/PERT	2.051	30.581
Provisão para contingências trabalhistas	-	(10.131)
Outros créditos/débitos, líquidos	4.559	(112)
	8.786	36.349

22. Resultado financeiro	2019	2018
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos	(75.687)	(74.633)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(349)	(2.572)
Perdas em operações com derivativos	(167.087)	(109.095)
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(3.124)	(4.207)
Total das despesas financeiras	(246.247)	(190.507)
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	32.790	59.883
Ganho nas operações com derivativos	164.407	124.203
Outras receitas financeiras	5.260	2.593
Total das receitas financeiras	202.457	186.679
Variações cambiais:		
Variação cambial ativa	868.150	530.844
Variação cambial	(989.695)	(599.671)
Variações cambiais, líquidas	(121.545)	(68.827)
Total do resultado financeiro	(165.335)	(72.655)

23. Instrumentos financeiros 23.1 Considerações gerais A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos objetivando minimizar os riscos resultantes das flutuações dos preços de mercado de seus produtos (açúcar) e reduzir os riscos de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de negociação, de proteção de ativos ou passivos em moeda estrangeira, ou para precificar e proteger as operações de exportação contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Os saldos dos derivativos são atualizados, diariamente, a preço cotado em mercado ativo tendo o seu valor justo ("fair value") determinado naturalmente e, quando aplicável, é utilizado o método do fluxo de caixa descontado para determinar o valor justo. Os demais valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Ao considerar o prazo e as características desses instrumentos, sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. **a. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes** Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização. As aplicações financeiras são representadas substancialmente por CDBs indexados ao CDI, com alta liquidez, e são firmadas com instituições financeiras que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia. **b. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar** Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pela taxa cambial e pelas taxas de juros, conforme Nota 15, e representam o valor de realização em 30/04/2019. Os valores contabilizados como contas a pagar aproximam-se dos de realização. **c. Derivativos (i)** Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de juros. O saldo de derivativo de taxa de juros é composto por "swap" e registrou, em 30/04/2019, perda de R$ 1.810 (R$ 4.709 em 2018), registrada no resultado financeiro. **(i.1)** Em 30/04/2019 e 2018, a Companhia possui contratos a termo em moeda estrangeira para proteção de recebimentos por vendas futuras no mercado externo e proteção da dívida, cujo ganho está registrado no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda:

2019	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado p/ US$	Ganho / Perda
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2019 a fevereiro de 2021	555.393	572.810	563.499	9.311

2018	Valor de referência (nocional)	Ajuste a valor presente	Valor ajustado p/ US$	Ganho / Perda
Posição vendida: Vencimento entre julho de 2018 a fevereiro de 2020	243.328	244.476	251.969	(7.493)

(ii) Contrato futuro Em 30/04/2019 e 2018, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo contratos futuros estão demonstrados a seguir: **(ii.1). Contratos futuros de açúcar** A Companhia opera no mercado futuro de "commodities", com a finalidade específica de proteção ("hedge"), por meio de corretora em bolsa de mercadorias, que efetua ajustes diários, valorizando a valor de mercado até a conclusão dos contratos comerciais, cujo ganho está registrado no resultado financeiro, para as operações encerradas e para as operações não encerradas, registrados em "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante no caso de ganho e no passivo circulante no caso de perda.

Contratos em 30/04/2019	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acum. receber /pagar
Posição vendida: Venda com vencimento em junho e setembro de 2019	4.512	5.294	782

Contratos em 30/04/2018	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value")	Efeito acum. receber /pagar
Posição comprada: Compra com vencimento em julho de 2018	16.260	16.949	689

23.2 Fatores de risco e análise de sensibilidade A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar, mediante utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com taxa de juros, variação cambial e volatilidade de preços do açúcar no mercado internacional de "commodities", inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; e (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar para clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Nesse sentido, visando mitigar os riscos futuros de variação cambial, em 30/04/2019 a Companhia possuía na modalidade de NDF um montante de US$ 142.828 mil na posição vendida (US$ 72.382 mil na posição vendida em 30/04/2018). As análises sobre estas posições estão demonstradas na Nota 23 (c) i1. **23.2.1 Análise de sensibilidade - Risco de taxa de juros** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de juros e qual seria o impacto da variação das taxas de juro no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários. A tabela a seguir resume todas as posições da situação financeira da Companhia impactada pela variação da taxa de juros.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Financiamentos com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	1.103.414	(2.487)	2.487	(6.219)	6.219	(12.437)	12.437
Aplicações financeiras com taxa de juros flutuantes sem "hedge"	666.386	4.262	(4.262)	10.656	(10.656)	21.311	(21.311)
Impacto no resultado operacional		1.775	(1.775)	4.437	(4.437)	8.874	(8.874)

No cenário anterior, a taxa de juros foi combinada de duas maneiras de acordo com três cenários: provável, possível e remoto. Para o cenário provável, é suposta uma variação de +/- 10% da taxa de juros, com base em observações das condições de mercado atuais. Todas as outras variáveis dos montantes anteriores foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: Empréstimos captados com taxa de juros flutuantes, sem "hedge". As taxas de juros que foram analisadas são: • LIBOR. • CDI. • TJLP. Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional para cada item. **23.2.2 Análise de sensibilidade - Risco de variação cambial** A análise é feita considerando os movimentos das respectivas taxas de câmbio e qual seria o impacto da variação na taxa de câmbio no resultado ou no patrimônio líquido em diferentes cenários.

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Ativos e (passivos) financeiros em moeda estrangeira, líquidos	(1.062.819)	(106.282)	106.282	(265.705)	265.705	(531.410)	531.410
Impacto no resultado operacional		(106.282)	106.282	(265.705)	265.705	(531.410)	531.410

Todos os saldos de balanço foram incluídos na análise anterior. O impacto no valor justo dos instrumentos derivativos de "commodities" que são denominados em dólares norte-americanos, tipicamente de açúcar, foi apresentado tanto no ativo quanto no passivo das demonstrações financeiras. A tabela anterior mostra a sensibilidade do resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações na paridade das moedas. A paridade de moeda incluída na análise é US$/R$. Cada paridade foi combinada de duas maneiras, de acordo com três cenários, em que uma variação de +/- 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Seguem as principais premissas da análise: • Valor líquido dos ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. • O valor justo dos instrumentos derivativos de "commodities" denominados em moeda estrangeira. • Os impactos dessas possíveis variações são demonstrados no resultado operacional para cada item. **23.2.3 Análise de sensibilidade - Risco de "commodities"**

Descrição	Valor de referência	Impactos em um cenário provável 10%	-10%	Impactos em um cenário possível 25%	-25%	Impactos em um cenário remoto 50%	-50%
Venda - mercado futuro de açúcar	4.512	451	(451)	1.128	(1.128)	2.256	(2.256)

Foi incluído na análise o valor justo dos instrumentos derivativos de "commodities" de açúcar. A tabela anterior mostra a análise de sensibilidade sobre o resultado operacional e do patrimônio líquido da Companhia para as possíveis variações dos preços do açúcar, bem como os prêmios de opções de açúcar. A análise baseia-se em: Contrato futuro de açúcar n° 11 ("sugar n° 11 screen"); Os contratos futuros do açúcar e opções de preços de açúcar foram combinados de duas maneiras, de acordo com três cenários, provável, possível e remoto, em que uma variação de + / - 10% foi considerada provável, baseada em observações do mercado em geral. Todas as demais variáveis foram mantidas constantes. Todos os impactos dos diferentes cenários são demonstrados no resultado operacional. **Gerenciamento de risco financeiro** Os principais fatores de riscos que a Companhia está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Risco de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **23.3 Estrutura de gerenciamento de risco 23.3.1 Risco de crédito** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados de contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores. A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar e etanol é centrada no relacionamento formalizado com clientes chaves de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. De forma geral, o direcionamento dos negócios são tratados em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do risco do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	8	712.080	783.112
Contas a receber de clientes	9	74.399	60.461
Instrumentos financeiros	23	10.092	689
Depósitos judiciais	17	32.764	30.806
Outras contas a receber		39.432	13.293
		868.767	888.361

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são pulverizados em diversas instituições financeiras (considerados bancos de primeira linha). Adicionalmente, a Companhia possui junto a maioria dessas instituições, operações de empréstimos e financiamentos. No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **23.3.2 Risco de liquidez** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

2019	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	712.080	712.080	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	10.092	10.092	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	74.399	74.399	-	-	-	-
Depósitos judiciais	32.764	-	-	6.553	9.829	16.382
Outras contas a receber	39.432	39.432	-	-	-	-
	868.767	836.003	-	6.553	9.829	16.382
Passivos						
Fornecedores	54.831	54.831	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.557.645	-	105.385	391.564	924.443	136.253
Instrumentos financeiros	1.440	1.440	-	-	-	-
	1.613.916	56.271	105.385	391.564	924.443	136.253

2018	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	783.112	783.112	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	689	689	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	60.461	60.461	-	-	-	-
Depósitos judiciais	30.806	-	-	6.161	9.242	15.403
Outras contas a receber	13.293	13.293	-	-	-	-
	888.361	857.555	-	6.161	9.242	15.403
Passivos						
Fornecedores	53.530	53.530	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.359.626	87.759	82.159	152.693	866.552	170.463
Instrumentos financeiros	7.493	7.493	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar	54.888	54.888	-	-	-	-
	1.475.537	203.670	82.159	152.693	866.552	170.463

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. **23.3.3 Risco de mercado** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. **Risco de taxas de câmbio** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. Para minimizar este risco a Companhia procura conciliar suas exportações em moeda estrangeira com a exposição ao risco de taxas de câmbio geradas pelos passivos em moeda estrangeira. **Risco de taxas de juros** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e swaps, bem como, operações com subsídios rurais. **Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **23.3.4 Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **23.3.5 Risco de estrutura de capital** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Instrumentos financeiros Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Nota	2019	2018
Ativos			
Custo amortizado (2018 - Empréstimos e recebíveis)			
Caixa e equivalentes de caixa	8	712.080	783.112
Contas a receber de clientes	9	74.399	60.461
Depósitos judiciais	17	32.764	30.806
Outras contas a receber		39.432	13.293
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	23	10.092	689
Total		868.767	888.361
Passivos			
Custo amortizado (2018 - Outros passivos)			
Fornecedores	16	54.831	53.530
Empréstimos e financiamentos	15	1.557.645	1.359.626
Dividendos propostos a pagar	19.d	-	54.888
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	23	1.440	7.493
Total		1.613.916	1.475.537

Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima. **23.3.6 Gestão de capital** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos seus índices de alavancagem financeira. Estes índices correspondem substancialmente à dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

	2019	2018
Total dos empréstimos junto à instituições financeiras (Nota 15)	1.557.645	1.359.626
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	(712.080)	(783.112)
Dívida líquida	845.565	576.514
Total do patrimônio líquido	1.391.581	1.474.310
Total do capital	2.237.146	2.050.824
Índice de alavancagem financeira - %	38	28

23.4 Valor justo versus valor contábil Para todas as operações, a administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. **23.4.1 Hierarquia de valor justo** A Nota 4.c fornece um resumo dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo. **23.4.2 Apuração do valor justo Nível 1 -** São classificados nesse nível, caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. **Nível 2 -** São classificados nesse nível operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas junto a instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelo método de fluxo de caixa futuro da operação, descontado a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, extraídas da BM&F Bovespa. **Nível 3 -** Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesse nível.

	2019 Nível 1	2019 Nível 2	2019 Nível 3	2018 Nível 1	2018 Nível 2	2018 Nível 3
Ativo						
Instrumentos financeiros	-	10.092	-	-	689	-
Passivo						
Instrumentos financeiros	-	1.440	-	-	7493	-

23.5 Instrumentos financeiros derivativos A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como "valor justo por meio do resultado". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. O valor justo destes derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando-se as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para o Dólar e CDI, divulgadas pela BM&F. **24. Lucro básico e diluído por ação** As tabelas a seguir reconciliam o lucro/prejuízo líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro/prejuízo básico e do lucro/prejuízo diluído por ação:

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(31.609)	231.108
Número médio de ações durante o exercício (milhares)	31.461	32.052
Lucro por ação - básico e diluído - R$	(1,00)	7,21

Para os exercícios findos em 30/04/2019 e 2018, a Companhia não tinha potencial para diluição das ações ordinárias e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ação diluído é equivalente ao lucro/prejuízo por ação básico, conforme demonstrado anteriormente. **25. Compromissos** Em 30/04/2019, a Companhia possui contratos de parceria agrícola e de fornecimento de cana-de-açúcar com terceiros, com a finalidade de garantir parte de sua produção futura, no montante aproximado de 2.317.410 toneladas de cana-de-açúcar na próxima safra e 17.274.567 toneladas de cana-de-açúcar para as safras seguintes, que serão valorizadas pelos preços a serem fixados a cada safra pelo sistema CONSECANA - SP. A Companhia possui compromissos firmados com clientes para o fornecimento no mercado externo de cerca de 48.600 toneladas de açúcar cristal branco e 470.000 toneladas de açúcar VHP - Very Hight Polarization, cujas entregas estão previstas a partir da safra 2019/2020. Em 30/04/2019, a Companhia possuía contratos firmados com clientes para fornecimento de etanol anidro no volume de 77.000 m³. **26. Aspectos ambientais** As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são ambas sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados a assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **27. Cobertura de seguros** A Companhia mantém apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30/04/2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo.

Bens segurados	Riscos cobertos	Cobertura Máxima
Estoques, edifícios, máquinas e instalações industriais	Incêndio, raio, explosão e outros	560.000
Bens arrendados	Responsabilidade civil	197.265
	Explosão	30.773
Veículos e Equipamentos agrícolas	Danos materiais, pessoais e casco	Valor de mercado

28. Outras divulgações sobre o fluxo de caixa 28.1 Reconciliação da dívida líquida

	Empréstimos bancários	Arrendamento financeiro	Total da dívida	Caixa e equivalentes	Dívida líquida
Total em 30 de abril de 2017	1.583.972	20.537	1.604.509	944.566	659.943
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	74.717	-	74.717	74.717	-
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(470.778)	(4.595)	(475.373)	(475.373)	-
Outras	-	-	-	239.202	(239.202)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-
Variações monetárias/cambiais	152.367	3.406	155.773	-	155.773
Total em 30 de abril de 2018	1.340.278	19.348	1.359.626	783.112	576.514
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	150.000	-	150.000	150.000	-
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos"	(164.983)	(5.796)	(170.779)	(170.779)	-
Outras	-	-	-	(50.253)	50.253
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	-	-	-	-	-
	16.144	-	16.144	-	16.144
	198.717	3.937	202.654	-	202.654
Total em 30 de abril de 2019	1.540.156	17.489	1.557.645	712.080	845.565

A Diretoria

Celso Luís Tadioto - Contador - CRC 1SP181853/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de abril de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Álcool em 30 de abril de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de julho de 2019

pwc **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes** CRC 2SP000160/O-5 — **Luís Fernando de Souza Maranha** Contador CRC 1SP201527/O-5

ISEC SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio da 4ª, 5ª e 6ª Séries da 1ª Emissão ISEC SECURITIZADORA S.A.. A ISEC Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), vem por meio deste, convocar os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª, 5ª e 6ª Séries da 1ª Emissão da Securitizadora ("CRA"), nos termos da Cláusula 11.4. do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª, 5ª e 6ª Séries da 1ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização"),a reunirem-se em 1ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRA, a realizar-se no dia 26/08/2019, às 10:30h, na Rua Tabapuã, nº 1.123, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo – SP, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **(i)** Das medidas a serem adotadas, incluindo mas não se limitando ao vencimento antecipado do CDCA, nos termos da cláusula 3.7.1 do Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), e consequente Evento de Resgate Antecipado dos CRA, conforme disposto na cláusula 5.11.7. do Termo de Securitização, em razão do inadimplemento pela Citrus Juice Eireli ("Emitente") das parcelas (1) vencida em 25/06/2019 referente ao CDCA 002/2018; e (2) vencida em 25/07/2019 referente aos CDCA 001/2018 e 002/2018; **(ii)** Das medidas e serem adotadas em razão da ausência de recebimento pela Securitizadora dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Cascas Secas ou Frescas de Frutas Cítricas cedidos em garantia para o CRA na conta do patrimônio separado; e **(iii)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens (i) e (ii) acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o **quórum de instalação** da assembleia em primeira convocação é de titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em circulação e em segunda convocação com qualquer número, sendo que o **quórum de deliberação** em primeira convocação é de titulares de CRA que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em circulação e em segunda convocação, pelos votos favoráveis de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA presentes na assembleia. Os titulares dos CRA poderão ser representados na assembleia por procuração, emitida há menos de um ano, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou abono bancário do signatário, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos os demais documentos necessários para a verificação dos poderes. Para que a verificação de quórum seja feita com certa celeridade e de forma eficaz, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Securitizadora e à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, ("Agente Fiduciário"), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, conjunto 202, 2º andar, Jardim Paulistano, São Paulo – SP, CEP 01452-000: (i) por e-mail, para gestao@isecbrasil.com.br e assembleias@vortx.com.br ou (ii) enviados diretamente à Securitizadora e ao Agente Fiduciário em suas sedes, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da assembleia. Os investidores e/ou procuradores deverão apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário.

São Paulo, 02 de agosto de 2019. **ISEC SECURITIZADORA S.A.**

ISEC SECURITIZADORA S.A.

(SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DE ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A. A PARTIR DE 01/09/2017)

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 22ª Série da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 22ª Série da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. ("CRI" e "Securitizadora" respectivamente), nos termos das cláusulas 11.2 e 11.4 do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 22ª Série da 1ª Emissão ("Termo de Securitização") a reunirem-se em 1ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia 27 de agosto de 2019, às 11:00h na Rua Tabapuã, nº 1.123, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo – SP, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **(i)** A declaração, ou não, de vencimento antecipado dos CRI, nos termos da cláusula 4.1.14.1 item "(i)" do Termo de Securitização, em razão do descumprimento, pela Cipasa Várzea Grande Var1 Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("Devedora"), da Data de Compra e Venda dos CRI, conforme definido na cláusula 4.1.13.7 do Termo de Securitização, o que se findou em 28 de junho de 2019, em Assembleia de Titulares bem como pela prorrogação do referido prazo; **(ii)** Aprovar, ou não, a reorganização societária e alteração de controle da Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.262.743/0001-53 ("Avalista"), bem como de suas controladas, subsidiárias e sociedades de propósito específico, conforme o disposto na cláusula 3.1, item "(x)" da Cédula de Crédito Bancário nº CDUSA01 ("CCB") e cláusula 4.1.14.1 item "(x)" do Termo de Securitização, com a indicação do cenário pretendido pela Devedora para a Emissora, Agente Fiduciário e Titulares de CRI na data em que vier a ser instalada a assembleia para deliberação desta matéria da ordem do dia; **(iii)** Caso seja aprovado o item (ii) retro, aprovar, ou não, a substituição da Avalista; **(iv)** aprovar a alteração da cláusula 4.1.7.2. do Termo de Securitização para ajustar a definição do termo "VNe", de modo que passará a viger com a seguinte redação: *"VNe=corresponde ao Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Remanescente após a i-ésima amortização, informado/calculado com 8 (oito) casa decimais sem arrendondamento."*; **(v)** Aprovar a alteração do Anexo I da CCB e do Anexo II do Termo de Securitização para ajustar as respectivas tabelas de pagamentos; **(vi)** Aprovar a inclusão de remuneração adicional devida à Securitizadora: (1) no valor de R$750,00 (setecentos e cinquenta reais) por homem-hora de trabalho dedicado à participação em Assembleias Gerais e a consequente implementação das decisões nelas tomadas, e (2) no valor de R$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) por verificação, em caso de verificação de *covenants*, caso aplicável; e **(vii)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. A Securitizadora deixa registrado, que o quórum de instalação, em primeira convocação, é de Titulares dos CRI que representem pelo menos, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, e o quórum de deliberação é pela maioria dos CRI presentes, exceto para os itens previstos na cláusula 11.11. e 11.12. do Termo de Securitização. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida há menos de 01 (um) ano, por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário. Para que a verificação de quórum seja feita com certa celeridade e de forma eficaz, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Securitizadora e à Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"): (i) por e-mail, para gestao@isecbrasil.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br; ou (ii) enviados diretamente à Securitizadora com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da assembleia, devendo apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. São Paulo, 02 de agosto de 2019. **ISEC SECURITIZADORA S.A.**

BRAZILIAN SECURITIES Uma Empresa do Grupo PAN

Brazilian Securities Companhia de Securitização

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação

Décima Nona Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Quinze do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a reunirem-se, em 1ª convocação, para a Décima Nona Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Décima Nona Assembleia"), a se realizar no dia 10 de setembro de 2019 às 10:30h, no endereço da Securitizadora, na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre: **(i)** a contratação de escritório de advocacia para fazer prestação dos serviços de natureza contenciosa, referente à reclamações trabalhistas movidas contra as empresas MCE Engenharia S.A. e MKS Soluções Integradas S.A., nas quais foram determinadas penhoras sobre os imóveis garantias dos CRI; **(ii)** a contratação de um administrador e/ou gestor para os imóveis que são garantia dos CRI; **(iii)** as medidas a serem adotadas em relação à excussão extrajudicial dos imóveis dados em alienação fiduciária à Securitizadora em garantia dos CRI, em virtude da extinção da proposta assinada com o escritório Freitas Leite Advogados na assembleia de 12/06/2018; e **(iv)** o aporte de recursos pelos titulares dos CRI para pagamento dos serviços a serem contratados. As propostas referentes aos itens (i) e (ii) acima, estão disponíveis para consulta dos titulares dos CRI, na sede da Securitizadora, sendo que para a prestação do serviços referentes ao item (i) acima encontram-se como opções: a) Pereira Pulici Advogados, b) Marcelo Tostes Advogados, c) Motta Fernandes Advogados; e para a prestação do serviços referentes ao item (ii) acima encontra-se como opção: a) Freisa 7 Empreendimentos e Participações S.A. Os Titulares dos CRI deverão se apresentar no endereço da Securitizadora acima indicado portando os documentos que comprovem sua condição de titular dos CRI e, os que se fizerem representar por procuração deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Décima Nona Assembleia, no mesmo endereço da Securitizadora indicado acima, no momento da referida Décima Nona Assembleia. Sem prejuízo, e em benefício do tempo, os titulares dos CRI deverão encaminhar previamente os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail contencioso@pentagonotrustee.com.br, com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência, e apresentar as vias originais no momento da referida assembleia. São Paulo, 02 de agosto de 2019 **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0004568-95.2019.8.26.0001. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários. Exequente: Itaú Unibanco S/A. Executado: Valêncio & Joia Comercial Ltda e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004568-95.2019.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). CLAUDIA FELIX DE LIMA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VALÊNCIO & JOIA COMERCIAL LTDA, CNPJ 12.365.818/0001-97, na pessoa de seu representante legal, e EDUARDO MIQUILINO VALENCIO, CPF 287.012.398-13, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Itaú Unibanco S/A., CNPJ 60.701.190/0001-04. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 72.748,89 (Fev/2019), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de Julho de 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20DIAS,expedido nos autos da Ação de Usucapião,PROCESSO Nº **0128986-85.2008.8.26.0100** (USUC 265) A Doutora Aline Aparecida de Miranda, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) José Luiz Machado Junior, Maria Aparecida de Freitas Luiz Machado, Herdeiros de Maria de Lourdes Nogueira Vessoni Atalla e de Euvaldo Atalla, a saber: Euvaldo Atalla Filho, Ana Thereza Vessoni; Aliciene Maria Vessoni Rodrigues Silva, Euclides de Siqueira Rodrigues Silva, Heraldo Mota Nunes, Rosa Maria Dias Nunes, Theophilo Siqueira Filho, Alice Mariene Vessoni de Siqueira ou Alice Mariene Vessoni Siqueira, Herdeiros de Rene Nogueira Vessoni e de José Virgílio Nogueira Vessoni, a saber: Thereza Christina Vessoni Penna, Antônio Urbino Penna Junior, Anselmo Vessoni Neto, Regina Maria Vessoni, Ana Luiza Nogueira Vessoni, José Renato Nogueira Vessoni, Renata Maria Nogueira Vessoni Chacur, Anis Chacur Neto; João de Azevedo Pimentel, Ayr da Paixão dos Santos Pimentel, Maria Aparecida Baia, Ednaia Almeida de Souza, Adelaide Corbeta de Moura e Silva, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados,bem como seus cônjuges,se casados forem,herdeiros e/ou sucessores,que Marlene Aparecida Piza Marcato, ajuizou ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Tuma Maluly, nºs 239/241 - Jardim Machado, 27º Subdistrito Tatuapé - São Paulo SP, com área de 110,14 m², contribuinte nº 148.222.0014-1, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [01,02]

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0191232-78.2012.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA NARIMATU DE ALMEIDA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SIVEL ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E CORRETAGEM LTDA CNPJ 43.715.192/0001-25, que Cesar Morim de Sa Eiras ajuizou ação monitória, para cobrança de R$ 4.854,68 (set/2012), referente ao cheque 261375, Banco Real, ag. 562, c/c 0704500-2. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o valor supra, ficando consignado, neste caso, a isenção de custas e honorários advocatícios, ou no mesmo prazo ofereça embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de julho de 2019. [1,2]

29º Vara Civel. Processo Digital nº: 1060280-52.2016.8.26.0100- Monitória - Duplicata. Requerente: Associação do Sanatório Sírio - Hospital do Coração - Requerido: Sinval Malheiros Pinto Junior e outro. Edital de Citação. Prazo 20 dias. A Dra. Valéria Longobardi, Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Senhorinha Caetano da Silva (CPF. 316.774.538-00), que Associação do Sanatório Sírio Hospital do Coração lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$34.650,68 (fevereiro de 2017), decorrente da Duplicata n° 564.522/1, oriunda dos serviços hospitalares efetivamente prestados. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS.

Indústria de Hotéis Guzzoni S.A.

CNPJ (MF) Nº 64.631.344/0001-81 - NIRE MATRIZ 35300129547 - Capital Fechado

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária

Data, Hora, Local: 18.06.2019, às 14 horas, à rua Augusta, 129, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Fabrizio Machado Guzzoni,** Secretário: **Gustavo Abreu Guzzoni. Convocação:** Dispensada (artigo 124, §4 da lei 6.404/76). **Deliberações Aprovadas:** (a) Eleger o Sr. Fabrizio Machado Guzzoni, brasileiro, casado, administrador, RG nº 26.799.270-01 SSP/SP e CPF/MF nº 283.518.918-19, para o cargo de Diretor Presidente, e o Sr. Gustavo Abreu Guzzoni, brasileiro, solteiro, empresário, RG/SSP-SP nº 35.094.634-6, CPF/MF nº 233.474.568/58, para o cargo de Vice-Presidente, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP, todos com mandatos até a AGO que vier a aprovar as contas do exercício social de 2021, fixando-se para a diretoria uma remuneração anual global de até R$ 650.000,00; (b) As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2018, já devida e encaminhadas mediante protocolo a cada um dos acionistas. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 18.06.2019. Acionistas: Fabrizio Machado Guzzoni, Patrícia Machado Guzzoni, por procurador Aurelio Abreu Guzzoni, Gustavo Abreu Guzzoni, Henrique Abreu Guzzoni por procurador. Fabrizio Machado Guzzoni, Gustavo Abreu Guzzoni. JUCESP nº 398.907/19-5 em 24.07.19. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

FIVE CONSTRUTORA LTDA. CNPJ 17.025.395/0001-80- NIRE 35.227.006.631 - **Extrato da Ata da Reunião de Quotistas em 31/07/2019. Data, Horário e Local:** 31/07/2019, às 10h, na sede social, em Santana de Parnaíba/SP. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** André Mouaccad - Presidente e Marcos Demetrio Haik - Secretário. **Convocação:** Dispensada.**Deliberações por unanimidade:** Redução do capital social, que se dá pela saída dos sócios Marcos Demetrio Haik e Renato Papa Tort, nos termos do disposto no artigo 1.084, do Código Civil, o qual é reduzido de R$ 15.155.058,00 para R$ 13.150.234,64, uma redução, portanto, de R$ 2.004.823,36, mediante a restituição de suas quotas conforme descrito no Anexo I desta ata, ficando a administração da Sociedade desde já autorizada a tomar todas as providências necessárias para tanto. **Encerramento:** Nada mais.

ALOUATTA Participações S.A. - CNPJ nº 09.252.445/0001-33

Demonstrações Contábeis e Financeiras - Em reais

Balanço Patrimonial	12/2018	12/2017
ATIVO	**21.784.918,66**	**16.035.854,77**
Ativo circulante	**12.383.204,67**	**8.437.884,20**
Caixa e equivalentes de caixa	1.551,16	519,36
Estoques	7.727.607,54	5.376.361,28
Outros ativos circulantes	4.654.045,97	3.061.003,56
Ativo não circulante	**9.401.713,99**	**7.597.970,57**
Realizável a longo prazo		
Direitos com coligadas, controladas e sócios	1.997.526,87	461.281,22
Outros realizáveis a longo prazo	339.906,99	1.134,52
Investimentos	7.064.280,13	7.135.554,83

Balanço Patrimonial	12/2018	12/2017
PASSIVO	**21.784.918,66**	**16.035.854,77**
Passivo circulante	**4.102.819,73**	**656.227,84**
Obrigações	634.896,63	13.426,14
Obrigações Tributárias	1.292.392,37	605.751,98
Outros passivos circulantes	2.175.530,73	37.049,72
Passivo não circulante	**1.983.540,02**	**3.222.300,34**
Empréstimos e financiamentos	465.041,02	120.000,00
Obrigações com coligadas, controladas e sócios	1.518.499,00	3.102.300,34
Patrimônio Líquido	**15.698.558,91**	**12.157.326,59**
Capital Social	1.861.679,00	1.861.679,00
(-) Capital a realizar	(46.833,38)	(46.833,38)
Reserva de lucros	13.883.713,29	10.342.480,97

Demonstração de Resultado do Exercício	12/2018	12/2017
Faturamento/Receita Bruta	**4.406.156,76**	**3.304.745,96**
(-) Impostos incidentes sobre aluguéis	160.824,74	-
Receita Líquida	**4.245.332,02**	**3.304.745,96**
Lucro Bruto	**4.245.332,02**	**3.304.745,96**
(-) Despesas operacionais	154.102,34	111.103,04
(-) Despesas tributárias	7.179,91	127.793,18
Resultado antes das Atividades Financeiras	**4.084.049,77**	**3.065.849,74**
(-) Despesas financeiras	16.152,89	5.734,30
Resultado antes de Equivalência Patrimonial	**4.067.896,88**	**3.060.115,44**
(-) Despesa de Equivalência Patrimonial	71.274,70	289.440,33
Lucro antes do IR e da CSLL	**3.996.622,18**	**2.770.675,11**
(-) Provisão para IRPJ/CSLL	455.389,86	335.556,35
Lucro Líquido do Exercício	**3.541.232,32**	**2.435.118,76**

As demonstrações financeiras completas, contendo Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

A DIRETORIA — **Leandro Vespasiano dos Santos** - Contador - CRC-PR063544/O-3

RAMOT S/A

CNPJ/MF 74.253.642/0001-39

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Submetemos à sua apreciação, as demonstrações financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2018	2017	Passivo e Patrimônio Líquido	2018	2017
Circulante	**4**	**684**	**Circulante**	**159.402**	**14**
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	IRPJ e CSLL	-	14
Estoque de imóveis	-	150	Dividendos a Pagar	159.402	-
Clientes	-	532	**Não Circulante**	**2.319**	**6.842**
Não Circulante	**163.580**	**210.209**	Partes relacionadas	2.319	2.440
Realizável a Longo Prazo	**149.000**	**8.760**	Provisão para passivo a descoberto em investidas	-	3.870
Partes relacionadas	-	1.537	Receita diferida	-	532
Dividendos a receber	149.000	7.223	**Patrimônio Líquido**	**1.863**	**204.037**
Permanente	**14.580**	**201.449**	Capital social	800	800
Investimentos	14.580	201.449	Reservas de lucros	1.063	203.237
Total do Ativo	**163.584**	**210.893**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**163.584**	**210.893**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total das Reservas	Patrimônio Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2017	**800**	**1.063**	**203.040**	**-**	**204.103**	**204.903**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.824	15.824	15.824
Dividendos propostos	-	-	-	(16.690)	(16.690)	(16.690)
Reserva de lucros acumulados	-	-	(866)	866	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**800**	**1.063**	**202.174**	**-**	**203.237**	**204.037**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(41.572)	(41.572)	(41.572)
Dividendos propostos	-	-	(159.402)	(1.200)	(160.602)	(160.602)
Reserva de lucros acumulados	-	-	(42.772)	42.772	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**800**	**1.063**	**-**	**-**	**1.063**	**1.863**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional: A Companhia tem por objeto a administração de bens próprios ou de terceiros, a participação em outras sociedades brasileiras ou estrangeiras, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) indústria e comércio de tecidos e roupas em geral; (b) realização de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza; (c) realização de empreendimentos agropecuários. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais práticas contábeis:** a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Sociedade, são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o Real (R$). b) Circulante e não circulante: os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação provável ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. c) Caixas e equivalentes de caixa: incluem os montantes em caixa, os saldos positivos em bancos conta-movimento e as aplicações financeiras com prazo de até 90 dias. d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. e) Investimentos: os investimentos em empresas controladas ou coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base no balanço das investidas levantados na mesma data, e os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição. f) Imposto de renda e contribuição social: conforme facultado pela legislação tributária, a sociedade optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é determinada à razão de 8% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), a da contribuição social à razão de 12% (vendas) e 32% (prestação de serviços e/ou locações), acrescentando-se em ambas 100% das demais receitas e ganhos de capital auferidos. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **4. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social totalmente integralizado monta R$ 800.000,00, dividido em 968 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. c) Reservas de lucros: Corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal e a distribuição dos dividendos. **5. Instrumentos financeiros:** A Sociedade entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale ao seu valor de mercado.

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	2018	2017
Receita da venda de imóveis	532	1.596
Impostos sobre vendas	(19)	(58)
Receita líquida	**513**	**1.538**
Custo da venda de imóveis	(151)	(449)
Lucro bruto	**362**	**1.089**
Despesas gerais e administrativas	(10)	(10)
Resultado financeiro líquido	-	310
Resultado da equivalência patrimonial	(41.912)	14.598
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(41.560)**	**15.987**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12)	(163)
Lucro líquido do exercício	**(41.572)**	**15.824**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - *(Em milhares de Reais)*

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(41.572)	15.824
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Resultado da equivalência patrimonial	41.912	(14.598)
Imposto de renda e contribuição social	(14)	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(1.182)
	326	38
Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:		
(Aumento) redução dos ativos:		
Estoque de imóveis	149	449
Créditos com Pessoas ligadas	200	-
Clientes	532	1.596
Aumento (redução) dos passivos:		
Receitas diferidas	(532)	(1.596)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	**675**	**487**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos em participações societárias	(20)	-
Recebimento de dividendos de controladas	668	9.078
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos	**648**	**9.078**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento de empréstimos de partes relacionadas	(121)	1.349
Pagamento de dividendos a acionistas	(1.200)	(16.690)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	**(1.321)**	**(15.341)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2**	**(5.776)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixas e equivalentes no início do exercício	2	5.778
Caixas e equivalentes no final do exercício	4	2
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	**2**	**(5.776)**

Diretoria:

Zeev Chalon Horovitz - Diretor-Presidente.
Michel Ben Horovitz - Diretor
Salvador Marotta - Técnico CRC 1-SP 124.433/O-5

4ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa SP. 4º Ofício Cível. Edital de Citação - Prazo 30 dias - Processo 0008536-71.2012.8.26.0004. O Dr. Renato Guanaes Simões Thomsen, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV Lapa/SP. Faz saber a Olivia Yoshikawa Ivami (CPF. 720.579.558-34) que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial objetivando a cobrança da quantia de R$ 910.500,45 (janeiro de 2018), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro nº 004.360.940. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, pague o débito atualizado ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento do restante seja feito em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial nos termos do (art. 257, IV do CPC), e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 28 de junho de 2019.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 07.587.384/00001-30 - NIRE 35.300.369.149

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 21ª Série da 5ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **21**ª Série da **5**ª Emissão da **Gaia Securitizadora S.A**. ("CRI" e "Emissora" respectivamente), nos termos da cláusula **12.3** do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da **21**ª Série da **5**ª Emissão ("Termo de Securitização"), firmado pela Emissora e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46 ("Agente Fiduciário"), a reunirem-se em primeira convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia **21 de agosto de 2019, às 9h30**, na sede da Emissora, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Aprovar, ou não, a reorganização societária e alteração de controle da Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.262.743/0001-53 ("Devedora"), bem como suas controladas, subsidiárias e sociedades de propósito específico, que figuram como parte e/ou garantidoras da operação, conforme Cédula de Créditos Bancário nº 0079/12 ("CCB"), com a indicação do cenário pretendido pela Devedora para a Emissora, Agente Fiduciário e Titulares de CRI na data em que vier a ser instalada a assembleia para deliberação desta matéria da ordem do dia; **(ii)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. Os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Emissora com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail fiduciario@planner.com.br. São Paulo, 30 de julho de 2019. **Gaia Securitizadora S.A.**

GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE 35.300.369.149

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 47ª Série da 4ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **47**ª Série da **4**ª Emissão da **Gaia Securitizadora S.A**. ("CRI" e "Emissora" respectivamente), nos termos da cláusula **12.3** do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da **47**ª Série da **4**ª Emissão ("Termo de Securitização"), firmado pela Emissora e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), a reunirem-se em primeira convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia **21 de agosto de 2019, às 10:30 horas**, na sede da Emissora, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Aprovar, ou não, a reorganização societária e alteração de controle da Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.262.743/0001-53 ("Devedora"), bem como suas controladas, subsidiárias e sociedades de propósito específico, que figuram como parte e/ou garantidoras da operação, conforme cláusula 17, item (g) da Cédula de Créditos Bancário nº 2013051601 ("CCB"), com a indicação do cenário pretendido pela Devedora para a Emissora, Agente Fiduciário e Titulares de CRI na data em que vier a ser instalada a assembleia para deliberação desta matéria da ordem do dia; **(ii)** Caso seja aprovado o item (i) retro, aprovar, ou não, a alteração das sociedades Avalistas assim indicadas na CCB por aquelas que serão indicadas pela Devedora na data em que vier a ser instalada a assembleia para deliberação desta matéria da ordem do dia; **(iii)** Caso seja aprovado o item (i) retro, aprovar, ou não, a alteração da Alienação Fiduciária de Quotas em garantia para admitir as novas condições que serão apresentadas pela Devedora na data em que vier a ser instalada a assembleia para deliberação desta matéria da ordem do dia; (iv) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. Os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Emissora com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 30 de julho de 2019. **Gaia Securitizadora S.A.**

GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30 - NIRE 35.300.369.149

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 58ª e 59ª Série da 4ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **58**ª e **59**ª Séries da **4**ª Emissão da **Gaia Securitizadora S.A**. ("CRI" e "Emissora" respectivamente), nos termos da cláusula **12.4** do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da **58**ª e **59**ª Séries da **4**ª Emissão ("Termo de Securitização"), firmado pela Emissora e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em primeira convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia **21 de agosto de 2019, às 11:30 horas**, na sede da Emissora, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Aprovar, ou não, a reorganização societária e alteração de controle da Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.262.743/0001-53 ("Devedora" e "Fiadora"), bem como suas controladas, subsidiárias e sociedades de propósito específico, que figuram como parte e/ou garantidoras da operação, com a indicação do cenário pretendido pela Devedora para a Emissora, Agente Fiduciário e Titulares de CRI na data em que vier a ser instalada a assembleia para deliberação desta matéria da ordem do dia; **(ii)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. Os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Emissora com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. São Paulo, 30 de julho de 2019. **Gaia Securitizadora S.A.**

ISEC SECURITIZADORA S.A.

(SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DE ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A. A PARTIR DE 01/09/2017)

CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª e 24ª Séries da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A.. Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª e 24ª Séries da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. ("CRI" e "Securitizadora" respectivamente), nos termos das cláusulas 12.2, do respectivo Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª e 24ª Séries ("Termo de Securitização") a reunirem-se em 2ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia 22 de agosto de 2019, às 10:00h, na Rua Tabapuã, nº 1.123, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo – SP, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **(i)** Das medidas a serem tomadas incluindo, mas não se limitando, à recompra compulsória dos créditos imobiliários loteamento, conforme disposto na cláusula 7.1 (l) do Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças, em razão do descumprimento, quanto à entrega do TVO do empreendimento Aldeia expedido pelo órgão competente; **(ii)** Aprovar os ajustes necessários ao Termo de Securitização, de modo que no aditamento a ser celebrado sejam estabelecidas as periodicidades e a forma de pagamento dos CRI Subordinados, após a integral quitação dos CRI Seniores; **(iii)** Aprovar a liberação dos créditos imobiliários que sejam objeto de distrato, substituição e recompra, de modo que tal liberação se aplique para os casos já distratados, substituídos e recomprados, desde que garantia esteja enquadrada, os percentuais atendidos e tenham sido respeitados os dispositivos contratuais para tal liberação; **(iv)** Das medidas a serem tomadas incluindo, mas não se limitando, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários Loteamento, conforme disposto na clausula 7.1, (n) e (o) do Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças, em razão do descumprimento da notificação enviada pela Securitizadora às Cedentes em 15 de maio de 2019; **(v)** Aprovar a reorganização societária e alteração de controle da Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.262.743/0001-53, bem como suas controladas, subsidiárias e sociedades de propósito específico, que configuram com parte e/ou garantidoras da operação; e **(vi)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. A Securitizadora deixa registrado que o **quórum de instalação** da assembleia em primeira convocação é de titulares dos CRI que representem pelo menos 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número, e o **quórum de deliberação** é de 51% dos CRI em Circulação, observados o quórum de no mínimo 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação para as matérias elencadas na cláusula 12.8.1 do Termo de Securitização. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário. Para que a verificação de quórum seja feita com certa celeridade e de forma eficaz, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Securitizadora e à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário") (i) por e-mail, para **gestao@isecbrasil.com.br** e **assembleia@vortx.com.br** ou (ii) enviados diretamente à Securitizadora e ao Agente Fiduciário em suas sedes, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da assembleia, devendo apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário.

São Paulo, 02 de agosto de 2019. **ISEC SECURITIZADORA S.A.**

COMARCA DE SÃO PAULO 44ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº - 14º andar - sala nº 1400/1414 - Centro - CEP01501-900 - Fone: (11) - São Paulo-SP - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **INTIMAÇÃO**. Prazo: **20 dias.** Proc. nº **0008993-10.2019.8.26.0100.** O **Dr. GUILHEME MADEIRA DEZEM**, MM Juiz de Direito da 44ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER** a **FELIPE GUTEMBERG DA SILVA** (CPF 310.153.638-30), atualmente em lugar incerto e não sabido, que pelo presente, expedido nos autos de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **ICOMON TECNOLOGIA LTDA**., fica **INTIMADO**, para, no prazo de **15 dias,** a fluir após os **20 dias** supra, **PAGAR** o **DÉBITO** de R$3.059,45 (fevereiro/2019) a ser atualizado e acrescido dascominações legais, **SOB PENA** de **ACRÉSCIMO** de **MULTA** de 10% e de **HONORÁRIOS** de 10% (art. 523, § 1º do CPC/2015), os quais incidirão sobre o restante, caso pague parcialmente, prosseguindo-se o feito com a penhora de bens e avaliação; e **CIENTE** que não pagando e **independentemente de penhora ou nova intimação** deverá apresentar a **IMPUGNAÇÃO**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de julho de 2019.

02 e 03/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1055398-76.2018.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LUIS FELIPE FERRARI BEDENDI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PENCHEL PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ 18.209.386/0001-01, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Emília Luz Freire e outro, alegando em síntese que firmaram um contrato para constituição de futura sociedade empresária - a Tree Mobile Holding Ltda. -, cujo objeto seria o desenvolvimento de software. Ficou acordado que a autora EMÍLIA subscreveria R$ 500.000,00 na sociedade, com opção de recompra das cotas pelo requerido caso desistisse da participação futuramente. EMÍLIA também foi nomeada administradora da sociedade Além dela, tornou-se também sócia a requerente CARAMONA. Ocorre que, não tendo havido afinidade administrativa na condução social, a autora notificou os requeridos acerca de sua vontade de retirar-se da sociedade, com a obrigação de recomprarem a participação. Apesar de transcorrido quase um ano, a parte ré não cumpre com as obrigações existentes no contrato, razão pela qual requer a concessão da liminar para: (1) a permissão da imediata saída da autora CARAMONA do quadro societário da Tree Mobile Holding Ltda.; (2) o desligamento e saída da autora Emília do cargo de administradora da citada Holding. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de maio de 2019. **[01,02]**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO - PROCESSO Nº 1005081-77.2018. [...]Diante do exposto, e do mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar a INTERDIÇÃO de Rosa da Silva Matos, qualificada nos autos, DECLARANDO-A INCAPAZ DE EXERCER OS ATOS NEGOCIAIS E PATRIMONIAIS DA VIDA CIVIL, com fundamento no artigo 4°, inciso II, e no artigo 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, c.c. artigo 85, da Lei 13.146/2015, ressalvando-se o parágrafo 1° do referido artigo e 6° do mesmo Estatuto. Nomeio como curadora definitiva de Rosa da Silva Matos a autora Dorcas da Silva Matos Pinho. Expeça-se certidão de curatela definitiva. Em decorrência, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Em obediência ao disposto no artigo 755, § 3°, do Código de Processo Civil, inscrita a presente sentença no Cartório de Registro Civil respectivo, esta deve ser publicada na imprensa oficial, por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Esta sentença vale como edital. Custas na forma da lei. Deixo de determinar a especialização de hipoteca legal, por não constar que a interditanda possua bens que a justifique, bem assim por considerar que a Curatela já acarretará à Curadora razoáveis ônus de orientação e sustento. Ciência ao Ministério Público. Aguarde-se o trânsito em julgado. Oportunamente, expeça-se mandado de averbação e arquivem-se os autos. P.R.I.C. 03/07, 19/07; 02/08/2019.

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1040814-46.2014.8.26.0002. O Dr. Fabrício Stendard, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, Faz Saber a Anderson Rodrigues da Rocha (CPF. 300.527.968-50), que SESP - Sociedade Educacional São Paulo lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 2.991,55 (janeiro de 2014), decorrente do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, tendo como objeto o curso de Administração - período noturno. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de julho de 2019.

17ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 17º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1021349-92.2007.8.26.0100 (processo principal nº 0234888-61.2007.8.26.0100). O Dr. André Luiz da Silva da Cunha, Juiz de Direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber aos herdeiros Flávio Apovian (CPF. 011.757.948-00) e Patrícia Apovian (CPF. 011.737.948-40), que Condomínio Edifícios Plaza I e II, requereu a habilitação dos herdeiros da executada Helena Comerian Apovian (falecida), nos autos da ação de Cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada em face de Helena Comerian Apovian (falecida), onde o exequente está objetivando o recebimento da quantia de R$ 105.533,84 (dezembro de 2018), representada pelas cotas condominiais referente ao apartamento n° 31, localizado no Condomínio ora autor. Na referida ação, procedeu-se a penhora sobre: o apartamento n° 31, localizado no 3° andar do Edifício Plaza I, situado na Av. Jurucê, n° 185, esquina com a Alameda dos Jurupis, Indianópolis 24° Subdistrito, com área útil de 211,70m², objeto da matrícula n° 98.561, perante o 14° CRI da Capital/SP. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 05 dias, a fluir dos 20 dias supra, contestem a habilitação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente, afixado e publicado. SP, 19/06/2019.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1002977-27.2014.8.26.0011. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Red Shop Comercio de Informatica ltda e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002977-27.2014.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr(a). Andrea Ferraz Musa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RED SHOP COMERCIO DE INFORMATICA LTDA, CNPJ 16.825.948/0001-16, ANTÔNIO DAMACENA DOS SANTOS, Brasileiro, CPF 275.928.548-05, GEOVAL CICERO DA SILVA FILHO, Brasileiro, CPF 151.996.928-79, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: Trata-se de execução fundada em cédula de crédito bancário cujo inadimplemento desencadeou o vencimento antecipado do contrato. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a dívida de 22.865,70 (vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos), que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o(a) executado(a) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC). Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias úteis, contados do decurso do prazo do presente edital, conforme r. decisão disponibilizada na internet. ADVERTÊNCIAS: No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(a) executado(a) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de julho de 2019.

8ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 8º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1076296-18.2015.8.26.0100. A Dra. Vanessa Ribeiro Mateus, Juíza de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Sze Tong Hon (CPF. 154.187.468-47) e Sze Yim Lia (CPF. 154.187.498-62), que TSA Holding S/A lhes ajuizou ação de Rescisão Contratual cumulada com Pedido de Reintegração de Posse e Indenização, de Procedimento Comum, objetivando que a ação seja julgada totalmente procedente para o fim de decretar a rescisão do Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra celebrado entre as partes em 06.01.2008, objetivando o Lote nº 18 da Quadra nº T, do loteamento Residencial Tamboré 11, objeto da matrícula nº 130.910 do CRI de Barueri, situado no Município de Santana de Parnaíba, Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, determinando a reintegração da requerente na posse do referido imóvel, condenando os requeridos ao pagamento de aluguel mensal de 1% sobre o valor atualizado de venda do imóvel, desde a data de sua imissão na posse do referido imóvel, ou, em pedido sucessivo, a partir da data em que os requeridos se tornaram inadimplentes, até a data da efetiva desocupação do imóvel, a ser apurado em sede de liquidação de sentença, determinando-se a compensação com o valor a restituir, até o limite em que se comportarem, determinando que a apuração do saldo de restituição se dê deduzindo-se dele: a) os valores previstos na cláusula terceira, parágrafo nono, alínea b, do Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra, b) as despesas de corretagem, c) as despesas condominiais em atraso, até a efetiva desocupação do imóvel e d) as despesas de IPTU e do foro anual em atraso até a efetiva desocupação do imóvel, tudo a ser apurado em sede de liquidação de sentença, além da condenação ao pagamento das demais cominações legais. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - 2ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº - 6º andar - salas nº 611/613 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: 2171-6070 / 71 / 73 - São Paulo-SP - E-mail: sp2cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1021089-63.2017.8.26.0100** - O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dr. TOM ALEXANDRE BRANDÃO**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **FLORISMAR FERREIRA SILVA,** brasileiro, CPF 016.704.325-05, que lhe foi proposta uma ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** por parte de **ICOMON TECNOLOGIA LTDA.**, visando a condenação no pagamento de R$1.200,00 (fev/17) mais atualização, custas, honorários e demais cominações, referente a danos causados ao veículo VW/Gol, placas FLG 3950, em razão da colisão lateral provocada pelo réu na condução do veículo GM Corsa, placas LBY 9073, em acidente ocorrido em 03.02.2016. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias,** a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação lhe será nomeado **Curador Especial**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de julho de 2019.

02 e 03/08

36ª VARA CÍVEL - COMARCA DA CAPITAL - EDITAL de **CITAÇÃO**. Prazo: **20 dias**. Proc. nº **1009862-76.2017.8.26.0100**. O Dr. **SWARAI CERVONE DE OLIVEIRA**, MM Juiz de Direito da 36ª Vara Cível do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER** a **PM AUTOS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**. (CNPJ 18.009.582/0001-87), que **FRANKLIN RICARDO TRECO** lhe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM** (corréu: **BANCO PAN S.A.)** visando ser declarada nula a venda do veículo Kia Sportage 2.0, EX 4x2, 16V Flex 4P, automático, com sua devolução ou valor equivalente; condenação em danos morais com a suspensão da cobrança e exigibilidade do contrato nº 81327200, além de custas e honorários e demais cominações, alegando ter sido ludibriado; e que há vício de consentimento no ajuste, diante da ocultação intencional de fatos. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que no silêncio lhe será nomeado Curador Especial. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 01/08/2019. Eu, Escrevente, digitei. Eu, Escrivã(o) Diretor(a), subscrevi.

02 e 03/08

2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - EDITAL de **CITAÇÃO**, prazo de **20 dias**, expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **0050454-29.2010.8.26.0100 - 1114/10.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dr(a). LUIZ GUSTAVO ESTEVES,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Maria Alice Garrucho Varella, Amando Francisco Varella, Milton Solves, Honorina Ferreira Solves, Nelson Trevizan, Maria Eloisa Daminelli Trevizan, Osvaldo Cristo, José Christo, Marisa Vieira Faria, Paulo Arnaldo Peleteiro Soares, Vera Nilce Tosato Soares, Maximiano Nunes Garrucho, Catharino Cerello, Rodolpho Anselmo Cerello, Romeu Cerello, Eduardo Prestes Rosa, Vilma Damin Prestes Rosa, Odecio Marega, Mathilde Conceição Bedin Marega, Nagib Jafet, Leonor Jafet, Chedid Jafet, Violeta Basilio Jafet, Ricardo Jafet, Nelly Maluf Jafet, Frederico Nami Jafet, Alexandra Haddad Jafet, Roberto Jafet, Genovaite Markeviciute Jafet, Julio Ramos, Branca de Carvalho Ramos, Antonio Alves Ferreira Guedes, Regina Fortunato Navarro Guedes, Jose Duarte de Oliveira, Oswaldina Peixotpo de Oliveira, herdeiros, Narasimoolu Munsami Pilly, Maria Luisa Borges, Fabio Andre de Faria, Marisa de Viveiro de Faria, Osmir Pires Couto Júnior, Patricia Ferreira de Macedo, Antonio Xavier Ferreira, Maria Julieta de Miranda Ferreira, Espólio de Honorina Ferreira Alves, na pessoa de seu testamenteiro Sergio Luiz Pereira Rego, Banco ABN Amro Real S/A, Caixa Economica Federal CEF, Banco Santander S/A, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que **TATSUO MATSUBAYASHI** e **TOKIKO MATSUBAYASHI** ajuizaram ação de **USUCAPIÃO**, visando a titularidade de domínio do imóvel localizado na Rua Aprigio Rego Lopes, 127, São Paulo SP e Ioshihiro Ioshimatsu e Amélia Tsunako Watanabe ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a titularidade de domínio do imóvel localizado na Rua Aprigio Rego Lopes, 133, São Paulo SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a fluir após o prazo de **20 dias,** apresentem **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

02 e 03/08

2ª VARA CÍVEL EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009531-42.2016.8.26.0005O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Trazibulo José Ferreira da Silva, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) MOHAMAD AHMAD SOGHBI, RG W591491C, CPF 134.124.568-37, ABD KHALIL EL ZOGHBI, CPF - 507.353.658-49, RG - 33.979.720-4 e AZIZI RASSUL ZOGHBI, CPF 013.707.068-39, RG 12984125-0, que lhes foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Espólio de Manuel Trancho Gonçalves, Rep.p/.Invent.Ana Maria Andrello Gonçalves Pereira de Melo. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a divida no importe de R$ 691.795,07, sob pena de multa de 10% (dez por cento), bem como da incidência de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), nos moldes do §1º do artigo 523 do Código de Processo Civil. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 02 e 03/08

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011570-16.2019.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Eurico Leonel Peixoto Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JJPL COMÉRCIO DE PLÁSTICOS E SERVIÇOS DE RECICLAGEM LTDA, CNPJ 12.482.201/0001-51, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Banco Santander (Brasil) S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 134.167,01, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de abril de 2019. B 02 e 03/08

OFICIAL DO 6º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA CAPITAL, faz saber que, em virtude do requerimento datado de 28 de junho de 2019 por parte **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.,** com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2.041 e 2.235, na cidade de São Paulo/SP, fica INTIMADO, EDUARDO CANDIDO DE MORAES, brasileiro, solteiro, maior, repositor, RG nº 27.330.697-2-SSP/SP, CPF sob nº 278.644.498-59, a efetuar neste Oficial de Registro de Imóveis, à Avenida Lins de Vasconcelos, nº 2.378, Vila Mariana, nesta Capital, das09:00 às 16:00 horas, o pagamento deR$2.969,82, o qual será atualizado até a data de pagamento, com os encargos previstos em contrato de alienação fiduciária registrado sob nº 7na matrícula nº.190.670, referentes à aquisição de um apartamento sob nº 702, localizado no 6º pavimento do empreendimento "Spázio San Francesco", situado à Rua Antônio Pires de Campos, nº 140, no 26º Subdistrito – Vila Prudente.O pagamento será efetuado no prazo de 15 dias, a contar da última publicação deste edital; e não pago a importância devida, serão constituídos em mora, nos termos do artigo 26 e seus parágrafos, da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1.997. Em virtude da não localização da destinatária, é feita a intimação da mesma por edital, publicado por 03 (três) dias. Adriana Bergamo Bianchini da Silva,Oficial Interina. 02, 03 e 06/08

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por **ANA PAULA BALBONI COELHO**, foi lhe apresentado, para registro, a escritura de 01 de julho de 2019, do 21º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 3.784/págs.375/378), pela qual ANA PAULA BALBONI COELHO, advogada, portadora da cédula de identidade, RG nº 18.886.141-5-SSP/SP, CPF nº 131.648.338-06, casada no regime da separação de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, conforme pacto antenupcial registrado sob nº 5.864 no 1º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, com RICARDO COELHO, matemático, portador da cédula de identidade, RG nº 93.002.461.641-SSP/CE, CPF nº 082.502.808-65, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Dona Brigida, nº 625, apartamento nº 42-P, Vila Mariana, INSTITUIRAM EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, os imóveis consistentes em um apartamento nº 152, localizado no 15º andar ou 15º pavimento, com as áreas: privativa 136,010m2, total construída 262,822m2, correspondendo-lhe a fração ideal no terreno de 1,5537, incluída área de 4,00m2, correspondente ao depósito nº 13, localizado no 1º subsolo, e o direito a guarda de 02 automóveis de passeio na garagem coletiva do edifício, a vaga nº 47P, na garagem localizada no 2º subsolo, do condomínio edifício Panorama Vila Mariana, com as áreas privativa 8,820m2, comum 3,529m2, total construída 12,349m2, correspondendo-lhe a fração ideal no terreno de 0,0510, respectivamente registrados sob os nºs 10 e 08, nas matrículas nºs 213.293 e 213.304, em 29 de julho de 2019, neste Registro. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste, na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 31 de julho de 2019. 01, 02 e 03/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0136292-66.2012.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Est ado de São Paulo, Dr(a). Adilson Aparecido Rodrigues Cruz, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Tiago Marques Vilela Simões, CPF 309.250.648-07, que Sport Kar Comércio de Som e Acessórios para Veículos Ltda. - Epp, ajuizou uma Ação Monitória, objetivando o recebimento de R$ 34.842,48 (02/2018), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao débito dos cheques Banco Santander de nºs 965359, 965372, 965393 nos valores de R$ 1.540,00, R$ 2.900,00, R$ 4.300,00, bem como ao pagamento de custas, honorários e demais cominações. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra devidamente corrigido, e honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa (Art. 701 do NCPC), que o tornará isento das custas ou embargue, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, presumindo-se verdadeiros os fatos, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de maio de 2019. B 01 e 02/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO DIGITAL Nº 1013771-05.2017.8.26.0011. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr. Rogério de Camargo Arruda, na forma da Lei, etc, FAZ SABER a MOHAMAD IBRAHIM ORRA ME, CNPJ 07.938.958/0001-77, na pessoa de seu representante legal, que Studio Esse Móveis Ltda ajuizou-lhe ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento da quantia de R$ 6.993,29 (28/11/2017), atualizada até a data do efetivo pagamento, representada pelas duplicatas 8434-5, 8519-5, 8434-6 e 8519-6. Estando a executada em lugar incerto e não sabido, foi deferida a sua CITAÇÃO por EDITAL, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. No caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, aos 30 de janeiro de 2019. B 01 e 02/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010693-55.2016.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Michel Chakur Farah, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a GEDAIAS LEITE DOS SANTOS, RG 34486417-0, CPF 374.659.148-17, , que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, alegando em síntese: é credora do executado na quantia de R$ 1.153,43, atualizada até a data da petição inicial, referente a (2) Dois Termos de Acordo Para Parcelamento de Débito, relativo ao RGI: 755347030, inclusos documentos de confissão de dívida, sendo o acordo nº 3994/14, no valor de R$ 432,91 e o acordo nº 3993/14, no valor de R$ 441,87. Entretanto, o executado inadimpliu as confissões de débito em 14/05/2014, assim, romperam-se os acordos celebrados entre as partes, antecipando-se todas as parcelas vincendas. Valor da causa: R$ 1.629,59. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que efetue o pagamento do débito no prazo de 03 dias, a contar do decurso do prazo do presente edital, sob pena de penhora de bens a pedido da credora. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel. Será o presente edital publicado na forma da lei. B 01 e 02/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1012597-22.2016.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO SOUSA DAS GRACAS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Equity Representação e Assessoria Empresarial Ltda, CNPJ 50.859.552/0001-28, na pessoa de seu representante legal, que o Condomínio Edifício Chácara Dos Eucaliptos, ajuizou uma ação Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 24.106,13 (09/2016), referente ao débito das despesas condominiais. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a afluir após o prazo supra, para ofereça embargos, facultando a executada nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo exequente (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de abril de 2019. B 01 e 02/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1029065-58.2016.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 42ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Marcello do Amaral Perino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Decorfibras Movéis Ltda, CNPJ 10.803.889/0001-07, na pessoa de seu representante legal, que Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, ajuizou uma ação Execução de Título Extrajudicial, para cobrança de R$ 5.493,66 (31.03.2016), do inadimplemento do Instrumento Particular de Compromisso de Pagamento, em 23.12.2013, ref. ao contrato de fornecimento de energia elétrica, fornecida na instalação nº MTE0005504, Cliente nº 21125634. Estando a executada em local ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o quantum reclamado, acrescido de juros e correção monetária, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o total do débito atualizado, anotando-se que, efetuado o pagamento no prazo de 03 dias, a verba honorária fica reduzida pela metade, tendo o prazo de 15 dias, a afluir após o prazo supra, para que ofereça embargos, facultando a executada nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo exequente (Art. 344 do NCPC). S Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 01 e 02/08

HOTELARIA ACCOR BRASIL S.A.

CNPJ/MF 09.967.852/0001-27 - NIRE 35.300.183.134 - ("Companhia")

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Abril de 2019

1. Data, Hora e Local: Em 22 de abril de 2019, às 9:00 horas, na sede da Companhia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.815, Torre 2, 9º, 10º e 11º andares (parte), Pinheiros, CEP 05425-070. **2. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade das ações com direito a voto, conforme registro no Livro de Presença de Acionistas, ficando dispensada a convocação, nos termos do § 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** (i) Presidente: **Magda de Castro Kiehl**; e (ii) Secretário: **Guilherme Marin Martins**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) Indicação de Diretores para compor o quadro de Diretores da Companhia; (ii) Eleição de Diretor para compor o quadro de Diretores da Companhia; e (iii) Renúncia de Diretores. **5. Deliberações:** Foram tomadas as seguintes deliberações, todas por unanimidade de votos: **5.1** Indicação dos Srs.: (i) Sr. **Alain Gabriel Yves Thomas**, Francês, casado, Gerente de Operações, portador da Cédula de Identidade RNE nº V581334ZD, expedida pela República Francesa, válido até 10.03.2024, inscrito no CPF/MF sob nº 242.856.518-79, residente e domiciliado na 67 Avenue du Mont Louis, 31 240 L'Union, França; e (ii) Sr. **Matthieu Marie Paul Guy Sarda**, Francês, casado, diretor, portador do passaporte nº 14CY20401, expedido pela República Francesa, válido até 20.05.2024, residente e domiciliado na rua Nieuwe Herengracht 125-2, Amsterdam, Holanda, para os **Cargos de Diretores Sem Designação Específica da Companhia**, ambos com escritório no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.815, Torre 2, 11º andar (parte), Pinheiros, CEP 05425-070. **5.1.1** A efetiva posse dos Srs. **Alain Gabriel Yves Thomas** e **Matthieu Marie Paul Guy Sarda** fica condicionada à obtenção de visto permanente de trabalho no Brasil. Os Srs. **Alain Gabriel Yves Thomas** e **Matthieu Marie Paul Guy Sarda** acabam suas indicações aos respectivos cargos e estão cientes da condição relativa à obtenção de visto permanente de trabalho a ser aprovado pela(s) autoridade(s) brasileira(s) competente(s). **5.2** Eleger e empossar o seguinte membro da Diretoria **No Cargo de Diretor Sem Designação Específica**: Sr. **André Sera Kereszbes**, brasileiro, casado, executivo, portador da cédula de identidade RG nº 24.728.262-5 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 276.312.468-23 ; residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.815, Torre 2, 11º andar (parte), Pinheiros, CEP 05425-070, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. O Termo de Posse e a declaração de desimpedimento do Diretor encontra-se arquivada na sede da Companhia. **5.3** Aceitação das renúncias dos Srs. **Philippe Manuel Michel Denis Seigle**, francês, casado, hoteleiro, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V097857-9, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.953.167-37; **Sebastien Yves Marie Le Compasseur Creuzé Monfort de Courtivron**, francês, casado, administrador hoteleiro, portador da cédula de identidade de Estrangeiro RNE nº G032903-O, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.139.918-39; **Erwan Gabriel Marie Le Goff**, francês, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº G078635-K, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.451.668-76; **Franck Aime Andre Pruvost**, francês, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V298087-C, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 225.350.288-71; e Sra. **Linda Marie Simone Boucher**, francesa, solteira, hoteleira, portadora da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº G086708-E, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrita no CPF/MF sob o nº 237.530.268-08. **Dos Cargos de Diretores Sem Designação Específica**, todos residentes e domiciliados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.815, Torre 2, 11º andar (parte), Pinheiros, CEP 05425-070, cujas Cartas de Renúncia encontram-se arquivadas na sede da Companhia. **5.4** Em razão da eleição e das renúncias aprovadas nos itens 5.2 e 5.3 acima, a Diretoria passará a ser composta pelos seguintes membros: **No Cargo de Diretor Geral** (i) Sr. **Patrick Mendes**, francês, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V791504-N, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 235.100.678-00; **Nos Cargos de Diretores Sem Designações Específicas** (i) **Sr. Fernando Vinaldo de Medeiros**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 38.657.144-5 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 820.592.417-15; (ii) Sra. **Magda de Castro Kiehl**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 141.986, portadora da cédula de identidade RG nº 9.957.118-3 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 090.838.588-98; (iv) Sr. **Philippe Francis Georges Trapp**, francês, casado, hoteleiro, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V988599-H, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.816.428-69; (v) Sr. **Paulo Seigio Cochinski Manzio**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 22.580.200-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 166.184.159-96; (vi) Sr. **Abel Alves de Castro Junior**, brasileiro, casado, hoteleiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.580.101 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.214.049-76; (vii) Sr. **Olivier Hick**, francês, casado, administrador hoteleiro, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº G212588-I, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.307.648-12; (viii) Sr. **Philippe Olivier Seguin**, francês, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº G112909-H, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.612.318-65; (ix) **Mauro Luciano Rial**, argentino, casado, contador, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V813811-8, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 216.380.118-86 (x) Sr. **André Sera Kereszbes**, brasileiro, casado, executivo, portador da cédula de identidade RG nº 24.728.262-5 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 276.312.468-23; todos residentes e domiciliados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7.815, Torre 2, 11º andar (parte), Pinheiros, CEP 05425-070, com mandatos até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A remuneração anual global para os membros da Diretoria, correspondente ao exercício em curso, será no valor de até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). As declarações de desimpedimento dos Diretores encontram-se arquivadas na sede da Companhia. **6. Encerramento.** Ainda em Assembleia, os acionistas deliberaram que as arquivamentos e publicações legais footem realizados, bem como fossem os livros societários transcritos, para os devidos fins legais. Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se esta ata em livro próprio, redigida na forma sumária prevista pelo Artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, a qual foi lida, aprovada por unanimidade e assinada por todos os presentes. (aa) Magda de Castro Kiehl (Presidente) e Guilherme Marin Martins (Secretário). Acionistas: **CHAMMANS S.A.**, p.p. Patrick Mendes; e **ACCOR S.A.**, p.p. Patrick Mendes. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* **Magda de Castro Kiehl** - Presidente, **Guilherme Marin Martins** - Secretário. JUCESP nº 296.202/19-1 em 31/05/2019.

STOMER PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 15.752.434/0001-15 - NIRE 35.226.707.228

3ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento, **A. Pronet Participações Ltda.**, CNPJ 07.343.038/0001-06, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP NIRE 35.219.857.147, em sessão de data 11.04.2005, neste ato representada por seu administrador, o Sr. **George Pikielny**, RG 2.160.786-2 (SSP/SP) e CPF 004.756.538-15; e **B. Network Empreendimentos Comerciais Ltda.**, CNPJ 48.080.816/0001-07, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP NIRE 35.200.868.712, neste ato representada por seu administrador, o Sr. **George Pikielny**, acima qualificado; **Únicas Sócias** da sociedade empresária denominada **Stomer Participações Ltda.**, devidamente registrada na JUCESP NIRE 35.226.707.228, em sessão do dia 06/06/2007, e última alteração registrada nº 185.253/17-9, em 25/04/2017 (doravante denominada "Sociedade"), têm entre si justo e combinado Alterar e Consolidar o Contrato Social da Sociedade, conforme as cláusulas e condições seguintes: **I. Cessão e Transferência de Quotas/Ingresso de Sócias Quotistas:** I.1. Neste ato, a sócia **Pronet Participações Ltda.**, acima qualificada, retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo, como de fato cedidas e transferidas ficam, a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, conforme segue: (i) 520 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal unitário de R$ 1,00 e valor nominal total de R$ 520,00, para **Jorge's Imóveis e Participações Ltda.**, CNPJ 65.034.183/0001-01, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob NIRE 35223048842, em sessão do dia 26/07/2018, e última alteração registrada sob nº 415.962/18-3, em 30/08/2018, neste ato representada por **Antonio Carlos Jorge**, RG 2.887.266 (SSP/SP) e CPF 129.157.428-04, com a expressa anuência da sócia **Network Empreendimentos Comerciais Ltda.** (ii) 479 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal unitário de R$ 1,00 e valor nominal total de R$ 479,00, para **Nancy Empreendimentos e Participações Ltda.**, CNPJ 04.534.609/0001-00, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP NIRE 35.221.215.874, em sessão do dia 20/01/2007, e última alteração registrada sob nº 154.269/17-0, em 9/04/2015, neste ato representada por **Narciso Alonso**, RG 3.435.433 (SSP/SP) e CPF 135.492.438-04, com a expressa anuência da sócia **Network Empreendimentos Comerciais Ltda.** I.2. Em virtude do acima disposto, a **Jorge's Imóveis e Participações Ltda.** e a **Nancy Empreendimentos e Participações Ltda.** passam a ser as únicas sócias da Sociedade. I.3. Ainda, neste ato, a sócia **Network Empreendimentos Comerciais Ltda.**, acima qualificada, retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo, como de fato cedida e transferida fica, 1 quota representativa do capital social da Sociedade, com valor nominal unitário de R$ 1,00 e valor nominal total de R$ 1,00, para **Nancy Empreendimentos e Participações Ltda.**, acima qualificada. I.4. As cedentes **Network Empreendimentos Comerciais Limitada.** e **Pronet Participações Ltda.** declaram que as quotas por elas ora cedidas não estão integralizadas, sendo que as cessionárias **Jorge's Imóveis e Participações Ltda.** e a **Nancy Empreendimentos e Participações Ltda.**, acima mencionadas, assumem neste ato a obrigação de efetuar a devida integralização de tais quotas, no montante total de R$ 1.000,00, observando-se o prazo previsto no Contrato Social da Sociedade, ficando as cedentes excerceadas de qualquer obrigação de efetuar mencionada integralização. I.5. A cedente, as cessionárias e a Sociedade outorgam entre si a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação no que diz respeito as cessões e transferências de quotas definidas nos itens I.1 e I.3 acima, para nada mais reclamarem a qualquer tempo ou pretexto. **II. Da Integralização do Capital Social da Sociedade:** II.1. As sócias **Jorge's Imóveis e Participações Ltda.** e a **Nancy Empreendimentos e Participações Ltda.** integralizam, neste ato, a totalidade das quotas detidas por elas, em moeda corrente nacional, no valor total de R$ 1.000,00. II.2. Em virtude das deliberações constantes no item I.4 e II.1 acima, a Cláusula 4ª passa a vigorar com a seguinte nova redação: **"Cláusula 4ª - Capital Social:** O capital social da sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, as quais se encontram assim distribuídas entre os sócios quotistas: **Quotistas / Quotas / Valor em R$: Jorge's Imóveis e Participações Ltda.** 520 / 520,00; **Nancy Empreendimentos e Participações Ltda.** / 480 / 480,00; **Total / 1.000 / 1.000,00. §Único:** A responsabilidade de cada sócio quotista é limitada ao valor de suas quotas, mas todos responderão solidariamente pela integralização do capital social." **III. Da Alteração da Denominação Social da Sociedade, Endereço da Sede e Objeto Social da Sociedade:** III.1. As sócias decidem, por unanimidade, alterar a denominação social da Sociedade de **"Stomer Participações Ltda."** para **"Derry Investimentos Imobiliários Brasil Ltda."** III.2. Ainda, as sócias decidem, por unanimidade, alterar o endereço da sede da Sociedade, atualmente localizada na Av. Cel. Jardim, 803, 5º andar, sala J, CEP 01453-000, na cidade SP/SP para Rua Raposo Tavares (SP-270), s/n, entre os Kms. 14 e 15, Jd. Arpoador, CEP 05577-200, na cidade SP/SP. III.3. Em virtude das deliberações constantes dos itens III.1 e III.2 acima, a Cláusula 1ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 1ª: Denominação e Sede:** A sociedade operará sob a denominação de **Derry Investimentos Imobiliários Brasil Ltda.** e terá sede e foro na Rua Raposo Tavares (SP-270), s/n, entre os Kms. 14 e 15, Jd. Arpoador, CEP 05577-200, na cidade SP/SP. **§Único:** A sociedade poderá estabelecer e encerrar filiais, sucursais ou outros escritórios no Brasil e no exterior, mediante prévia aprovação dos sócios quotistas, observadas as disposições deste Contrato Social." III.4. As sócias decidem, ainda, alterar o objeto social da Sociedade para participação na qualidade de proprietária de frações ideais, do empreendimento Raposo Shopping, situado na cidade de SP/SP na Rua Raposo Tavares (SP-270), s/n, entre os Kms. 14 e 15, Jd. Arpoador. Desta forma, a Cláusula 2ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 2ª: Objeto Social:** A sociedade tem por objeto social a participação, na qualidade de proprietária de frações ideais, do empreendimento denominado Raposo Shopping, situado na cidade de SP/SP, na Rod. Raposo Tavares (SP-270), s/n, entre os Kms. 14 e 15, Jd. Arpoador, podendo administrar e alugar referidas frações ideais." **IV Da administração da Sociedade:** IV.1. As sócias resolvem, por unanimidade, destituir o atual administrador da Sociedade, o Sr. **George Pikielny**, RG 2.160.786 SSP/SP e CPF 004.756.538-15, o qual não terá qualquer poderes para administrar a Sociedade, a partir da presente data. IV.2. A Sociedade e as sócias outorgam ao Sr. **George Pikielny** e dele recebem a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação em relação a todos os atos por ele praticados na qualidade de administrador da Sociedade até a presente data. IV.3. Ato contínuo, as sócias decidem, por unanimidade, eleger e nomear o Sr. **Antonio Carlos Jorge**, RG 2.887.266 (SSP/SP) e CPF 129.157.428-04, e o Sr. **Narciso Alonso**, RG 3.435.433 (SSP/SP) e CPF 135.492.438-04, para os cargos de administradores da Sociedade, os quais, os **Antonio Carlos Jorge** e **Narciso Alonso** tomam posse nesse ato e ficam devidamente investidos de todos os poderes de administração, nos termos do Contrato Social da Sociedade. IV.4. Em virtude das deliberações acima, as sócias decidem alterar o §1º da Cláusula 6º do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"§1º:** A administração da sociedade será exercida pelos Srs. **Antonio Carlos Jorge**, RG 2.887.266 (SSP/SP) e CPF 129.157.428-04, **Narciso Alonso**, RG 3.435.433 (SSP/SP) e CPF 135.492.438-04, os quais terão todos os poderes para, individualmente, conduzir os negócios sociais e para a prática de todos os atos relativos a administração da sociedade e à realização das operações concernentes ao seu objeto, bem como para representar a sociedade ativa ou passivamente, em juízo e fora dele, sempre com observância do disposto no §9º abaixo e das normas legais aplicáveis." **V. Transformação do Tipo Societário da Sociedade:** V.1. Resolvem as sócias, por unanimidade, transformar o tipo societário da Sociedade de sociedade limitada para sociedade por ações, passando assim a denominar-se **Derry Investimentos Imobiliários Brasil S.A.** (doravante "Companhia"). V.2. E mantido o atual capital social de R$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações nominativas, representativas do capital social da Sociedade, as quais são, neste ato, substituídas por 1.000 ações, todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de titularidade das acionistas da Companhia, nesta data, **Jorge's Imóveis e Participações Ltda.** e **Nancy Empreendimentos e Participações Ltda.**, nos termos do Boletim de Subscrição anexo ao presente instrumento (**Anexo I**). V.3. A Sociedade passa, assim, a ser regida pelo Estatuto Social anexo ao presente (**Anexo II**), aprovado na sua integralidade pelas acionistas, sem quaisquer reservas e/ou ressalvas. V.4. Ato contínuo e por unanimidade, foram eleitos para compor a Diretoria da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos, a realizar-se em 2020, o Sr. **Carlos Jorge**, RG 2.887.266 (SSP/SP) e CPF 129.157.428-04, para ocupar o cargo de Diretor Operacional, e o Sr. **Narciso Alonso**, RG 3.435.433 (SSP/SP) e CPF 135.492.438-04, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes que os impedissem de exercer atividades mercantis e de participarem da administração da Companhia e assinam os respectivos termos de posse que segue anexo como **Anexo III**. Foi fixada também a remuneração global anual dos Diretores em R$ 12.000,00. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 vias, de igual teor, e para os fins e testemunhas, abaixo. SP, 29/05/19. Cedentes: Pronet Participações Ltda. p. George Pikielny; Network Empreendimentos Comerciais Ltda. p. George Pikielny. Administrador destituído: George Pikielny. Cessionárias: Jorge's Imóveis e Participações Ltda. p. Antonio Carlos Jorge; Nancy Empreendimentos e Participações Ltda. p. Narciso Alonso. Diretor eleito: Antonio Carlos Jorge - Diretor Operacional. Diretor eleito: Narciso Alonso - Diretor sem designação específica. Advogado: Guilherme Zangrando de Almeida - OAB/SP 378.001. **JUCESP** 321.370/19-5, NIRE 35300353763-7 em 17/06/19. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 1020683-71.2019.8.26.0100. A MM. Juíza de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo, Dra. Adriana Sachsida Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos interessados, interessados incertos e desconhecidos, que **TIBERIO INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES 56 LTDA** lhes ajuizou uma **AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**, dos imóveis situados na Rua do Hipódromo, nº 980/1000 (atual: nº 1006) na Capital de São Paulo, Matrícula 724 do 7º CRISP, e Rua do Hipódromo, nº 970 (atual: nº 1006) na Capital de São Paulo, Matrícula 234 do 7º CRISP, ambos os imóveis estão cadastrados na Prefeitura de São Paulo, pelo mesmo número de contribuinte nº 027.021.0121-6. Estando em termos, expede-se edital de citação dos invasores, interessados incertos e desconhecidos, para que, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, CONTESTEM. Não sendo contestada a ação, os invasores serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, publicado na forma da lei. NADA MAIS. (01 e 02/08/19).

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0040496-72.2017.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Regis de Castilho Barbosa Filho, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos **Raele Boito** (CPF: 290.017.978-91, que lhe proposita uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Supero – EC Ltda, na qual foi efetuado o bloqueio da quantia de R$ 1.484,54, via Bacenjud, em contas de sua titularidade. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, comprove a imperfectibilidade da referida quantia (art. 854, § 3º, do CPC), após o que, sem manifestação, referida quantia será levantada pelo credor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de junho de 2019. 02 e 03.08

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0003095-54.2018.8.26.0704. OA(s) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Mônica de Cássia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(s) SUNG JUN MIN, Brasileiro, Diretor, CPF 233.350.888-40, por este Juízo, tramita ofício de Cumprimento de Sentença, proposta por Sistema Integrado de Educação e Cultura Ltda, SrC SINEC, na qual foi efetuado o bloqueio da quantia de R$ 696,27, via BACENJUD, em conta de sua titularidade. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que fluirá após do decurso do prazo do presente edital, comprove a imperfectibilidade da referida quantia (art. 854, § 3º, do CPC), após o que, sem manifestação, referida quantia será levantada pelo credor. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de maio de 2019. 02 e 03.08

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS. expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1074819-91.2014.8.26.0100** (USUC 943) A Doutora Aline Aparecida de Miranda, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s)(s) Celso Ayres Monteiro, Herdeiros de Maria de Lourdes Teixeira Monteiro, a saber: Cecília de Lourdes Monteiro Alcântara, Joaquim Barros Alcântara Filho, Regina de Lourdes Monteiro Sureiro; Severino Justino de Freitas, "seus sucessores, mortos, desconhecidos, eventuais herdeiros, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Rosina Fernandes de Souza, Luiz Alberto de Souza e Rosangela da Costa de Souza, ajuizaram ação de USUCAPIÃO, Alegando a declaração de domínio, sobre o imóvel localizado no Rua Benedito Carlos Brunini, nº 84, esquina com a Rua Alfredo C. Martins Lemos, Distrito Jaguaré, Subdistrito Butantã, Capital São Paulo, SP, com área de 205,50 m², contribuinte nº 111.227.0006-6, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [1,2]

EDITAL DE CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº **1005262-79.8.26.0011**. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr. ALBERTO GIBIN VILLELA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Luciana Reis Costa Colossi e Rodrigo Costa Colossi, por meio da qual os requerentes indicados informam alterar o regime de bens do casamento. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC, informando que o casal pretende a alteração do atual regime da comunhão parcial de bens para o da separação total de bens. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de julho de 2019. [1,2]

GAIA SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/NIF Nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª e 80ª Séries da 4ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. em Segunda convocação

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/NIF sob o nº 07.587.384/0001-30 ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 12.1 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 79ª e 80ª Séries da 4ª Emissão da Emissora, firmado em 18 de junho de 2015, ("Termo de Securitização"), lastreados em Créditos Imobiliários e Pecuniários, Vinculados a Títulos e Valores Mobiliários ("Créditos Imobiliários"), convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª e 80ª Séries da 4ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a no dia 22 de agosto de 2019, às 15 horas em segunda convocação, na Rua Coronel Lisboa, 989, Cidade de São Paulo, na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** a reparação, ou não, pelo Devedor e/ou seus fiadores, de eventuais prejuízos suportados pela Emissora, no âmbito do contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), em razão da inadimplência superior a 90 (noventa) dias de parte dos Créditos Imobiliários de Contratos de Compra e Venda, a serem apresentados em assembleia; **(ii)** caso os Títulares dos CRI não deliberem pela reparação, a recomposição do Lastro e/ou Patrimônio Separado dos Imobiliários prevista no item (i) retro, aprovar a substituição dos Contratos de Compra e Venda que possuírem inadimplência superior a 90 (noventa) dias na data de aprovação, considerando como data base para referida apuração a situação dos créditos no dia útil seguinte ao término do prazo indicado no item (ii) desta ordem do dia, desde que os novos contratos atendam aos Critérios de Elegibilidade conforme Cláusula Quarta do Contrato de Cessão, sem necessidade aceitação pelos Titulares dos CRI; **(iii)** caso os Títulares dos CRI não determinem a reparação prevista no item (i) retro, aprovar a renegociação dos Créditos Imobiliários inadimplentes, de forma a que os contratos de Compra e Venda sem pendências financeiras, sejam novamente, ou sejam pela primeira vez, realizada e a cargo das Intervenientes Anuentes (assim qualificadas nas Escrituras de Emissão), no prazo de até 90 (noventa) dias contados da ata que vier a aprovar esse item de deliberação, desde que os fluxos de pagamento renegociados não excedam o prazo de vencimento remanescente dos Créditos Imobiliários; **(iv)** caso seja aprovado o previsto no item (iii) retro, aprovar o aditamento ao Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, Sem Garantia Real, Sob a Forma Escritural e Outras Avenças ("Aditamento à Cédula de Emissão de CCI") a ser realizado pela Emissora e Instituição Custodiante, para refletir os aditamentos aos Contratos de Compra e Venda; Todos os termos empregados no iniciadas em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação, salvo se expressamente alterados por meio do presente Edital. Para o exercício do direito de voto, os Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na sede da Emissora, endereço mencionado acima, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o email assembleias@pentagonotrustee.com.br São Paulo, 01 de agosto de 2019. **GAIA SECURITIZADORA S.A.** 01, 02 e 03/08

HOTELARIA ACCOR BRASIL S.A.

CNPJ/MF 09.967.852/0001-27 - NIRE 35.300.183.134 - ("Companhia")

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 05 de Dezembro de 2018

1. Data, Hora e Local: Em 05 de dezembro de 2018, às 9:00 horas, na sede da Companhia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 7.815, Torre 2, 9º, 10º e 11º (parte) andares, Pinheiros, CEP 05425-070. **2. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade das ações com direito a voto, conforme registro no Livro de Presença de Acionistas, ficando dispensada a convocação, nos termos do § 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** (i) Presidente: Magda de Castro Kiehl; e (ii) Secretário: Guilherme Marin Martins. **4. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) deliberar sobre os atos administrativos, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício Social Encerrado em 31/12/2017; (ii) a destinação dos resultados do exercício encerrado; (iii) a retenção dos membros da Diretoria e Diretor de suas atribuições; (iv) a eleição do Conselho Fiscal. Em Assembleia Geral Extraordinária: deliberar sobre a alteração de endereço da Companhia. **5. Deliberações:** Foram tomadas as seguintes deliberações, todas por unanimidade de votos: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2017, publicadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "O Dia SP", em 24 de julho de 2018, anteriormente à realização desta Assembleia, conforme disposto no Artigo 133, Parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76 e a manifestação da Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 09 de agosto de 2018 sob os nº 380.688/18-9 e 380.689/18-2, respectivamente; **(ii)** destinar o prejuízo apurado no exercício encerrado em 31/12/2017, no montante de R$ 112.489.072,91 (cento e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, setenta e dois reais e noventa e um centavos) à conta de Lucros Acumulados, reduzindo o saldo de tal conta; **(iii)** reeleger os seguintes membros da Diretoria: **No Cargo de Diretor Geral (i) Sr. Patrick Mendes**, francês, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V791504-N, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 235.100.678-00; **Nos Cargos de Diretores Sem Designações Específicas (ii) Sr. Fernando Vinaldo de Medeiros**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 38.657.144-5 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 820.592.417-15; **(iii) Sra. Magda de Castro Kiehl**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 141.986, portadora da cédula de identidade RG nº 9.957.118-3 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 090.838.588-98; **(iv) Sr. Franck Aime Andre Pruvost**, francês, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V298087-D, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 225.350.288-71; **(v) Sr. Philippe Olivier Seguin**, francês, casado, hoteleiro, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V988599-H, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.816.428-69; **(vi) Sr. Sebastien Yves Marie Le Compasseur Creuzé Monfort de Courtivron**, francês, casado, administrador hoteleiro, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº G032903-O, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.139.918-39; **(vii) Sr. Erwan Gabriel Marie Le Goff**, francês, casado, matemático, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº G078635-K, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.451.668-76; **(viii) Sr. Philippe Marcel Michel Desire Seigle**, francês, casado, hoteleiro, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V097857-9, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.953.167-37; **(ix) Sr. Philippe Olivier Seguin**, francês, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº G112909-H, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.612.318-65; (x) Sra. **Linda Marie Simone Boucher**, francesa, solteira, hoteleira, portadora da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº G086708-E, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrita no CPF/MF sob o nº 237.530.268-08; todos residentes e domiciliados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com mandatos até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A remuneração global para os membros da Diretoria, correspondente ao exercício em curso, será no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). As declarações de desimpedimento dos Diretores encontram-se arquivadas na sede da Companhia. **6. Encerramento.** Ainda em Assembleia, os acionistas deliberaram que as arquivamentos e publicações legais footem realizados, bem como fossem os livros societários transcritos, para os devidos fins legais. Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se esta ata em livro próprio, redigida na forma sumária prevista pelo Artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, a qual foi lida, aprovada por unanimidade e assinada por todos os presentes. (aa)